

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**ENTRE A INDIGNAÇÃO E O SONHO:
Representações Sociais da Moradia de
Comunidades Ribeirinhas**



ÉDRIJA LÚCIA DE SANTANA

JULHO - 2003



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

ENTRE A INDIGNAÇÃO E O SONHO:
Representações Sociais da Moradia de Comunidades
Ribeirinhas

Dissertação apresentada com
vista à obtenção do grau de
Mestre em Serviço Social.

Orientadora:
MARIA DE FÁTIMA SOUZA SANTOS

Mestranda:
ÉDRIJA LÚCIA DE SANTANA

BANCA EXAMINADORA

Professora Dra Maria de Fátima Souza Santos

Professor Dr. Antonio Paulo de Moraes Resende

Professora Dra. Anita Aline Albuquerque Costa

AGRADECIMENTOS

Agradecer ao final de uma tese de mestrado é um ritual já esperado e conhecido. Mas não importa que assim seja, porque os agradecimentos nunca são os mesmos. Eles são sempre novos e renovados pelas singularidades de quem agradece e de quem recebe o agradecimento.

O acolhimento da Professora e orientadora Fátima Santos desde o nosso primeiro encontro será algo inesquecível. A ela devo a confiança de ter trilhado o caminho da aprendizagem do conhecimento

À Professora Anita Aline, porque foi através dela que tudo começou. E não termina. Pessoa a quem tenho enorme admiração, que me instiga, estimula e que me permite o privilégio de desfrutar dos seus saberes.

A amiga inseparável de todas as horas e dessas últimas horas de entrega de tese, Carol Leandro.

A Katherine Costa Ratis, outra amiga sempre presente no meu caminho.

Ao meu pai, Edvaldo Santana, que prestigiou esse trabalho com a arte da fotografia.

A Juliana Cunha, com quem eu dividi a oportunidade de conhecer melhor moradores do Recife

Aos técnicos da URB que em muito ajudaram com informações necessárias.

E aos que me permitiram realizar esse trabalho, **os moradores.**

Mãe,

a você dedico este trabalho.

Você que tanto cuidou dos meus sonhos ao me deixar

sonhar.

Resumo. As favelas têm sido uma das alternativas de moradia para os estratos mais pobres da população. Elas crescem nas grandes cidades e respondem ao déficit habitacional no Brasil. Miséria, desemprego, insalubridade e exclusão ficam a nu nessas moradias. Na busca de uma inserção social, essas camadas enfrentam a questão da moradia, impondo-se contra as ordens impostas pelo urbano e revelando um conjunto de práticas e saberes no seu cotidiano. Essas práticas são dotadas de uma lógica e se constituem em teorias que alicerçam modos de vida e concepção de mundo. A casa é o lugar onde o homem se situa socialmente e pessoalmente no mundo, e urge aprendermos questões que estejam relacionadas à dinâmica subjetiva que envolve o morador e o espaço de moradia. Este estudo buscou apreender como moradores de duas favelas ribeirinhas da Cidade do Recife participantes de um programa habitacional de reassentamento concebem a sua moradia. Que impressões possuem esses moradores acerca de suas casas e de seu ambiente de moradia. Que representações fazem acerca de uma casa e de um lugar ideal para morar. Realizamos 12 entrevistas nas quais os moradores falaram de sua trajetória de moradia. Observamos moradores (20) em reuniões e oficinas sócio-educativas. Foram utilizados, também, desenhos e produção de imagens dos moradores sobre a comunidade. Como recurso indutor, usamos fotos de vários tipos de casas com o objetivo de permitir uma maior espontaneidade nas respostas dos sujeitos, evitando um “clima” de investigação ou inquérito. Foi utilizado o programa de análise de dados textuais Alceste. Seis classes de respostas foram analisadas sobre 02 eixos (eixo 1- a casa enquanto significado de propriedade e eixo 2- a casa enquanto significado de proteção e refúgio) e suas variações (atribuição a casa o sentido de referência e liberdade) mostram que os moradores atribuem significados objetivos e subjetivos à casa. E cinco classes de respostas foram analisadas sobre 03 eixos (eixo 1= medo da mudança, eixo 2= tempo e lugar/ desejo de sair, eixo- 3- melhoria das condições de vida), mostrando que as representações construídas não se vinculam apenas ao novo local de moradia, mas à nova rede de interações sociais que irão se estabelecer. O reconhecimento que a mudança irá trazer melhoria nas condições de vida não impede que esses moradores resistam à idéia de sair do ambiente que vivem, ora porque criaram laços no local, ora porque a nova rede de relações sociais é percebida como uma grande ameaça. A casa era uma necessidade e um direito do ser humano. As representações apreendidas reavivaram esse sentido que parecem haver sido perdidos diante da especulação imobiliária e dos interesses econômicos. A casa não era apenas um produto de mercado. Tê-la significava sentir-se seguro, orientado e distinto. Enquanto objeto social, a casa interagia com a rua e com o mundo social. Era um lugar que, a partir dele, os sujeitos podiam se posicionar e se reconhecer.

Palavras-chave: Casa, Favela, Representação Social.

Abstract. The *favelas* have been one form of alternative housing for the poorest stratum in Brazil. They have grown in and around the major cities as an answer to the low-income housing deficit. Misery, unemployment, poor health, and exclusion are common in these habitations. In search for a social insertion, this population struggles against the order imposed by the urban community, revealing its own knowledge and practices in order to cope with daily life, and facing their issue of habitation. It has a logical concept of a living structure, given their concept of world. The home is the place where people are socially and personally settled in the world. Therefore, it is important to learn how the inhabitants conceptualize their surroundings, what impressions they have about their homes and their environment; what representations they have about the home and about the ideal place to live. We interviewed twelve different residents from two riverside *favelas* in Recife, Brazil, participating in a habitation-resettling program. They told us about their individual trajectory, and the meaning of their daily space as the house, the neighborhood and the community. We also used photography of different types of houses to apprehend the iconic elements of the representations, and to avoid a climate of investigation. We used the Alceste computer program for textual data analysis. The six sets of analyzed answers fell under two axes (the axis 1 was the house as a property, and the axis 2 suggests that despite to live in *favelas* is associated with the marginality and “living in danger”, the inhabitants have created other senses from their conditions and attribute meanings of protection and security to their home). Their variations (the house as a place of reference and freedom) showed that the inhabitants have attributed subjective and objective meanings to house. The five sets of analyzed answers fell under three axes (axe 1=fear to move for other place; axe 2= time and place/desire to move; axe 3=to get better conditions to live). It showed us that the representations are related not only to the new place to live, but also to the new net of social interaction that will be established. The recognition that the change will take better conditions to live do not mean that those people will want to move for other place. Either they created links with the place, or because the new net of interaction are felt as a big threat, make the inhabitants resistant to the change. Therefore, the house is not only a product of the business. It is also a law for human beings to live. To have a house is to feel secure, oriented and different. While the house is a social object, it can interact with the street and with the social world. It is a place where people can get in and to feel recognized.

Key-words: House, *Favela*, and Social Representations.

ÍNDICE

Agradecimentos

Resumo

Abstract

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I: A habitação e o Habitante	
1.1 Habitação uma questão social	5
1.2 Tendências de política habitacional no pós-80 em busca de participação	11
1.3 A habitação numa dimensão psicossocial	20
1.4 A TRS: uma teoria que explica a teoria do senso comum	34
CAPÍTULO II: Recife: Um mapa singular	
2.1 A ocupação do solo na terra do mangue	41
2.2 Favelas no Recife: Cenário das desigualdades	46
2.3 A luta pela moradia no Recife: a busca da virada do estabelecido	54
2.4 Déficit habitacional X Produção habitacional no Recife	60
CAPÍTULO III: A Pesquisa	
3.1 Cenário do estudo	67
3.2 Em busca do olhar do morador	83
3.3 Sujeitos da pesquisa	89
3.4 Etapas da pesquisa	90
CAPÍTULO IV: A casa e seus significados	
4.1 Entre a indignação e o sonho	94

4.2	A casa, a comunidade e o entorno	119
4.3	Reassentamento: uma ameaça	137

CONCLUSÃO

	Considerações Finais	144
--	----------------------	-----

BIBLIOGRAFIA

151

ANEXOS

154

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 -	Mapa dos assentamentos populares da cidade do Recife	47
Figura 2 -	Topografia das áreas pobres do Recife: Fonte: PCR/UFPE - Cadastro de Áreas Pobres da Cidade do Recife, 1998.	48
Figura 3 -	Renda familiar das áreas pobres do Recife. Fonte: PCR/UFPE - Cadastro de Áreas Pobres da Cidade do Recife, 1998.	50
Figura 4 -	Tempo de existência das áreas pobres. Fonte: PCR/UFPE - Cadastro de Áreas Pobres da Cidade do Recife, 1998.	51
Figura 5 -	Origem dos recursos para programas alternativos no Recife	62
Figura 6 -	Eliminação dos dejetos e condições de alagamento da comunidade A	74
Figura 7 -	Condição de conservação dos imóveis	75
Figura 8 -	Renda familiar e despesas médias das famílias	76
Figura 9 -	Nível de escolaridade	77
Figura 10 -	Eliminação dos dejetos e condições de alagamento da comunidade B	80
Figura 11 -	Condição de conservação dos imóveis	81

Figura 12 -	Renda familiar e despesas médias da família	81
Figura 13 -	Nível de escolaridade da comunidade B	82
Figura 14 -	Classificação hierárquica descendente	97
Figura 15 -	Representação gráfica da inter-relação do conteúdo semântico dos sujeitos e da casa	109
Figura 16 -	Classificação hierárquica descendente	115
Figura 17 -	Classificação hierárquica descendente	138

ÍNDICE DE FOTOS

Foto 1 -	Comunidade A	72
Foto 2 -	Comunidade B	78
Foto 3 -	Ilustração de uma casa da comunidade	95
Foto 4 -	Ilustração da casa ideal	114
Foto 5 -	Casa da comunidade	119
Foto 6 -	Conjunto habitacional do reassentamento	141

ÍNDICE DAS COLAGENS

Colagem 1 -	Comunidade A	125
Colagem 2 -	Comunidade A	126
Colagem 3 -	Comunidade B	130
Colagem 4 -	Comunidade A	134

Colagem 5 -	Comunidade B	135
-----------------------	--------------	-----

ÍNDICE DOS DESENHOS

Desenho 1 -	Comunidade A	121
Desenho 2 -	Comunidade A	122
Desenho 3 -	Comunidade B	128
Desenho 4 -	Ilustração da casa ideal	114
Desenho 5 -	Casa da comunidade	119

LISTA DE ABREVIATURAS

PNAD	PESQUISA NACIONAL DE AMOSTRA POR DOMICÍLIOS
URB-RECIFE	EMPRESA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE
SEDU	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
RMR	REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE
PROMORAR	PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DE SUB-HABITAÇÕES
NAS	NÚCLEO DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
PREZEIS	PLANO DE REGULARIZAÇÃO DAS ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
PCR	PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE
PAIH	PLANO DE AÇÃO IMEDIATA
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
IAP	INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES
GAP	GRUPO DE ARQUITETURA E PLANEJAMENTO
FJP	FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO
FIPE	FUNDAÇÃO E INSTITUTO DE PESQUISAS ECONOMICAS

FINEP	FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS
FICAM	FINANCIAMENTO INDIVIDUAL PARA CONSTRUÇÃO, AQUISIÇÃO E MELHORIA HABITAIONAL.
FGTS	FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO
EMHAPE	EMPRESA DE MELHORAMENTOS HABITACIONAIS DE PERNAMBUCO
COHAB	COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DO ESTADO DE PERNAMBUCO
BNH	BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO
SEHAB	SECRETARIA DE HABITAÇÃO
FIDEM	FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL
FADE	FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE
IPEA	INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS

INTRODUÇÃO

"O lugar onde está cada pessoa no mundo é percebido como o lugar da vida e é o símbolo daquele tipo de vida que a situa em relação a outras possibilidades".

(Carlos NF Santos, 1988)

Introdução

A população urbana no Brasil cresceu vertiginosamente a partir dos anos 60, atingindo em 1970, 56% da população total do país (IBGE, 1970). A questão da moradia nesse período ganha maior visibilidade pela multiplicação de áreas tipo favelas, mocambos e alagados nas principais capitais.

Os estudos sobre favelas iniciaram nos anos 70 por sociólogos, antropólogos, juristas e arquitetos dando origem ao pensamento sistemático sobre a questão da habitação no Brasil. Os primeiros estudos começaram no Rio de Janeiro, onde, em 1948, eram contabilizadas 105 favelas. Em 1950, as favelas chegaram a representar a 6,7% da população total do estado (Valladares, 1982). O Recife não fugia dessa realidade. Em 1996, as favelas recifenses totalizavam um número de 215 com uma população de 267.400 habitantes (PCR, 1998).

O crescimento das sub-moradias obrigou o estado a tomar iniciativas na tentativa de solucionar o problema. Assim, junto às iniciativas populares havia o discurso oficial em defesa dos programas de habitação para população de baixa renda procurando resgatar o sentido de cidadania e do direito da família em ter o mínimo indispensável, relacionando habitação e qualidade de vida.

As experiências advindas do trabalho com habitação popular têm demonstrado que muitas das soluções propostas não têm sido constituídas de êxito. Esses resultados não se deram apenas pela inexpressividade do número de casas construídas. Em muitos casos, as iniciativas propostas não significaram uma solução para a população. Isso se deve, provavelmente, ao desencontro entre os objetivos, as propostas, os projetos que saem dos gabinetes dos formuladores das políticas habitacionais e os anseios e as possibilidades da população para quem se dirige tal benefício.

Os sujeitos são excluídos da possibilidade de expressar sua vontade, seus interesses nesses projetos que, em última análise, visam, primordialmente, à qualidade de vida. Isso concorre para a não apropriação dos benefícios que lhes são oferecidos. E não se apropriando, não criam um sentimento de co-responsabilidade pelos investimentos físicos e sociais.

Os conjuntos habitacionais construídos com financiamentos do BNH (Banco Nacional de Habitação) são exemplos. Se por um lado esses conjuntos significaram acesso à moradia para milhões de famílias, por outro, estimulou a ocupação de áreas disponíveis distantes dos centros urbanos. Em sua maioria trouxeram impactos negativos sobre as cidades, já que os terrenos distantes da malha urbana não possuíam infra-estrutura, não integrava investimentos e produzia um alto custo social.

Além disso, esses conjuntos projetados e construídos de forma padronizada geraram rejeição da população. A impossibilidade de identificação do habitante com a nova moradia levou a um processo de desapego, intensa mobilidade espacial, além de alterações significativas dos espaços físicos, o que revelam uma inadequação dos projetos arquitetônicos.

O que se entende é que sem a adequação das propostas habitacionais aos principais protagonistas do processo, não se consegue engendrar o espírito de apropriação e pertencimento necessário para fixar o homem ao seu espaço de moradia. Torna-se necessário inverter o foco de prioridades na construção de uma política de habitação.

Com essa perspectiva, este estudo se desenvolveu com o objetivo de aprofundar o conhecimento da relação do homem com seu espaço de moradia. Era importante conhecer a importância, significados e sentidos dados à “casa”. Ficar os olhares dos moradores e através da escuta dos seus discursos apreender as teorias que se construíam sobre a casa e o morar. As populações pobres têm um saber sobre seu ambiente como a casa, a comunidade e a cidade.

Tomamos a teoria das representações sociais como abordagem teórica orientadora da investigação, por ser o seu pressuposto básico, o estudo das teorias construídas pelo senso comum.

Os significados e representações atribuídos à moradia são elementos que interferem diretamente na relação que o habitante vai estabelecer com o seu lar, influenciando nos modos de apropriação e adaptação a esse espaço.

Os estudos acerca da moradia que consideram os aspectos relativos ao morador, aos habitantes, numa perspectiva social e simbólica, são escassos. Esse fato coloca o presente estudo numa condição importante pela investigação de uma realidade pouco explorada. Assim, nossos resultados podem servir para uma revisão da prática social realizada dentro dos programas habitacionais.

Como cenário de estudo, tivemos duas comunidades ribeirinhas que estão sendo beneficiadas com um programa habitacional de reassentamento. Essas comunidades por estarem mobilizadas com a perspectiva de mudança de moradia, estiveram abertas ao estudo e o valorizaram com seus depoimentos.

Além de depoimentos, outras formas de expressão como desenhos e colagens, foram usados como meios de apreensão das representações sociais da moradia.

Assim, o presente estudo se propôs a investigar o sentido e o significado que as famílias dão ao morar. Acreditando que conhecer as representações das famílias acerca da moradia e relacionando-as com os modos do morar poderá evidenciar fatores que influenciam na adaptação, apropriação ou rejeição das famílias ao ambiente de moradia.

Dessa forma, essa pesquisa visa contribuir, através das informações obtidas nas formulações e implementações de políticas sociais, especificamente ao que se refere a moradia, para o sentido de promover intervenções em consonância com o público alvo ao qual ela se destina.

Espera-se dar subsídios para as avaliações dos programas, no que se refere a inserção e participação das famílias no processo, bem como contribuir para que, nas formulações de políticas de habitação, os aspectos relacionados ao saber, cultura e vivências de

determinados grupos sejam elementos considerados no processo de construção, definição e estratégias de implementação das políticas.

CAPÍTULO I

A HABITAÇÃO E O HABITANTE

1.1 Habitação: uma questão social

O interesse pelo tema moradia cresceu nos últimos 20 anos junto com as discussões acerca das cidades, constituindo-se hoje como uma questão social importante no país. A casa é um bem valioso, possuindo significados do ponto de vista econômico, social e cultural.

A obtenção da moradia, no entanto, além de exigir um longo tempo e grande esforço para sua aquisição, é restrita a uma pequena parcela da população, visto que a grande maioria das famílias não tem possibilidade de compra ou de pagamento de aluguel. Segundo Silva (1989), o que se observa é que existe na realidade uma defasagem entre a necessidade social da habitação e a produção de moradias que é regulada por “leis economicistas” de desenvolvimento.

O déficit habitacional no Brasil, segundo o PNAD (1999), corresponde a 5,5 milhões de unidades, computando-se um déficit quantitativo e qualitativo. Desse déficit, cerca de 3,9 milhões de unidades estão localizadas na área urbana, das quais 65% encontram-se junto às populações moradoras da zona urbana com renda familiar até 3 salários mínimos (s/m).

Na zona rural, o déficit habitacional corresponde a 80% e atinge as famílias que vivem com até 2 s/m. Quanto à necessidade de novas unidades habitacionais, com base no crescimento vegetativo da demanda, chega a 600 mil por ano (PNAD, 1999).

Os dados apontam que o acesso à habitação no Brasil é bastante seletivo e que o direito à moradia, expresso no artigo 25 da Declaração dos Direitos Humanos (1948), ainda não se expressa como realidade.

A resposta do Estado em relação à demanda apresentada pela população hoje tem sido insuficiente e excludente. As populações pobres têm buscado suas próprias soluções, lançando mão de estratégias variadas e precárias para se reproduzir como força de trabalho. Habitam em favelas, cortiços, casa de cômodos, palafitas, vilas proletárias, vilas populares, parques proletários, conjuntos habitacionais e moradias autoconstruídas em subúrbios periféricos (Silva, 1989). Sem falar naqueles que permanecem nas ruas , sob os viadutos ou tetos de papelão.

As favelas têm sido uma das principais alternativas de moradia para os estratos mais pobres da população. Caracterizam-se pelas ocupações espontâneas em terrenos públicos ou privados não urbanizados formando aglomerados urbanos de baixa renda . Elas crescem principalmente nas grandes metrópoles.

A miséria, o desemprego, a insalubridade, a exclusão, ficam a nu nessas moradias. O “viver em risco” é a tragédia permanente de viver em moradias sub-humanas, sem acesso a serviços de saúde, água, esgoto, educação, transporte eficiente e, finalmente, sem segurança, com a violência avançando até como resultado mesmo das precárias condições de vida dessa população.

As moradias indignas surgem como alternativa no enfrentamento da problemática habitacional. Pressionadas pela necessidade, as populações avançam sem limites na ocupação desordenada do solo, com a construção à beira dos rios e córregos ou no fundo dos vales, contribuindo para o agravamento de inundações e enchentes na cidade. Com a edificação nas

encostas, abrem caminho à erosão e aos deslocamentos de terra que acabam obstruindo as galerias pluviais, poluindo rios, com os mesmos efeitos calamitosos.

Tais processos resultam em uma dicotomia/fratura “relativamente funcional”, expressa pela “convivência” entre os espaços legais/oficiais e os espaços informais/ilegais referentes a uma extensa produção doméstica (autoconstrução) e a “normas toleradas”, já que a maior parte da população brasileira não tem acesso ao mercado imobiliário privado e legal, nem foi atendida pela produção oficial da habitação (FJN, 2001).

A ação governamental começou a incluir na sua agenda algumas preocupações com a habitação, no final do século XIX. Houve, nas primeiras medidas relativas à habitação, uma preocupação de associá-la à saúde pública. Os primeiros decretos, concedendo favores às empresas que construíram habitações para os operários e os pobres datam de 1882 e 1885 (Finep/Gap *Apud* Gonçalves, 1998). Neste período, também foram tomadas medidas relativas à higiene dos cortiços e demais construções que abrigavam a população de baixa renda. De um lado, tais medidas se relacionavam ao temor de alastramentos dos surtos que punham em risco a saúde dos “barões”, moradores de outras áreas, e, por outro lado, se justificavam pelo interesse de atrair a mão-de-obra imigrante (Gonçalves, 1998).

Em 1923, foi dado o ponto de partida para a criação das organizações de seguro social no Brasil que vão, posteriormente, assumir responsabilidades no campo habitacional, através dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAP). O governo autorizou, mediante decreto, o financiamento de casas para os associados das organizações de seguro. Na análise de Pereira (1987), a questão habitacional passa a ser tratada como benefício administrado pela previdência social.

Além do forte clientelismo presente nessas políticas, havia o pressuposto de que as classes populares não estavam preparadas para a vida comunitária e que a população atendida precisava se adequar à moradia. Dessa forma, os moradores eram orientados e controlados quanto a seus comportamentos sociais e individuais e quanto à forma de utilização e conservação das moradias. O sentido era de “proteção” aos beneficiários até que aprendessem a usufruir do melhor modo a casa adquirida (Lehfeld, 1988).

Segundo Gonçalves (1998), o agravamento da questão habitacional para a população de baixa renda, em termos quantitativos, situa-se poucos anos após a abolição da escravatura e a proclamação da República. Coincide com a conversão das cidades no principal centro das atividades econômicas, em consequência, principalmente, do crescimento do processo de industrialização que começou a tomar corpo para atingir um caráter mais dinâmico a partir de 1930.

Em 1946, é formulado um primeiro esboço da política habitacional para o Brasil. Criase a Fundação da Casa Popular, o primeiro órgão de âmbito nacional, criado com o objetivo de coordenar as atividades desenvolvidas no campo da habitação. Entre as suas competências, estavam incluídas atividades relativas à pesquisa, ao diagnóstico, ao planejamento, à coordenação da política e ao financiamento de projetos no setor.

A Fundação da Casa Popular surgiu no contexto político de ascensão do partido comunista. Nesse período, o governo enfrentava fortes pressões para legitimar a proposta de redemocratização do regime e continuar assegurando o apoio dos trabalhadores até então detido pelo presidente Getúlio Vargas. Essa iniciativa teve grande penetração junto ao operariado. O governo precisava ganhar simpatia das camadas populares.

Consta porém, que a Fundação teve um cunho mais político, jamais exercendo com efetividade as suas funções. Uma evidência desse aspecto encontra-se na informação de que a Fundação nunca apresentou um plano de ação, limitando-se a conceder financiamentos arcados em sua maioria pelos IAPs (Pereira, 1987).

Ao avaliar as primeiras iniciativas do governo no setor habitacional, Valladares (1982) verificou que os aspectos relacionados ao subsídio às moradias contribuíram para os insucessos tanto dos Institutos, quanto da Fundação da Casa Popular. Os subsídios favoreciam a política de clientelismo e o populismo da época e o governo, numa postura paternalista, jogava no descrédito os Institutos de Previdência e das Caixas, principais agentes do financiamento do setor habitacional

Além disso, as soluções apresentadas no período não adquiriram um volume correspondente à demanda e foram distorcidas por todo o sistema de protecionismo, quando não por desvio de verbas (Blay,1978).

A partir de 1964, com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), a política habitacional configurou-se como campo de intervenção estatal no cenário nacional. Inserida no contexto de crise política e econômica com que se defrontava o “novo regime”, atendia simultaneamente à crise do setor imobiliário, com crescentes baixas de investimento no setor, e à indústria da construção civil, que se apresentava como crise, não só enquanto indústria aceleradora de outras, mas também pelo seu caráter de grande absorvedora de mão de obra (Gonçalves, 1998).

Nesse período evidencia-se o descontentamento das “massas populares”. Ao lado das funções econômicas da indústria de construção civil, a opção por um grande plano de investimentos na construção de habitações populares é pensada então como uma resposta à

crise política, tendo em vista o significado da “casa própria” que se torna um símbolo, desejado por tudo que ela representa: segurança, status e renda:

“Achamos que a revolução vai necessitar agir vigorosamente junto às massas. Elas estão órfãs e magoadas, de modo que vamos ter de nos esforçar para devolver a elas uma certa alegria. Penso que a solução dos problemas de moradia, pelos menos nos grandes centros, atuará de forma amenizadora e balsâmica sobre suas feridas cívicas” (Azevedo e Andrade, 1982, p.57).

Os conjuntos habitacionais construídos a partir dos anos 60 pelo BNH não se vinculavam ao processo de planejamento urbano ou às reais necessidades da população. Eram localizados freqüentemente em terrenos fora da malha urbana, não possuíam infra-estrutura, não integravam investimentos e produziam um alto custo social, com impactos negativos sobre as cidades e a vida da população. Nesse período, as favelas apareciam como possíveis focos de tensão, em consequência, foram as intervenções de remoção das favelas que predominaram nos projetos implementados com recursos do FGTS.

Segundo Valladares (1982), as remoções tiveram efeitos nocivos sobre as populações. A carência de infra-estrutura e as deficiências de construção envolvendo aspectos como qualidade do material utilizado e limitações do projeto arquitetônico são alguns dos aspectos salientados. A situação ainda se tornava mais difícil com a ocorrência de queda da renda familiar por aumento do custo e gasto com transporte; pelo desemprego, e também elevação das despesas com a habitação.

Somava-se a tudo isso a desintegração da comunidade pela destruição das relações de vizinhança e dos laços sociais de solidariedade existentes na favela. Em consequência, difícil se torna a fixação dos favelados nas áreas para onde são remanejados. É grande a rotatividade

dos moradores. Famílias transferidas para conjuntos habitacionais acabam sendo despejadas, por causa do atraso das prestações que não podem pagar, ou então, acabam sendo expulsas por mecanismos de mercado, vendendo seus direitos, “passando” suas casas, voltando a engrossar as favelas ainda existentes.

1.2 Tendências de política habitacional no pós-80: em busca de participação

A crise econômica brasileira durante a década de 80 trouxe reflexos para a questão habitacional. Um deles foi a elevação do índice de inadimplentes do Sistema Financeiro Habitacional ocorrida no período de 1980/82, correspondendo a época da segunda recessão generalizada da economia internacional capitalista e do período recessivo brasileiro. A partir dos dois governos da década de 80, é possível distinguir momentos diferenciados da política habitacional. O primeiro, correspondente ao governo Figueiredo (1979 à 1985), caracterizou-se pela adoção de medidas “alternativas”, ao lado de programas convencionais já existentes para o atendimento habitacional.

As medidas alternativas tiveram a pretensão de baratear o custo final da unidade habitacional, melhorar a qualidade de vida da população, especificamente por meio de saneamento básico, promover a autoconstrução e a participação popular. Os programas alternativos criados foram: o Programa de Erradicação da Sub-habitação (PROMORAR); o Programa Nacional de Autoconstrução e o Projeto João de Barros. Ainda constaram os lotes urbanizados e o financiamento individual para a construção, aquisição e melhoria de habitação de baixa renda (FICAM).

O Promorar foi o primeiro programa de urbanização de favelas. Ele se orientava pela permanência dos moradores nas áreas, com a introdução de melhorias substanciais na sua infra-estrutura física, nas condições de salubridade, recuperação e construção de moradias, resgatando o sentido de qualidade de vida das famílias. Foi através desse programa que se introduziu a experiência com o planejamento participativo através da escuta das associações de moradores.

Silva (1989) argumenta que esse programa não custou muito para revelar a sua face autoritária, ao selecionar as áreas de atuação e ao impô-las às populações, derrubando barracos sem oferecer nenhuma indenização. As famílias se viam obrigadas a comprarem uma casa, muitas vezes em piores condições do que a que foi demolida, por não apresentar possibilidades de abrigar nem mesmo uma família pequena.

Apesar de desvirtuamentos básicos da proposta apresentada nos discursos e do número reduzido de intervenções de urbanização, não se pode negar que, com esse programa, iniciou-se um movimento de reconhecimento das favelas. A sua existência dava-se pela falta de alternativas geradas pelo déficit habitacional e que elas precisavam ser restauradas para dar qualidade de vida àquelas pessoas que ali moravam. Era importante inserir as famílias moradoras nas discussões do projeto a ser implementado; afinal são os moradores que se constituirão nos agentes diretamente afetados com as intervenções, além de serem os responsáveis pela manutenção dos empreendimentos.

Em seguida, a política urbana, e mais especificamente, a habitacional, teve como marco a crise institucional e o debate da reforma urbana. Nesse período houve criações e modificações sucessivas do Ministério encarregado da questão urbana, seguindo-se sua extinção. O BNH, que gerenciava a política habitacional, foi extinto em 21/11/86. Desde então,

a Caixa Econômica Federal o substituiu nos direitos e nas obrigações.

Apesar do discurso oficial enfatizar uma política dirigida para a população de baixa renda, esta foi a que menos usufruiu das medidas adotadas. De acordo com dados estatísticos, para as famílias com renda inferior a 3 s/m (38% da população urbana), a Caixa destinou 3% do volume total de seus financiamentos habitacionais, enquanto as famílias com renda superior a 10 s/m (22% da população urbana) absorveram 60% dos recursos alocados (Gonçalves, 1998).

Nesse período, também se dá o aprofundamento das tentativas de reorganização política das populações sem moradia. A reivindicação do direito de morar apresentou-se como principal articuladora dos movimentos sociais urbanos. Os assentamentos subnormais cresceram e o déficit habitacional já se apresentava em torno de 9 milhões de habitações (Silva, 1989). Esse elevado contingente populacional descobre novos canais de expressão e mecanismos de reivindicações.

Segundo Kowarick (1987), os movimentos sociais urbanos se apresentam como as várias formas de ações levadas adiante pelas camadas populares e que têm como objetivo a questão da terra, da habitação e bens de consumo coletivo.

As ocupações coletivas e organizadas de terrenos urbanos impõem a divulgação de reivindicações populares. Entre outras, o reconhecimento da necessidade de que a habitação popular seja subsidiada; prioridade de atendimento às famílias com renda mensal de até 3 s/m; participação popular nos programas habitacionais e descentralização das políticas habitacionais. O movimento popular situa a habitação no contexto da cidadania, percebendo a problemática habitacional como intrinsecamente vinculada à questão urbana, revelando sua natureza de caráter estrutural.

O movimento popular no Recife foi um exemplo disso, quando através da pressão popular, forçou o poder público a implantar um conjunto de diretrizes na legislação municipal, através da Lei de Uso do Solo - Lei 14.511 de 1983. Essa lei permitia a permanência das populações em determinadas áreas, além de priorizá-las quanto a investimentos em urbanização e legalização fundiária.

Nos anos 90, houve novo dimensionamento das necessidades habitacionais formulado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) e pela Fundação João Pinheiro. Essas fundações passaram a calcular as necessidades habitacionais considerando não só a produção de unidades novas, mas também a qualificação, isto é, a melhoria das existentes, criando uma nova metodologia para dimensionar o problema no Brasil. Passa a prevalecer a idéia de que nem toda habitação que contrarie aos padrões legais estabelecidos deve ser necessária e inteiramente substituída, podendo receber outros tipos de atendimento

A noção de déficit habitacional foi revista, passando a ser salientada, não só a falta de moradia, mas também a qualidade e as condições das moradias existentes. A autoconstrução em favelas e periferias passou a ser vista não como um problema, mas como a solução para os problemas habitacionais da população.

“...mesmo no caso dos cortiços, é discutível colocar todas as famílias moradoras integrando o déficit. Nos cortiços tipo ‘avenida’, a possibilidade de extensão dos pontos de água a cada unidade é factível. Sem dúvida que parte desse parque imobiliário não apresenta condições adequadas de vida. Mas admitir-se todas as unidades faveladas como passíveis de reposição total é, implicitamente, negar a possibilidade de urbanização, melhoria e regularização da posse nas invasões” (Taschner *apud* FJN, 2001).

Nesse processo, marcado pela luta pela urbanização das favelas, pelo reconhecimento da cidade real e pela visão de que práticas populares, como autoconstrução em loteamentos periféricos e favelas constituem solução e não problema, alterou-se inteiramente o que se entendia por moradia aceitável. São adotados critérios mais flexíveis, tornando-se indispensável a estratificação do que passou a se chamar necessidades habitacionais.

Nesta perspectiva, além da produção de unidades novas, propõem-se ações de melhoria das moradias precárias e urbanização de assentamentos ilegais e carentes de infra-estrutura. O arcabouço institucional da habitação, ao contrário dos anos do BNH, é descentralizado, incluindo a sociedade civil através das instâncias colegiadas e dos conselhos de habitação em nível municipal e estadual.

Nos documentos produzidos à época (Política Nacional de Habitação, 1996 e da Política de Habitação, 1997), o governo propõe um novo modelo de intervenção, fundamentando a política habitacional em quatro premissas básicas: a) foco nas camadas de baixa renda; b) descentralização e aumento do controle social sobre os programas; c) reconhecimento da incapacidade do governo de resolver o problema habitacional sozinho; d) atenção para as camadas sociais de baixa renda que vivem de remuneração informal.

Nesse contexto, as políticas de intervenção do governo estabelecem como prioridades: a) financiamento a fundo perdido a estados e municípios para urbanização de áreas degradadas; b) financiamento de longo prazo, diretamente à população com renda de até 12 s/m; c) políticas voltadas para melhorias da performance do segmento, quer na forma de tecnologia, quer na forma de legislação mais avançada.

Para dar forma a esse modelo, foram instituídos os seguintes programas e ações: Pró Moradia-Habitar Brasil, voltado para melhorias em áreas habitacionais degradadas; Carta de

crédito FGTS, destinados a financiamentos a longo prazo para aquisição, construção e melhoria das habitações para populações até 12 s/m; Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade no Habitat (PBQP-H), programa voltado para a melhoria da performance do mercado e propostas de alteração da legislação sobre o uso do solo e questões ambientais.

Vale ressaltar que o fato de ser signatário da Declaração dos Assentamentos Humanos de Istambul (1996) obrigou o Brasil a introduzir mudanças na política de habitação para tentar aproximar os programas dos pressupostos da conferência, quais sejam: moradia adequada para todos e desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos. Os acordos com os bancos internacionais forçou o governo a introduzir nos programas a dimensão social através da participação comunitária e agregar, além do atendimento à moradia, o atendimento de outras demandas sociais nos programas destinados à população de baixa renda.

O Programa Habitar Brasil– BID, resultante do acordo de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento ao governo brasileiro em 1997 reflete esses acordos. O programa se propõe a elevar a qualidade de vida das famílias com renda de até 3 s/m que residem em aglomerados urbanos em condições precárias localizados em regiões metropolitanas do Brasil.

Nele são previstas ações nos aspectos relacionados à segurança em áreas de risco, salubridade, apoio à organização comunitária, educação sanitária e geração de renda. O objetivo é lograr o uso adequado dos bens e serviços proporcionados pelo programa, bem como a sustentabilidade do projeto. Sua execução se destina a áreas de favelas, mocambos, palafitas, cortiços, enfim, áreas precárias para habitação. O programa faz parte de um processo mais amplo que contempla a ativa participação da comunidade como fator fundamental para otimizar os resultados em vista.

As novas orientações definidas pelo modelo de intervenção do governo na área habitacional implicaram dois aspectos importantes: 1) a busca da descentralização e o aumento do controle social sobre os programas; 2) a introdução da dimensão social através da participação das comunidades.

Em decorrência, as famílias usuárias passaram a constar como instância importante na implementação dos programas. Ao mesmo tempo, emerge uma concepção de moradia mais integrada ao espaço urbano. A habitação não se esgota em seu aspecto físico, mas funde-se com a qualidade do habitar e com as relações que se produzem no espaço da moradia. A qualidade e a adequação da moradia devem se realizar à medida que o usuário dessa moradia, o habitante desse assentamento, participe da concepção e implantação dos projetos de moradia e urbanização.

Com essa preocupação, surgem novos estudos e pesquisas e, em particular, cresce o interesse de urbanistas e planejadores pelos projetos participativos, modelados pelas vivências da população alvo. Cresce também a necessidade de aproximação com as famílias usuárias, a necessidade de conhecê-las mais profundamente, seus valores, suas carências e também suas propostas a respeito do morar e do viver. Afinal, a moradia deixa de ser pensada apenas do ponto de vista dos gestores e planejadores urbanos para ser assunto partilhado com o senso comum, com usuários, moradores que são “conquistadores dos espaços e também produtores das cidades”.

Neste estudo, focalizamos essa dimensão participativa que vem redirecionando procedimentos de implementação e execução da política de habitação, buscando elementos que ampliem as condições de inserção dos usuários nos programas que lhes são destinados. De nosso ponto de vista, não basta a institucionalização da participação popular para que o êxito

de um programa fique assegurado. Nem a familiarização e normatização da participação resultam necessariamente em participação do usuário e de sua família. Antes de mais nada, participar não é aderir ou simplesmente aprovar propostas supostamente vantajosas ou de interesse coletivo. Por outro lado, parece-nos que formalizar/normatizar a participação não é condição suficiente para objetivar compromisso e satisfação do usuário com os objetivos e soluções constantes de qualquer projeto habitacional.

É o que se tem observado no trabalho como técnica social da Caixa Econômica junto a diversos empreendimentos realizados por essa agência sob a égide da participação. Apesar do esforço para assegurar seu envolvimento com os projetos, os moradores expressam um alto grau de insatisfação em relação às soluções habitacionais propostas, quando não evidenciam sua frustração com a moradia adquirida. Eles não se sentem contemplados na formulação dos projetos. O fato é comprovado pelas queixas constantes, pela grande mobilidade e tendência à especulação através das unidades habitacionais, inadimplência, má conservação dos equipamentos comunitários, etc. São freqüentes ainda, as reformas e alterações físicas e espaciais das moradias e dos espaços comuns, mostrando que algo do ponto de vista físico-arquitetônico se mostra inadequado às necessidades e expectativas dos usuários. Ou não responde a seu estilo de vida.

A casa em si carece de um sentido de apropriação e pergunta-se, o que vem provocando tais situações? Trata-se de dificuldades de adaptação ao espaço físico? Trata-se de uma questão relacionada à localização da moradia ou ao projetos arquitetônico?

Em geral, esses projetos são elaborados segundo os parâmetros técnicos e financeiros, mas, como são contempladas as características da população usuária?

Em que medida são levados em conta os aspectos subjetivos e culturais dos moradores na sua relação com o espaço da moradia? Que significação lhes é atribuída no planejamento das ações?

Aprofundar essa análise é importante do ponto de vista estratégico, da formulação e aperfeiçoamento das políticas e também do ponto de vista prático, na busca de revisão de procedimentos, instrumentos e técnicas de mobilização social. Em geral, há uma tendência nos programas habitacionais de adequar os moradores aos projetos propostos e pouco se investiga acerca dos anseios dos moradores, de forma a inverter essa ordem de prioridade. A implementação dos programas na realidade local privilegia o levantamento dos recursos de infra-estrutura ou das potencialidades de retorno do investimento realizado, deixando em segundo plano o conhecimento do público a ser beneficiado, seus significados, percepções e valores que têm relação com a moradia. Os usuários não são vistos como protagonistas do processo. E isso deixa uma lacuna nas políticas de habitação, já que serão eles que irão vitalizar o espaço mais tarde, segundo suas necessidades, vivências e cultura.

Nesse entendimento, os grupos dos moradores ouvem, não se fazem ouvir; sentem, mas não se fazem sentir. Que sentido esses grupos atribuem à casa, quais os aspectos que interferem e são significativos no seu processo de apropriação e de pertencimento ao espaço de moradia?

Essa é a nossa questão central neste trabalho que tem como eixo articulador o direito à moradia. E o direito à moradia supõe mais do que um teto, supõe qualidade de vida.

1.3 A habitação numa dimensão psicossocial

A política habitacional tem sido formulada à revelia dos usuários. Em consequência disso, o habitante não toma consciência do objetivo dessa política, não participa da sua execução e não toma consciência do seu benefício. Dessa forma, a alienação habitacional se instaura, como, aliás, parece ser o caso na maioria de nossos aglomerados urbanos.

Muitos dos modelos de habitação propostos à população reproduzem planos que lhe são alheios, porque não os consultam em suas necessidades habitacionais. Segundo Vasconcelos (1996), os modelos criam uma impossibilidade de identificação do habitante com sua moradia - é preciso que percebam também o quanto a desapropriação espacial vai a par de uma desapropriação em nível de pessoa, do corpo enquanto substrato daquela.

Freyre (1981, p.63) ressalta o quadro cultural da habitação ao transmitir a idéia de casa/moradia em sua integração ao ambiente como fundamento da organização social em seus vários aspectos: econômico, social, político, cultural e sexual. Diz o autor que o brasileiro é um “tipo social” em que a influência da casa se acusa ecológica e economicamente em traços de maior significação. “Gosta da rua, mas a sombra da casa o acompanha. Gosta de mudar de casa, mas ao pobre nada preocupa mais que comprar o seu mocambo; e o rico, logo que faz fortuna, levanta palacete bem à vista da rua”.

Para Lehfeld (1988), a habitação sempre foi uma das necessidades humanas primárias a serem atendidas e varia com as condições locais e o grau de evolução dos grupos sociais. Nesse sentido, ela é objeto de cultura e tem um valor de uso. O homem, ao

construir sua casa, imprime nela sua imagem, sendo possível, através da observação dos aspectos físicos e arquitetônicos da construção das moradias em geral, inferir sobre condições individuais e sociais que as mesmas traduzem e refletem. Aqui a autora se refere principalmente, a tecnologia de autoconstrução, que considera um dos modos de construção que mais expressa a habitação, como a habitação do homem e objeto de cultura.

Utilizou a autora segmentos de classe para mostrar concepções e significados diferentes acerca da moradia. O operário requer de sua moradia pouco mais do que a proteção contra a chuva e frio, estabelece uma relação direta com a casa, não mediatizada, da mesma maneira que se relaciona com o seu instrumento de trabalho.

Esse segmento da população tem a moradia como uso e valor econômico. Além disso, para esse segmento, a moradia vai se constituindo em um fator atraente para a vida de cada trabalhador por se constituir numa fundamental aspiração, diante dela representar fonte de vida estável, revestida de um sentido de ascensão social.

Por outro lado, o burguês considera que a casa significa a aplicação do capital, estando a mercantilização implícita em seu valor. A casa é a materialização da riqueza. Para a classe média, a habitação responde às funções que ultrapassaram as do simples abrigo, é suficientemente grande e complexa para permitir, paulatinamente, a ocupação dos espaços livres e é repleta de equipamentos e aparelhagens. Aparece como asseguradora do consumo.

Diz ainda Lehfeld (1988) que embora a casa, como um item de consumo, traduza a tática capitalista de incrementar um consumo crescente em todos os segmentos da população, encontra, na classe média, nesta perspectiva consumista, a visão de sua mercadoria.

Este estudo buscou aprofundar a relação que se estabelece entre os segmentos mais

pobres e a moradia. Que sentidos são dados à casa por parte desses grupos, como é simbolizada a habitação. Compreendemos que esta representação se expressa através da forma em que a “casa” é percebida, usada e transformada, mas também imaginada e pensada, refletindo identidade, valores, aspirações e tradições culturais dos grupos.

Para apreender esses processos, perguntamos sobre os sentidos e significados atribuídos por grupos de moradores à “casa”. Buscamos apreender os modos de apropriação e uso desse espaço. A apropriação do espaço de moradia refere-se às formas de uso e transformações dos espaços, no sentido de torná-los próprios, identificados de modo específico. Portanto, para além da materialidade dos espaços e dos processos que neles se desenvolvem, procurávamos as dimensões simbólicas que se apresentavam.

Segundo Santos (1985), em qualquer sociedade há códigos culturais que viabilizam a leitura, a apropriação e o aproveitamento dos lugares. No decorrer do estudo, esse aspecto fica bastante evidenciado com as entrevistas realizadas. Os moradores atribuíam à “casa” sentidos que ressaltavam o aspecto pessoal e social da moradia. O ambiente físico da casa, por sua vez, era representado como um meio por onde se expressam as vivências e práticas culturais.

“...A casa é importante para todo mundo. Porque é um lugar onde você está, é de segurança, de amparo, de família, onde você poder se dar, você pode receber. Casa não é só quatro paredes. Casa é onde você pode atender outras pessoas que possam estar precisando de você a qualquer momento, a qualquer hora. Aí a importância de ser maior, mais organizada.” (trecho de entrevista)

Santos (1982) preocupou-se com as questões relativas aos sentidos produzidos através da cultura e saber dos favelados. Argumenta que os favelados, moradores de loteamentos de periferia e demais habitantes pobres das grandes cidades, já possuem um razoável saber prático sobre suas possibilidades de morar. É uma espécie de estoque que inclui seleção de localização, decisões relativas a técnicas e materiais construtivos, uso e destinação de espaços. O morar se entretetece com outras atividades, algumas óbvias em suas afinidades, como trabalhar, e outras bastante sutis, como a pertinência e o recurso a redes de apoio familiar e religioso ou o contínuo batalhar por suportes políticos.

Esse conhecimento não advém de um padrão científico, mas de uma lógica fundada na ordem social. Nessa perspectiva, os estratos mais pobres da população revelam um saber ao buscar solução para seus problemas de moradia, através de suas diversas práticas, recriando inclusive seus espaços.

Moraes et al (1995), ressaltando um significado mais amplo do que moradia, dizem que o “habitar” implicaria em cultivar ou organizar espaços, estabelecendo um diálogo diário com o meio ambiente físico e social do indivíduo. O ato de morar é uma prática que manifesta caráter cultural do habitante. Está relacionado aos usos, costumes e resistências decorrentes das experiências e expectativas de seus usuários quanto à moradia.

No estudo realizado essa idéia se fez presente. Os moradores, ao falar sobre o reassentamento, não deixavam de fazer alusão ao tipo de lugar que desejavam morar:

“Queria eu sair daqui para um lugar melhor. Da idéia de ir para um apartamento, eu não gosto. Eu preferia uma casinha pequenininha. Uma casa. Casa é diferente. Você tendo um terraço você pode estender uma roupa, pode plantar. Pode mudar, pode derrubar, pode bater, pode fazer o que quiser. E de apartamento vai ser totalmente diferente. Por que a gente que é mulher gosta de ter um jardim atrás, da gente. Um lugar para fazer maior. E num apartamento que vai ser só aquele pedacinho e ali vai ficar mesmo. (Relato de uma moradora ao falar sobre o reassentamento)”

Os discursos não mostraram apenas os modos de utilização da casa, como o bater, derrubar, mudar. Mostravam também os valores dos grupos, expressos através da representação simbólica dos espaços da casa, como a relação estabelecida entre o jardim e a mulher.

A casa, enquanto espaço de moradia, representa mais do que qualquer outro, o seu usuário e como estes o usam cotidianamente. O lugar em que se mora e onde se vive permite uma diversa e peculiar leitura dos modos de vida dos grupos que lá estão, que, sem dúvida, são repletas de sentidos e significados, importantes para quem os vive.

Para Moraes et al (1995) esses atos e expressões, que podiam parecer uma manifestação de caráter individual em função da moradia se constituir em um ambiente onde se expressa com mais liberdade e particularidades individualizadas, são uma expressão social. Tendo em vista que as relações desenvolvidas individualmente têm como referência inevitável seu contexto social, e as próprias relações cotidianas travadas com outros indivíduos (exemplo: as relações de vizinhanças).

Estes foram os aspectos enfatizados neste estudo. A concepção que considera a habitação, enquanto lugar de moradia, não apenas configurada pela edificação, mas sobretudo pelas forças sócio-culturais que definem os espaços e as formas interiores e exteriores da expressão física do habitar.

A dificuldade de acesso à moradia, a luta para obtê-la e os determinantes econômicos e estruturais não são os únicos aspectos importantes quando tratamos da questão da habitação. Os grupos de moradores, ao revelarem em seus discursos suas maneiras de pensar e viver a moradia, reavaliavam o cotidiano como dimensão sócio-temporal, resgatando conhecimentos sobre práticas e representações criativas e singulares (não simplesmente reprodutivas) dos fatos da vida social. Fatos estes relevantes para a compreensão das transformações da sociedade e do meio urbano.

Duarte (1995), no estudo realizado através de uma vasta pesquisa de campo do Conjunto Habitacional Vila Pinheiros no Rio de Janeiro, construído entre 1979 e 1982 com a finalidade de remanejar habitantes de faixa de palafitas, verificou que, à medida que a comunidade vai recriando seu espaço de moradia, ela passa a se construir a si mesma. Mesmo não tendo participado das tomadas de decisões concernentes às suas habitações, seus habitantes conseguiram criar mecanismos de adaptação e, através de diversas práticas de organização social, puderam melhorar (ou ao menos suportar) uma difícil condição de existência. Este processo de adaptação se refletiu em mudanças significativas nos espaços do conjunto. A autora salienta que, de um lado, havia a frieza do que foi projetado sobre uma prancheta e, por outro lado, viu-se como o morador foi capaz de se ajustar e ajustar sua moradia às suas necessidades financeiras e às suas realidades culturais.

O que ocorre é que muitos dos espaços projetados pelos grandes agentes produtores do espaço urbano, não têm referência, significam a materialização da imposição de valores alheios, com uma evidente intenção de superioridade de determinados valores espaciais sobre suas “ordens reais” (Moraes et al, 1995).

Isto leva inevitavelmente à reinvenção desses espaços como marca registrada da existência desses grupos. Esses atores definem a maior parte de suas ações em função de ordens já expressas no contexto onde desenvolvem suas próprias existências. Por isso, um dos principais caminhos para poder apreender estas realidades particulares seria o resgate das maneiras como estes atores as compreendem, a partir de suas práticas e representações (Moraes et al, 1995).

Analisando a afirmativa de Moraes (1995) em relação a não referência dos espaços projetados, consideramos que as referências existem. Mas o que prevalece são os referenciais de técnicos e de planejadores que reproduzem signos e símbolos de um grupo dominante, sustentado por uma ideologia que pragmatiza e importa modelos.

Segundo Halbwachs (1970), quando um grupo se insere numa parte do espaço, ele a transforma à sua imagem, mas ao mesmo tempo, se curva e se adapta a coisas materiais que lhe resistem. Ele se fecha no quadro que construiu. Tudo se passa como se a sociedade tomasse consciência de seu corpo, por sua posição no espaço, e adaptasse sua organização às possibilidades assim percebidas. O espaço já não é somente solo, suporte e distância, mas contribui para revelar os atores sociais, apropriado é signo e símbolo do sistema social e facilita a elaboração da identidade dos atores sociais. Os indivíduos ou grupos sociais, ao usarem e transformarem o espaço, refletem a forma como dominam a organização e a produção do espaço para finalidades específicas que darão margem para

o desenvolvimento de vários tipos de relações sociais. Qualquer processo de democratização na compreensão do urbano tem a possibilidade de avançar, portanto, pela apreensão das representações dos moradores sobre seu espaço de moradia, levando em consideração as práticas que se desenvolvem no morar. Essas práticas são reveladas nos usos e apropriação do espaço, considerado como expressão de culturas e conhecimentos específicos, que podem diferir em diversos aspectos da cultura dominante que eles participam.

A moradia vinculada à questão urbana é a forma que Santos (1982) utiliza para fazer profundas reflexões sobre os aspectos simbólicos que permeiam as cidades e seus habitantes. Considera que os maiores problemas da moradia não estão no objeto “casa” em si mesmo, mas tem muito a ver com o significado e com as leituras que permitem os encadeamentos do que seja urbano. Entende o urbano para além de seus propósitos de expansão do capital. Utiliza a leitura dos seus símbolos em que o conjunto de espaços, edifícios, marcos, fronteiras, domínios, signos e atividades que peculiarizam uma formação urbana, configura-se numa verdadeira máquina de criação simbólica. Essa máquina se expressa através de sua diversidade e codificidade e que quanto mais diversificada, codificada e submetida à vigilância burocrática, maiores são as possibilidades de transformação irreverente e poética para as populações que habitam.

As favelas, por exemplo, surgem e se impõem contra as ordens imposta pelo urbano, ou mais precisamente sobre o seu discurso. Elas abrem portas para reversões de suas ordens pelo seu caráter metafórico, carregado de ambigüidade, entrelinhas, vácuos e contradições (Santos, 1982). Por mais que se analisem ou denunciem as causas determinantes da favela, seja em que esfera for, e que se rastreie a sua evolução histórica,

ninguém digno de crédito poderá dizer que ela foi programada e prevista por algum agente de dominação:“...os moradores mais pobres das cidades ocuparam lugares errados segundo a visão dos donos do poder. Porém, conforme suas premissas escreveram de forma certa, ao criarem suas expressões características, caprichando metaforicamente em suas gramáticas e sintaxes ” (Santos,1982. pp86).

Quando esses significantes que, na origem, são ricos, ambíguos, carregados de possibilidades, são reduzidos a ordens simplistas, colaboramos para acabar de tirar tudo de quem já não tem praticamente nada. Desse modo, não nos importamos muito em lhes fazer ver as enormes potencialidades que existem em dar sentidos e em mantê-los de forma distintiva como emblemas em torno dos quais se luta e pelos quais se ampliam conquistas. Não tomamos esse conhecimento nos valendo de habilidades de *experts*, o limpamos e organizamos de modo a devolvê-lo aos donos mais leves e mais agudos, de forma que possam operá-lo com o máximo de eficiência. Por que na batalha de apropriação, queremos inventar significados nossos, que nos deixem mais confortáveis.

O que ocorre na realidade é que, na hierarquia de poder urbano, o discurso do favelado representa o fim da fila. Técnicos, *experts* e pensadores negam ou desprezam o seu poder. Até quando percebem sentidos próprios em favelas, periferias e formas de vida e de atuação características desses locais, acham que são sempre alienados, manipulados por agentes externos e todo-poderosos como o capital e o estado. O pobre assim é reduzido à condição de eterno e total dominado a quem não resta qualquer espaço, ainda que mínimo. É o que sempre perde, mesmo quando parece que está conquistando o que é possível. Uma estranha interpretação de contendor masoquista que

atribui a diabólicas determinações do inimigo superior qualquer vantagem creditável a seu favor (Santos, 1982).

Elali (1995) realizou um estudo em São Paulo no Conjunto Rincão em Vila Matilde. Ele constatou que, na ocupação, o uso é simultaneamente “fim” (objetivo) do processo e “meio” pelo qual o usuário transforma espaço em lugar. Isso confere identidade ao ambiente e, ainda que sendo o “habitar” uma atividade dinâmica, os espaços utilizados tornam-se passíveis de contínuas alterações, adequando-o às novas necessidades. Há uma preocupação em analisar o que ocorre com e no espaço projetado, quando terminado o processo produtivo, torna-se um espaço vivencial, ocupado, lido e reinterpretado pela população.

Outros estudos se desenvolveram no sentido de verificar o nível de significação e profundidade do espaço de moradia. Mostram, com eloquência, a pregnância da vivência do espaço habitado na vivência e na auto-estima do próprio corpo e da sexualidade com repercussões diretas sobre a saúde, o bem estar físico e emocional, os relacionamentos afetivos e sociais, a atuação profissional, enfim sobre tudo o que se relaciona com qualidade de vida (Vasconcelos, 1996).

Coing, *apud* Vasconcelos (1996), em uma das raras produções psicossocial sobre a habitação, realizou um estudo sobre um quarteirão parisiense onde aparecem interessantes exemplos do que se poderia talvez chamar de incongruências cognitivas nas representações e percepções que os indivíduos e grupos fazem da habitação.

No entanto, essas incongruências deixam de sê-lo desde que se penetre a lógica ou os aspectos simbólicos que as subentendem. Relata ele que o quarteirão objetivamente sórdido, as casas pouco confortáveis, em condições de superpovoamento patogênico, não

se apresentavam assim para seus moradores. O autor conclui: o bairro agrada seus habitantes, aqui se encontra tudo, encontra-se sempre alguém conhecido na rua, a gente está em casa, em todo lugar. Não há fronteiras entre a rua, a casa e a fábrica. Vasconcelos (1996) realizou estudos que revelaram diferenças com a variável gênero (mulheres e homens) não representando da mesma maneira a habitação e seus arredores. Tratava-se de um bairro rural objetivamente sórdido, mas que para a população masculina apresentava inúmeras vantagens – lugar isolado e tranquilo/silencioso/muito verde/posso andar como eu quero etc - a avaliação feminina ao, contrário, destacou as desvantagens – insegurança/dificuldades de acesso a mercados e hospitais/falta de distração /isolamento. Segundo a pesquisadora, é interessante levar em consideração o porquê de representações tão diferenciadas. De atentar para seu impacto na vida da comunidade a impedir muitas vezes um acordo intragrupal no sentido de melhoria de condições de vida e explicando, em parte, o insucesso de muitos projetos de associações de bairro ou de campanhas ambientais.

Uma outra pesquisa da mesma autora realizada entre os anos 1975 e 1978 na comunidade de Queimados, na Baixada Fluminense, teve como objetivo detectar a troca simbólica corpo-casa. Também sua distinção entre os sexos e a mútua transformação das imagens do corpo e da casa. Os resultados apontaram o forte condicionamento dos papéis do gênero e dos estereótipos sexuais nas comparações feitas pelos sujeitos e a uma estreita relação entre o habitar (na casa) e o se habitar (corpo), relação vivida muito diferentemente pelas mulheres e pelos homens. Os discursos masculinos, além de ser mais lacunares e breves, colocavam-se ordinariamente na categoria do simbólico - a casa como domicílio da vivência e da imagem do corpo. Expressando o orgulho de terem-na

construído e o prazer de nela habitarem - enquanto os discursos femininos, longos e repletos de interpolações, se incluíam na categoria do sintomático em que o espaço doméstico sendo frequentemente representado como vulnerável, precário e mal situado.

Couchaux (1980) mostra como as sociedades sedentárias e as sociedades nômades divergem quanto à percepção da moradia. A cidade *locus* das sociedades sedentárias resulta precisamente de uma acumulação, tanto de riqueza quanto de espaço, não sendo difícil deduzir daí a estreita relação entre o desmembramento do espaço nas cidades (quarterões, casa, cômodos) e o desmembramento social (classes, castas, corporações). Já entre os povos nômades, a fluidez das relações sociais e econômicas está diretamente ligada à fluidez do espaço da habitação: “O espaço não se acumula ali sobre a forma de lugares: os lugares só existem como lugares de passagem”, refletindo-se na forma leve das construções e em sua não-compartimentação (Couchaux, 1980, p 16).

Essa diferença de percepção do espaço entre povos nômades e sedentários não significa que, entre os primeiros, também não exista uma repartição do espaço. Apenas essa repartição é mental, submetida a uma série de mitos e de ritos que ordenam o espaço, o qual é mapeado simbolicamente. Entre os nômades, o lar não é sinônimo de casa, ou esta não coincide com os limites materiais da habitação, bastando apenas um símbolo para definir um território ou uma habitação e dentro dela os vários espaços.

Cortez (1990) realizou um estudo na Favela Chié em Recife e constatou que o morar possui uma latitude que extrapola o espaço ocupado com a construção da moradia. Os moradores, ao serem inquiridos sobre o que é o morar no Chié, responderam que é perto, ou que é como se fosse dentro da cidade.

Percebe-se o quanto o ato de morar está impregnado de significações e que o

entendimento da questão da moradia apenas pelos fatores econômicos e espaciais não permite o alcance da sua dimensão sócio-cultural. A escuta dos moradores, através da aproximação do cotidiano dos grupos, possibilita o conhecimento e análise das formas de ocupação, leitura e interpretação de população em relação ao espaço projetado.

Entretanto, ainda não se vê, nas formulações das políticas, uma preocupação com os aspectos que envolvem a dimensão subjetiva da moradia, principalmente o que se refere a apreensão dos moradores. As maneiras de viver e pensar dos sujeitos, enfim, os seus verdadeiros interesses, são sempre um desafio quando da implementação das políticas. Gerando como conseqüências atuações improvisadas. É como se tudo ainda estivesse para ser apreendido.

Ora, a moradia é lugar onde o indivíduo se situa socialmente e pessoalmente no mundo, urge aprendermos questões que estejam relacionadas à dinâmica subjetiva que envolve o morador e o espaço de moradia. Essas questões, mesmo que estejam calcadas numa dimensão objetiva (estrutura econômico-social), se colocam quase como determinantes nas variações do habitar e evidenciam as particularidades dos grupos. As variações envolvem formas de apropriação e identificação com o espaço de moradia.

Este estudo pretendeu construir um conhecimento a partir de idéias, sentimentos e vivências das famílias em relação ao espaço da casa, atribuindo sentido e valor aos pensamentos e idéias de grupos de moradores. O entendimento de que essas concepções estão impregnadas de um saber capaz de produzir um conhecimento importante para esses grupos pode contribuir para uma revisão da prática social do setor habitacional.

Quando trata-se de habitação popular, as particularidades culturais e sociais dos grupos emergem mais fortemente e as alternativas criadas fogem aos moldes tradicionais. Para isso, torna-se importante conhecer esses sujeitos, aproximar-se do seu cotidiano.

O significado atribuído à casa pode orientar modos de conceber, dar valor e uso ao espaço de moradia e elucidar questões como: o que pode influir na fixação do indivíduo no seu espaço de moradia, o que faz com que o espaço de moradia torne-se um espaço apropriado pelo seu morador e o habitante passe a constituir o sentimento de pertencimento e esse espaço torna-se “seu”? Acredita-se que nas práticas desses grupos há uma lógica e saber que se constituem em teorias que alicerçam modos de vida e concepção de mundo.

A teoria das representações sociais foi a abordagem teórica escolhida neste estudo para identificar as teorias que se constroem sobre a casa por grupos de moradores de “favelas” e que de certa forma tendem a influir na relação desses grupos com o espaço moradia.

Tal abordagem tem sido profícua nos últimos anos nas áreas das ciências humanas e sociais. Sociólogos, psicólogos, antropólogos, arquitetos têm se preocupado em realizar estudos que busquem uma aproximação com o cotidiano dos grupos, visando não só apreender como se dá o modo de vida das populações e seus processos, quanto usar esse conhecimento como auxílio no processo de planejamento, de forma que ele venha ser um instrumento que responda às exigências concretas da vida da coletividade urbano.

1.4 A TRS: uma teoria que explica as teorias do senso comum.

A teoria das representações sociais proposta por Moscovici em 1961 se preocupa em compreender como as pessoas teorizam as experiências nas quais participam e como

essas teorias capacitam-nas a construir realidades e determinam seus comportamentos.

Para Almeida et al (2000), é na busca da compreensão dos significados criados pelo homem acerca do mundo e de si mesmo e os processos nele imbricados que a TRS se fundamenta.

Moscovici (1976) argumenta que as representações sociais baseiam-se em teorias do senso comum, constituindo-se em um conjunto de conceitos, afirmações e explicações, pelas quais se procede à interpretação e mesmo à construção das realidades sociais. Essas interpretações são formuladas e partilhadas pelas pessoas para apreensão de seus contextos sociais e ambientais, acarretando, conseqüentemente, num processo de classificação de pessoas, coisas e fatos, reconhecendo alguns como significativos e descartando outros.

A teoria das representações sociais surgiu em uma época em que se assistia nas ciências sociais uma preocupação com a produção da subjetividade. Era enfatizada a construção de significados através da participação do homem na cultura. Procurava-se valorizar o conhecimento científico, não apenas como reprodução de um saber, mas também como reconstrução do saber, permeado pelos valores culturais aos quais se agrega.

A expressão representações sociais foi criada para fazer uma ligação entre o mundo individual e o mundo social, associando-o a uma sociedade que muda, devido ao fato da diversidade da origem tanto dos indivíduos quanto dos grupos.

Almeida et al (2000) argumentam que a TRS tem uma atenção voltada para a assimilação do conhecimento científico pelo pensamento social. Portanto, seu interesse está voltado para as práticas sociais, diversidades grupais e produção de sentidos, preocupando-se

com a construção de teorias normativas pelo senso comum e sua necessária inserção cultural.

Quanto à sua estrutura, as representações sociais se configuram segundo três dimensões que são: informação, atitude e campo de representação ou imagem. A informação tem relação com a organização dos conhecimentos que um grupo possui a respeito de um objeto social. O campo de representação remete à idéia de imagem, ou seja, ao conteúdo concreto das proposições acerca de um aspecto preciso do objeto da representação e a atitude, que termina por focalizar a orientação global em relação ao objeto da representação social (Moscovici, 1978).

Jodelet (1989) argumenta que as representações sociais, além de serem um conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, têm um objetivo prático. Ou seja, concorre para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. “É uma forma de saber prático que liga um sujeito a um objeto”(Sá, 1996, p. 32).

Durante este estudo, os grupos de moradores foram produzindo conhecimentos que se fundamentavam nas suas práticas e vivências. A casa para os sujeitos era um objeto carregado de sentidos e significados que no conjunto retratavam formas de pensamento que continham visões de mundo.

As vivências no âmbito do morar e os modos que foram se concretizando na conquista da moradia geraram para esses grupos um conjunto de conhecimentos, um saber particular. A “casa” então, enquanto espaço de moradia, passou a ter um valor, importância e sentido que esses moradores durante a sua vida foram atribuindo.

A teoria das representações sociais se propõe a estudar as teorias que se constroem no cotidiano a respeito do que é importante para o grupo que a constrói. As práticas cotidianas, os

valores e a cultura estão presentes nas representações sociais, como também, as representações construídas estão a todo tempo influenciando as práticas. Segundo Moscovici (1976), as representações sociais nascem das condições concretas e são construídas em condições socialmente desiguais como resultado da divisão social do trabalho. Ou seja, elas não são construídas fora de uma realidade histórica, econômica e social. E uma vez forjadas em condições socialmente desiguais, as representações são, portanto, sociais, já que partilhadas, mas não homogêneas, porque partilhadas na heterogeneidade da desigualdade social.

As representações se constroem no contexto das conversações cotidianas; portanto, não se formam fora de um contexto sócio-histórico dos grupos (ancoragem). Elas são elaborações que se fazem nas condições sociais concretas e possuem funções para os grupos sociais e para os indivíduos que as elaboram e as adotam como: dar sentido à realidade social, produzir identidades, organizar as comunicações, justificar e orientar condutas. A função identitária permite salvaguardar a imagem positiva de cada grupo e sua especificidade, e a função justificadora permite aos atores manterem ou reforçarem os comportamentos de diferenciação social nas relações entre grupos.

As representações elaboradas nas dinâmicas de comunicação “tornam o estranho familiar e o invisível perceptível”, o que implica em dominar a realidade pela integração cognitiva do novo. Além disso, a representação torna possível a reconstrução do real através da interpretação dos elementos constitutivos do meio ambiente, em uma dimensão ordenada e significativa para os membros de uma comunidade determinada

Segundo Sá (1996), o primeiro passo para a elaboração de uma teoria das representações sociais foi a estrutura de dupla natureza-conceitual e figurativa.

Moscovici (1978) propôs desde o início que se considerasse a representação como um

processo que torna o conceito e a percepção de algum modo intercambiáveis, visto que se engendram reciprocamente. Então, se por um lado, era possível representar um objeto não-presente, dando-lhe um sentido e simbolizando-o, por outro lado, a atividade perceptiva trataria de recuperar esse objeto, dar-lhe uma concretude icônica, figurá-lo, torná-lo tangível. Esse processo seria o responsável por significativas transformações entre o que é “tomado” do real e o que é a ele reenviado. É através dessa dinâmica se efetua a atualização da natureza das representações.

Ao dar significados à “casa”, os moradores não conceituavam e nem apenas descreviam o objeto. Traziam-no em seu caráter imaginante, não existindo, assim, um corte entre o universo interior do sujeito e o universo exterior (o objeto). Isso quer dizer que, para a TRS, o objeto está sempre inscrito em um contexto ativo, móvel, visto que ele é parcialmente concebido pela pessoa ou a coletividade enquanto extensão/continuação de sua conduta.

Jodelet (1984) salienta que, em relação ao campo de fenômenos das representações sociais, pode-se pensar em 6 diferentes perspectivas de elaboração: 1) ênfase à atividade puramente cognitiva pela qual o sujeito constrói sua representação; 2) acentuação dos aspectos significativos da atividade representativa; 3) tratamento da representação como forma de discurso; 4) consideração da prática social do sujeito na construção da representação; 5) determinação da dinâmica das representações pelo jogo das relações intergrupais e 6) ênfase sociologizante, fazendo do sujeito um portador das determinações sociais responsáveis em última instância pela produção das representações.

A elaboração e o funcionamento de uma representação podem ser compreendidos através dos processos de objetivação e ancoragem. Esses processos compreendem a

imbricação e a articulação entre atividade cognitiva e as condições sociais onde são forjadas as representações.

O processo de objetivação se constitui de três fases: I) a construção seletiva; II) a esquematização estruturante; III) a naturalização. A ancoragem é estruturada em 3 momentos: 1) como enraizamento no sistema de pensamento; 2) atribuição de sentido; 3) instrumentalização do saber.

Segundo Jodelet (1984), a ancoragem consiste na integração cognitiva do objeto representado em um sistema de pensamento pré-existente e nas transformações implicadas em tal processo. Moscovici (1984) diz que ancorar é classificar e denominar.

A objetivação constitui numa operação imaginante e estruturante pela qual se dá uma forma específica ao conhecimento acerca do objeto, tornando-o concreto. Para Jodelet (1984), a objetivação é como se estivesse materializando a palavra. Segundo Moscovici (1984), objetivar é descobrir a qualidade icônica de uma idéia ou reproduzir um conceito em uma imagem. Todo esse processo se faz de uma forma dinâmica, em que a objetivação e ancoragem são aparentemente opostas. A objetivação visa criar as verdades evidentes para todos e independente de todo determinismo social e psicológico, e a ancoragem, ao contrário, traz a intervenção de tais determinismos na sua gênese e transformação.

A ancoragem está diretamente articulada à objetivação para assegurar as três funções fundamentais da representação que são a incorporação do estranho ou do novo, interpretação da realidade e orientação dos comportamentos. Para explicitar melhor essa relação, Moscovici (1978) diz que a objetivação explica como os elementos representados de uma teoria se integram enquanto termos da realidade social; a ancoragem, por sua vez, permite compreender a maneira na qual eles contribuem para exprimir e constituir as relações sociais”.

Esses foram os fundamentos que determinaram a escolha dessa teoria para subsidiar este estudo que se desenvolveu em duas “favelas” ribeirinhas na Cidade do Recife. Segundo Yazbek (1996), abordar grupos de indivíduos, cujas alternativas de moradia, o colocam na posição de desqualificados”, “marginais”, é penetrar num universo de dimensões insuspeitadas. Um universo marcado pela pobreza, exclusão e subalternidade, pela revolta silenciosa, pela crença na felicidade de gerações futuras, pela resistência e pelas estratégias para sobreviver

Nesse cenário, foram apreendidas as representações da casa através dos discursos e imagens produzidas dos moradores. Por entender que as representações não se formam instantaneamente, mas que se constroem dentro de uma realidade histórica, cultural e material, nos reportamos ao desenvolvimento da questão da moradia no Recife, acreditando que esse contexto, enquanto realidade objetiva, fornece os elementos de ancoragem às representações das comunidades estudadas.

CAPÍTULO II

RECIFE: UM MAPA SINGULAR

"Os planejadores urbanos afetaram radicalmente nossa noção de cidade, levando-nos a esquecer que as cidades nascem de baixo; nascem de suas ruas. A vitalidade das cidades depende do caminhar".

(James Hillman 1993, pp.56)

2.1 A ocupação do solo na terra do mangue

A cidade do Recife, cercada de pontes, mangues e alagados, desenha-se por uma área de 220km². Geograficamente constitui-se de subáreas com características distintas que promovem uma variação em suas paisagens. Possui, em relação à área total da superfície da cidade, 67,43% de relevo constituído por ambiente de morros de pequena elevação, 23,26% de ambiente de planície aluvionar e 9,31% de ambiente aquático.

A cidade foi se formando a partir do seu desenho natural, por isso a sua singularidade. Sua ocupação, diretamente relacionada a seu desenho geográfico, foi condicionada pelos aspectos físicos e naturais.

O processo de urbanização se fez por aterros nas áreas de maré e nas terras procedentes dos latifúndios. Nesse processo, as terras planas e secas adquiriram maior valor imobiliário, enquanto os baixios sujeitos a inundações e os terrenos dos morros que circundam a cidade passaram a ser ocupados pela população mais pobre.

Em função da própria estruturação geográfica, o Recife condicionou seus habitantes a conviverem desde cedo com a escassez de terra firme, o que tornou mais agudo o processo discriminatório sob o qual desenvolveu-se (SEHAB, 1991).

A estrutura fundiária da cidade caracteriza-se por grandes extensões de terras de Marinha e por áreas remanescentes de latifúndios originários dos antigos engenhos de açúcar. Foi sob a influência e domínio holandês no século XVII que o Recife adquiriu suas primeiras características de cidade.

Iniciava nesse período a preocupação com uma infra- estrutura que pudesse conter a expansão do comércio, e assim o vilarejo passou a abrigar algumas obras de engenharia – como os aterros de mangues e drenagem de alagados e de arquitetura (Rezende, 2002).

No final do século XIX, a cidade do Recife possuía uma estrutura urbana definida a partir do núcleo central, para onde convergiam as atividades portuárias, comerciais e administrativas, e pelos núcleos periféricos originados das antigas povoações decorrentes dos engenhos.

Nesse período as transformações espaciais e arquitetônicas, começavam a dar nova paisagem ao bairro portuário do Recife. O antigo traçado colonial português e seus sobrados eram substituídos por construções de largas avenidas e modernos edifícios ecléticos que passaram a ser ocupados pelas novas sedes de bancos e firmas de comércio exportador e importador.

Segundo Rezende (2002), a cidade começava a ter novos ares e mudava sua paisagem com estradas, pontes, padronizações de prédios dentro dos princípios modernizadores.

Nesse período, a habitação já se apresenta escassa e segmentária. Segundo Freyre (1981), mesmo desprestigiada pela rua (matriz, fábrica, hotel) e diminuída nas funções patriarcais, “a casa” do século XIX continuou a influir muito fortemente sobre a formação social do brasileiro de cidade. O sobrado, mais europeu, formando um tipo, o mocambo, mais africano ou indígena, formando outro tipo social de homem.

Os mocambos eram situados geralmente em áreas alagáveis ou alagadas, os mangues, por todo o sítio urbano. Eram as opções de moradia dos segmentos populares, ocupados geralmente por ex-escravos ou pescadores da cidade.

Já nesse momento, os mocambos expressavam a luta das populações pobres pelo direito, até então ilegal, de morar em áreas esquecidas, “protegidas” da valorização, por razões de ordem tecnológica, geográfica e econômica.

Ao mesmo tempo que a localização e o desenho natural da cidade do Recife tornou-se aspecto atrativo para colonizadores, mercadores, para outros segmentos, no entanto, representou um conjunto de forças desafiantes e obstaculizadoras. Esses obstáculos tinham a ver com dois fatores que condicionam até os dias atuais o acesso ao uso do solo: a estrutura urbana moldada pela economia açucareira - que impulsionou a concentração de terras nas mãos de poucas famílias - e o fato de ser o Recife uma cidade situada entre o oceano, os rios e os alagados.

Assim, em virtude de uma estrutura física-espacial e econômica-social , os habitantes do Recife avançavam pelos mangues desde o século XIX. Por essa época, tem também início um grande fluxo migratório, responsável pelo crescimento da população urbana. Esse fluxo teve relação com o estabelecimento de refinarias de acucar a partir de 1884, o que consolidou o poder dos latifundiários e a monocultura da cana de acucar (Moura, 1990).

Em 1920, havia 240.000 pessoas morando no Recife e até 1940 a cidade cresceu lentamente, a uma taxa anual de crescimento em torno de 1,91% - taxa esta que, vinte anos depois, seria duas vezes maior. De 1950 a 1970, o desenvolvimento industrial atraía moradores para a cidade, até que a localização das fábricas na periferia redirecionou a moradia dos imigrantes, que não procuravam mais o centro da cidade (Moura, 1990).

Nessa época, as indústrias atraíam para cidade um grande contingente populacional, desencadeando um processo de urbanização acelerada. No Recife especificamente, esse processo desencadeou na sua metropolização e dos municípios circunvinhos, que se efetivou a partir da década de 1970 com a criação da Região Metropolitana do Recife.

Em Recife, as invasões urbanas, que se deram entre as décadas de 1975-90 e que envolveram cerca de 80.000 famílias, duplicaram a área ocupada pela população pobre da cidade, revelando sinais das incongruências da cidade, através de seus desenraizamentos impostos (CNUAH/HABITAT, 2001)

A pobreza no Recife era um cenário conhecido; Castro (1966, pp 10) já escrevia sobre ela: “descobri a fome nos meus anos de infância nos algados da cidade do Recife, onde convivi com os afogados deste mar de miséria . Não foi na Sobornne, nem em

qualquer outra univesidade sábia, que travei conhecimento com o fenômeno da fome. O fenômeno se revelou espontaneamente aos meus olhos nos mangues do capibaribe, nos bairros miseráveis da cidade do Recife. Esta que foi a minha Sorbonne: a lama dos mangues do Recife, fervilhando de caranguejos e povoada de seres humanos feitos de carne de carangueijo, pensando e sentindo como caranguejos”.

O fato é que anos se passaram e o tempo parece que não trouxe solução nem melhorias para esses problemas. Ainda hoje, século XXI , a beleza da cidade do Recife contrasta com suas acentuadas desigualdades. As populações pobres sofrem com as precárias condições de moradia e de acesso a bens e serviços de consumo coletivo. Nas falas dos moradores, isso se confirma em contestação e desespero:

“...somos feito caranguejos, vivemos como carangueijos”. E isso não é vida” (trecho de uma entrevista)

Não é vida digna de seres humanos, pois são muitos que aumentam essa “corda de caranguejos”. Parcelas significativas da população, cerca de 48,96% em 1998, residiam em áreas com precárias condições de habitabilidade, que se estendem no centro e na periferia, nos morros e na planície (CNUAH, 2001). Essa realidade se expressa nos discursos, desenhos e colagens realizados pelos moradores pesquisados ao retratar o lugar onde moram. Ratos, baratas, escorpiões, rio poluído, esgoto a céu aberto, foram elementos usados para representar o cotidiano desses grupos e essa injusta realidade .

A velocidade da expansão urbana nas últimas décadas contribuiu para acentuar a disputa pelo território, o que resultou em tensões crescentes entre o mercado imobiliário

e a população pobre assentada em áreas de interesse desse mercado. Os moradores sentem que cada vez mais se restringe os espaços da cidade para os pobres:

“...só tinha esse mesmo, não tinha mais outro lugar. Tinha lá no Detran, mas para invadir. Eu ia invadir também, mas acontece que é aquela confusão. No começo, teve polícia, teve tudo. Eu não gosto.” (trecho de entrevista).

A invasão é uma alternativa difícil para as populações, porque se há uma reação do poder público, ela geralmente se efetua com violência.

Atualmente, a cidade se mostra com um cenário marcado por fronteiras tênues entre aquelas áreas de alto valor de mercado, com padrões nobres de edificação e atendidas por serviços de infra-estrutura básica, e assentamentos populares com casas precárias em tecido urbano tortuoso, permeado de valas de esgoto a céu aberto.

Segundo Moura (1990), em praticamente todos os bairros onde se concentra a população de mais alta renda, encontram-se incrustadas, ao menos, pequenas ocupações irregulares em terras ou vias públicas, palafitas sobre os rios ou em áreas de propriedade questionada.

Assim, a cidade das oportunidades de emprego e ascensão social transforma-se na cidade da dura realidade. A cidade dos homens se forma de pedras e de sonhos. Ao final, parece, porém, que construída essa máquina, mais de pedras que de sonhos. Calvino (Calvino, 1999: p.16), ao descrever a cidade de Anastácia, a definiu como uma cidade enganosa: “tem um poder que às vezes se diz maligno e outras vezes benigno. A fadiga

que dá forma aos seus desejos toma dos desejos a sua forma, e você acha que está se divertindo em Anastácia, quando não passa de seu escravo”

Não havia no entanto, mais a cidade de “papel”. Recife era uma paisagem bonita que se “enfejava” com os contrastes sociais acentuados, mas era real. Realidade que fazia de desigualdades, opressão e confrontos.

2.2 Favelas no Recife: Cenário das desigualdades

O número de áreas pobres existentes na cidade do Recife é bastante expressivo chegando a 421 em 1998 (PCR/UFPE, 1998). O universo de desigualdades socioespaciais é algo desafiante para o poder público (figura 1). Nenhum bairro da cidade se situa a uma distância superior a 1,2 Km de uma favela.

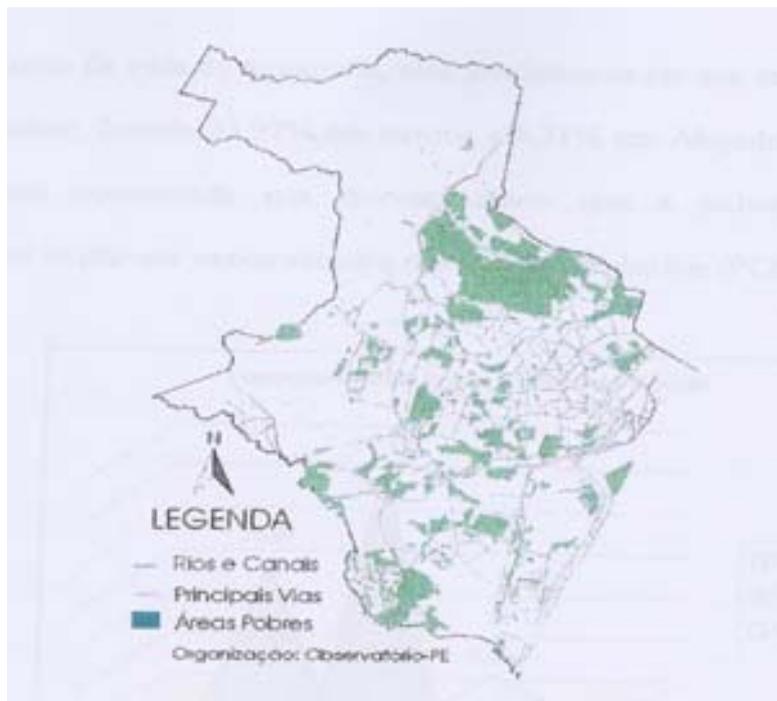


Figura 1. Mapa dos assentamentos populares da cidade do Recife.

Os assentamentos pobres do Recife ocupam o equivalente a 15% da área do território municipal e 25% de sua área urbanizada, extraídas as áreas de reservas e de proteção de mananciais (PCR/UFPE, 1998).

No Recife, coexistem duas categorias de assentamentos subnormais: a) assentamentos que tiveram origem histórica com o surgimento dos mocambos, e que se expandiram de forma desordenada nos espaços até então não ocupados pela cidade formal; b) outros que tiveram sua gênese no recrudescimento da crise da habitação, em tempos recentes, ocupando áreas de risco e de proteção ambiental, e que, por isso mesmo, estão a exigir um tratamento prioritário e urgente do poder público.

Do ponto de vista da topografia, eles localizam-se em sua maioria (57,72%) em áreas de planície, ficando 33,97% em morros e 8,31% em alagados (figura 2). A sua expansão está concentrada nos morros, sendo que a pulverização de novos assentamentos se dão nos vazios situados nos bairros da planície (PCR/UFPE,1998).

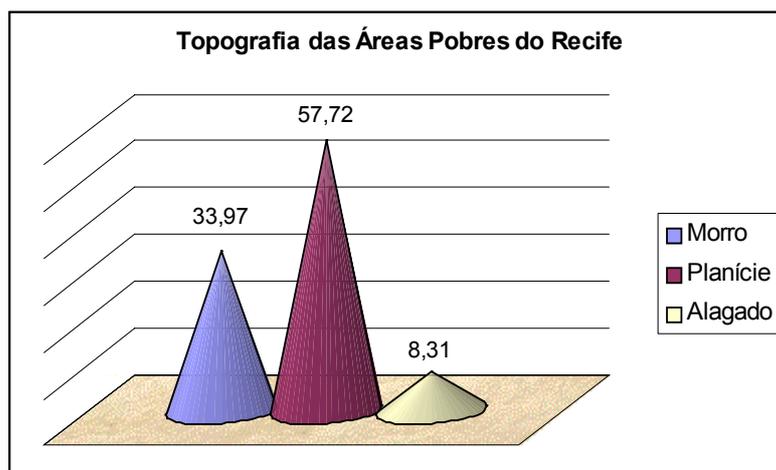


Figura 2. Topografia das áreas pobres do Recife. Fonte: PCR/UFPE - Cadastro de Áreas Pobres da Cidade do Recife, 1998.

Em 1997, 781 mil pessoas habitavam nos assentamentos populares (IBGE, 1996), e estima-se hoje que mais de 800 mil vivem nas áreas pobres do Recife (CNUAH/HABITAT,2001). Esses dados demonstram a dimensão da pobreza e dos problemas que a cidade enfrenta, refletindo inclusive, o alto grau de desigualdade existente na distribuição de renda na cidade.

Recife é detentora de um dos maiores índices de desigualdade do país, com uma situação que se agravou ao longo da década de 1980/1990. A situação observada no início da década de 90 (43,61%) se apresentou pior do que no início da década anterior (33,69%) (PNUD/PCR/FIDEM/SUDENE/IPEA/FJP, 2000).

Considerando-se, pois, a estimativa da população que habita nas áreas pobres do Recife em 1998 (48,96% da população total da cidade), a conclusão é de que a situação se apresenta como uma questão social grave (PNUD/PCR/FIDEM/SUDENE/IPEA/FJP, 2000).

No que se refere à situação do Estado de Pernambuco como um todo, o déficit habitacional correspondente a 316 mil unidades, sendo 190 mil localizadas em seus centros urbanos. A cidade do Recife, marcada por profundos contrastes sociais, possui um déficit de 80 mil unidades. (Programa Habitacional do Recife- Nossa Casa, 2001).

A realidade é que as favelas não param de crescer. Elas crescem não só através das novas invasões, mas adensando as já existentes. O controle público sobre as ocupações desordenadas, além de quase inexistente, torna-se hoje cada vez mais difícil devido à quantidade de pessoas desempregadas. A falta de planejamento e políticas efetivas permite ainda mais o crescimento desordenado, causando um prejuízo ao sistema financeiro e administrativo. Os custos com a urbanização, quando o desordenamento já foi estabelecido, é deveras elevado.

O acesso às condições dignas de moradia se encontra diretamente relacionado aos níveis de renda da população, sobretudo por ser a habitação um bem caro e, por isso mesmo, de acessibilidade muito mais difícil.

Vê-se que na renda familiar das populações nas áreas pobres do Recife existe um predomínio (70,31%) da faixa de rendimentos entre 1 e 2 salários mínimos e 11,64% corresponde a uma renda familiar inferior a 1 salário mínimo (Figura 3).

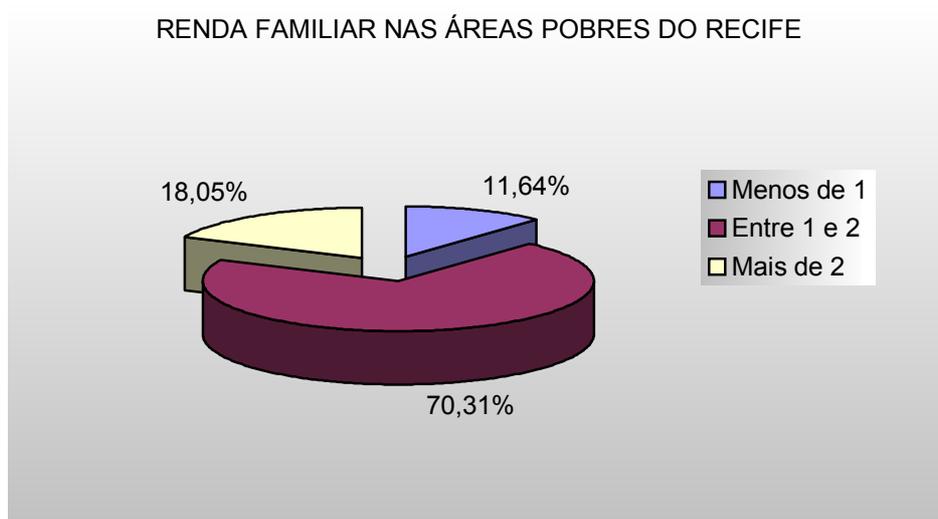


Figura 3. Renda família das áreas pobres do Recife. Fonte: PCR/UFPE - Cadastro de Áreas Pobres da Cidade do Recife, 1998.

Nas entrevistas realizadas com os moradores de favelas foi confirmada essa realidade. O dinheiro que se obtém, na maioria das vezes na informalidade, é apenas suficiente para a compra de alimentação. A falta de condição de pagar uma prestação de casa ou aluguel e a necessidade de ter um lugar para “encostar a cabeça” são os motivos que fazem com que essas populações ainda resistam e ocupem terrenos alheios.

“...E aí, a gente foi morar na beira da maré, porque a gente pagava aluguel de casa com o dinheiro de comer e mesmo assim no outro dia já estava devendo.”(trecho de entrevista)

São grandes as dificuldades financeiras dessas populações, tornando o compromisso com aluguel inviável. O dinheiro do aluguel tira o dinheiro do “pão”.

Os assentamentos em sua maioria possui um tempo de existência considerável, o que confirma o processo histórico de ocupação. Cerca de 66% das favelas possuíam 21 anos, enquanto 24,26% já contavam mais de 10 anos, encontrando-se portanto, consolidadas no tempo e com uma história construída. Os demais têm entre 5 e 10 anos (8,55%), e somente 5 áreas (1,19%) têm até 5 anos de existência (PCR/UFPE, 1998) (figura 4).

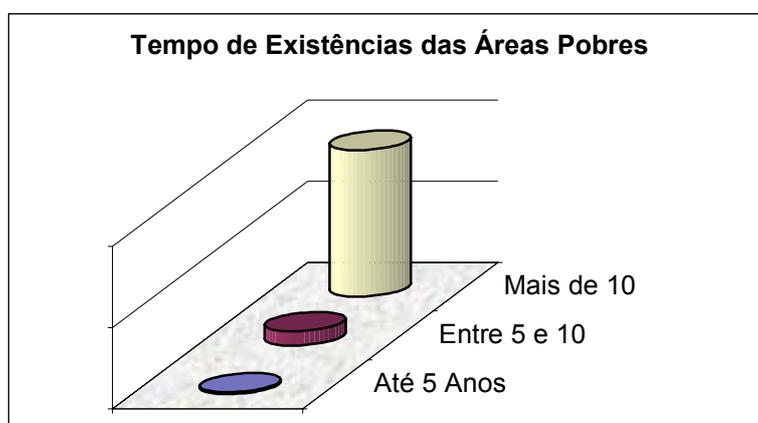


Figura 4. Tempo de existência das áreas pobres. Fonte: PCR/UFPE. Cadastro de Áreas Pobres da Cidade do Recife, 1998.

O tempo de existência implica diretamente na relação que as populações estabelecem nesses locais. Criam, entre seus habitantes e seus ambientes vínculos e laços afetivos de solidariedade, além de estratégia de sobrevivência e trabalho.

Disso resulta um apego ao local e uma resistência a qualquer projeto de reassentamento para outras áreas. Os moradores das comunidades estudadas, por exemplo, possuem um tempo de ocupação de cerca de 40 anos, seus moradores chegaram até o local através de familiares, e mesmo com a possibilidade de habitarem em um lugar com melhores condições de infraestrutura, eles resistem à mudança.

...Mas a senhora sabe, eu moro aqui já esses anos todinhos, estou velha, para que eu sair daqui? Quero não. Quero ficar aqui, porque eu gosto daqui, filha, faz muitos anos que eu moro aqui, eu cheguei aqui jovem.”(trecho de entrevista).

A consolidação dos assentamentos não se deu passivamente. Foi resultado de uma história e de um processo de mobilização, luta e organização desses segmentos.

Quanto às condições de moradia da população de baixa renda, de modo geral, estão muito aquém dos padrões desejáveis, não somente do ponto de vista das necessidades individuais, isto é, das unidades habitacionais em si, mas também das carências coletivas.

Essas populações, além de viverem sob a ameaça da expulsão e a discriminação, enfrentam um conjunto de dificuldades estruturais. Dados demonstraram que 60,8% da população tinha até 25 anos, e o nível de escolaridade era muito baixo, com uma taxa de analfabetismo de 10%. Também 67% da população economicamente ativa trabalhava no setor informal da economia, e 76% da população tinha rendimento mensal de até 2 salários mínimos. O padrão construtivo das casas de alvenaria era de baixa qualidade, sem revestimento, chão de terra batida e coberta de amianto; 42,6% das habitações tinham até 3 cômodos e quase sempre de dimensões reduzidas; 25,0% das habitações não dispunham de instalações sanitárias; 21,0 % das instalações sanitárias eram externas à casa ou coletivas e 58,0 % dos imóveis lançavam os dejetos a céu aberto (PCR/URB RECIFE, 1998). Não é por acaso que uma dessas áreas pobres é chamada e reconhecida como “Rua da Merda”.

Havia ainda, segundo essa fonte, um conjunto de favelas que estava a merecer toda a atenção do poder público, formado pelos domicílios distribuídos em áreas de risco ou preservação permanente. Em 1996, esse conjunto totalizava 215 favelas, com 68.850 domicílios e uma população de 267.400 habitantes. Ainda existem as áreas consideradas muito pobres que, somadas às classificadas como em estado crítico, correspondem a 79,81% do total de áreas pobres (PCR/URB RECIFE, 1998)

Esse conjunto de dados apenas confirmam o que os olhos dos habitantes do Recife vêem cotidianamente ao andar pela sua cidade. As famílias protagonistas dessa realidade a vivenciam como um assombro permanente. As crianças tornam-se para elas uma grande preocupação e são as grandes vítimas .

*“... Eu gostaria muito de ter uma casinha assim para o futuro das minhas filhas. Pode ser quatro paredes, assim de tábuas mesmo. Mas no solo, no terreno em que a gente possa sentir que é seguro, que não tem doença. Que não atinja as minhas crianças, que minhas crianças não se sintam em perigo, como esses animais, ratos, essas coisas que possam prejudicar”
(trecho de uma entrevista).*

Percebe-se a face cruel do déficit habitacional para uma população que vive da atividade informal, portanto com baixíssima renda, e que, por absoluta falta de alternativa, se vê compelida a habitar locais que representam risco efetivo e iminente para a sua própria segurança de vida, expondo as famílias a condições de insalubridade que, certamente, trarão efeitos danosos à saúde.

Existe uma relação direta entre a ausência de esgoto (92,16%) e a incidência de doenças, sobretudo as doenças infecto-contagiosas, principal causa da mortalidade infantil devido à desidratação que acarretam. Apenas 0,95% dos assentamentos pobres têm 100% de seu território atendido por esse item de infra-estrutura básica, refletindo nas condições de saúde da população (PCR/URB RECIFE, 1998). Todas essas condições são desafios a serem enfrentados pelo poder público. A incapacidade do poder público para solucionar o problema e o espaço pouco privilegiado que a habitação ocupa em relação às demais políticas sociais são aspectos que em muito interferem na montagem desse quadro.

Pior ficará se esse cenário passar a ser imperceptível aos olhos do poder público e dos habitantes e se instalar como um quadro irremovível.

2.3 A luta pela moradia no Recife – uma busca da virada do estabelecido

A luta dos moradores por habitação no Recife pode ser considerada sob o prisma dos movimentos sociais urbanos. Segundo Castells (*apud* Moura, 1990), a prática desses agentes tende a transformar a estrutura urbana ou a modificar relações de poder. Como classe que conta com uma organização política, os moradores podem vir a produzir novos efeitos na estrutura social. As mudanças legais ocorridas no decorrer da luta por habitação podem transformar as relações de poder e ser, portanto, um canal de transformação de estrutura urbana.

No Recife, a luta dos invasores trouxe algumas mudanças legais. Entretanto, essas mudanças tem se dado a nível superficial, não corporificando mudanças substanciais nas normas do direito de propriedade privada (Moura, 1990).

Antes de falarmos das iniciativas de organização da população, reportamo-nos a história da ocupação do solo no Recife através da regulamentação adotada para os ‘terrenos de marinha’ em 1831. Os alagados foram incorporados ao patrimônio da União, passando ao domínio dos estratos abastados mediante o pagamento de uma taxa anual (o foro). Os novos “donos” das terras alagadas começaram a expulsar os moradores ou, em outros casos, a cobrar “o aluguel do chão”.

Entre 1909 e 1915, foi elaborado o plano de normas para loteamentos e construção de habitações. A partir de então, a habitação começa a transformar-se em objeto privilegiado de atuação de diversos agentes industriais especuladores, rentistas e companhias construtoras. Estas contavam com incentivos do Estado por meio das facilidades para a aquisição de terrenos e isenção de impostos.

O Poder Público começou a intervir intensivamente nos padrões de uso do solo e das áreas a serem urbanizadas. As vilas foram implantadas em áreas aterradas, próximas aos corredores de transporte. Entre elas, podem-se destacar a Vila da Macaxeira e a Vila da Torre (começando a conformar uma periferia mais afastada do centro), e as vilas de Camaragibe e de Paulista, que deram origem a novos núcleos urbanos, hoje metropolitanos (FJN, 2001).

Com o crescimento populacional, as vilas construídas não foram suficientes para sanar com as dificuldades de moradia, já agravada pela concentração de terras nas mãos dos donos de engenho.

Como consequência, verificou-se, no âmbito da moradia, a expansão dos cortiços, favelas e mocambos, tanto em número de novas ocupações, como também no adensamento das que estavam consolidadas. Os mocambos já eram cerca de 20 mil em 1913, ou seja, 43% das habitações recifenses (FJN, 2001).

O aumento do número de mocambos não era tratado como consequência de um problema estrutural, mas como o principal responsável pela deterioração do padrão de vida dos segmentos de média e alta renda.

Se por um lado, o estado tomava iniciativa para a extinção dos mocambos, os moradores pobres, a seu modo, mantinham-se na luta e exigiam moradia. Em 1914, a Federação Operária de Pernambuco incluiu, entre as suas reivindicações, a construção de casas populares e o congelamento dos preços dos aluguéis.

Em 1929, foi criada a “Liga dos Proprietários Pobres da Vila de São Miguel” com o objetivo de defender os interesses de todos os proprietários pobres da referida vila. Essa articulação foi uma das primeiras formas de resistência das lutas populares pela moradia e permanência na terra.

Em 1938, houve atuações mais drásticas por parte do poder público, com a proibição de construção de mocambos, quer na zona urbana, quer na suburbana. As proibições só aumentavam as dificuldades dessas populações e as resistências. Em 1939, em pleno “Estado Novo”, foi criada a “Liga Social contra o Mocambo”, pelo então interventor Agamenon Magalhães.

Segundo o Censo dos Mocambos, de 1939, havia 45.581 mocambos (164.837 habitantes, 42,75% das habitações da cidade). Os mocambos eram próprios, mas construídos em terrenos alugados (somente 3.963 não pagavam o foro). A política de Agamenon removeu cerca de 40 mil mocambos. Contudo, era discrepante a relação entre as remoções e as

alternativas de moradia oferecidas. Apenas uma casa foi construída para cada quatro demolidas. Em 1945, a “liga” transformou-se numa autarquia estadual, o Serviço Social Contra o Mocambo e, até aquele momento, somente 5.415 casas, 16,6% dos mocambos existentes em 1939, tinham sido relocadas (FJN, 2001).

E assim foram se dando as ocupações marginais da cidade do Recife. Os moradores expulsos saíram para outras partes mais distantes da cidade, onde reproduziram as mesmas condições anteriores. As grandes áreas de morro, situadas ao norte, por não interessarem ao capital imobiliário devido a sua declividade, foram ocupadas durante o período. Os mocambeiros conseguiram também se manter em algumas áreas centrais, como o Coque e os Coelhos.

Nos anos entre 1951 e 1960, as ocupações e invasões em terrenos públicos duplicaram. Todavia, a repressão contra os novos assentamentos também continuou freqüente, tanto nas áreas privadas quanto em áreas públicas. Dentre alguns casos de resistência, destaca-se o dos ocupantes de Brasília Teimosa, em 1958, na área chamada Areal Novo, pertencente ao Estado de Pernambuco.

Em seguida, a luta por moradia torna-se mais organizada. As entidades e associações de bairro encampam essa briga. A situação fundiária das áreas era alvo de investigação por parte das entidades. A partir de referências políticas partidárias, foram criados os Comitês Populares e Democráticos de Bairro (CPDS), também se proliferaram organizações de mulheres, como a União das Mulheres do Cordeiro, a Liga das Donas de Casa de Santo Amaro, a Sociedade Feminina Protetora Virgem dos Prazeres. Porém, as organizações populares nesse período ainda não conseguiam formular uma estratégia mais ampla de luta, dispersando pontualmente seus esforços.

Só nos anos que antecederam ao golpe de 1964 é que as organizações populares de bairros se fortaleceram. A ocupação de alagados e mangues decresceu e os conflitos foram se politizando. As diretrizes da política habitacional que se esboçavam no âmbito federal reforçaram o trabalho de administrações mais populares no Recife. Mesmo com algumas intervenções ainda de caráter fragmentário, afirmava o compromisso com a causa dos moradores de baixa renda na sua luta por moradia.

Em 1960, houve um avanço em relação ao trabalho para identificação da titulação da terra. Foi formado um grupo para essa ação; porém, o levantamento de títulos não chegou ao fim devido a grande resistência por parte de vários proprietários que possuíam títulos duvidosos, uma vez que muitas áreas do Recife tinham sido adquiridas por “grilagem”.

Destacou-se também nessa época uma tendência à negociação nos casos de conflitos por terra. A orientação dada era de não se expulsar os invasores. Esta premissa se concretizou com o caso da invasão de Sítio das Palmeiras – Engenho do Meio, e também na intervenção nos Montes Guararapes (patrimônio histórico nacional), com o reassentamento de 550 famílias numa área de 32 ha no Sítio Cajueiro Seco.

Nesse período, o compromisso com a população de baixa renda foi traduzido também pela assistência jurídica prestada no enfrentamento à “exploração desalmada dos latifundiários urbanos”.

Entre 1971 e 1980, o número de invasões ocorridas em áreas privadas diminuiu. Entretanto, essas ações, antes espontâneas e desarticuladas, se tornaram organizadas e coletivas. As lutas e movimentos pela moradia, pela posse da terra e por melhorias urbanas marcariam o contexto de “redirecionamento” da Política Habitacional. A resposta do Estado começou a partir desse momento, a incorporar programas alternativos de habitação popular que não apontavam para a remoção como alternativa única.

Entre 1979 e 1982, a Prefeitura do Recife criou o Sistema de Ação Comunitária, quando foram instalados “barracões” nos assentamentos de baixa renda, visando a realização de reuniões com a comunidade. Assim, o estado estava mais orientado para a integração das camadas de baixa renda nos programas habitacionais. Os barracões inspiraram a estrutura do

PREZEIS – Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social – implantado mais tarde, em 1987.

No início dos anos 80, observou-se um ligeiro declínio no número de invasões em áreas privadas. Temendo a permanência dos moradores de maneira irrevogável, os proprietários passaram a acionar em juízo, também, os ocupantes de assentamentos antigos, além dos invasores. A legalização da posse urbana tornou prioritária a demanda dos moradores que reivindicavam a prevalência do direito de moradia sobre o direito de propriedade. Além disso, os moradores (ocupantes ou invasores) começaram a acionar em juízo os proprietários de terra, protegendo-se das ameaças de violência. Nessa conjuntura, o número de invasões ocorridas em áreas públicas cresceu, e a postura de não remover os ocupantes foi adotada pelo governo em vários casos.

Uma das experiências que demarcou um redirecionamento das políticas e programas urbanos foi um projeto elaborado pela comunidade de Brasília Teimosa. Nesse projeto, os moradores definiram as linhas gerais do processo de legalização da terra, através do plano de desenvolvimento para o Recife. Esse plano visava tratamento especial aos assentamentos de baixa renda, com programas especiais para a legalização. Essa experiência teve um papel relevante na politização das ocupações e teve a participação da CJP (Comissão de Justiça e Paz) da Arquidiocese de Olinda e Recife. No âmbito jurídico, os argumentos em favor dos invasores passaram a ser utilizados em outros Estados do País.

Vários setores da sociedade civil, ONGs e movimentos populares se articularam para propor o Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social – PREZEIS. Este plano é destinado a regular o uso do solo urbano pelas camadas de baixa renda. O PREZEIS antecipou as recomendações que se materializariam posteriormente com a Constituição Cidadã de 1988 e o recentemente aprovado Estatuto da Cidade.

Apesar das políticas de habitação adotadas pelos Estado e município tenderem a desassociar as populações, promovendo a extinção de mocambos e favelas, toda a luta e mobilização dos moradores, se não trouxe mudanças substantivas no contexto macro estrutural, ao menos obrigou o poder público a agir não somente conforme interesses dos donos do poder econômico. As populações pobres começaram a se fazer presentes, tornando-se protagonistas desse processo. Portanto, não só o assujeitamento, mas a luta por um direito universal, o direito à moradia. Uma das formas que o governo utilizou para solucionar o déficit habitacional e driblar os poucos recursos existentes foi a criação de programas de habitação não convencionais. Apesar de ter sido uma iniciativa importante, até como forma de inserir mais as famílias no processo de obtenção e construção da moradia, a sua produção esteve aquém das demandas existentes.

2.4 Déficit Habitacional X Produção habitacional no Recife

Os sistemas de produção da habitação existentes – produção não-mercantil e produção rentista – não conseguiram deter a crise da moradia que se acentuaria, a partir de 1930, com a passagem do centro motor da acumulação capitalista das atividades agro-exportadoras para atividades industriais.

Entre os anos de 1970 e 1980, o déficit habitacional no Recife diminuiu de 34,2 % para 24,9 % (PCR/URB RECIFE, 1998) devido aos programas habitacionais empreendidos pelo Governo Federal. Esses programas de financiamento, no entanto, exigiam contrapartida dos beneficiários e não emprestavam à população de baixa renda, em sua grande maioria residentes nas favelas. Eram pois, dirigidos à população com renda superior a 3 salários mínimos.

Para fazer frente a esse quadro, o poder público buscou gerar oportunidades habitacionais para a baixa renda (compreendida pela fração da população que tem rendimentos mensais de até 3 salários mínimos). No Recife, o número de oportunidades habitacionais oferecidas pelos programas alternativos ultrapassa a produção de unidades em programas convencionais. Essa inversão trouxe como princípio básico a intermediação dos mercados especulativos da terra e do material de construção, visando à redução dos custos de produção da habitação. Criou-se o Banco de Materiais de Construção (BMC), que deu suporte à construção e melhoria de cerca de 25 mil habitações.

Entre os anos de 1991 a 1998, a produção de unidades habitacionais diminuiu, sendo a menor empreendida pela COHAB(Companhia de Habitação de Pernambuco) desde a sua criação. A conjuntura de descentralização das políticas habitacionais e a dependência de recursos externos culminou com a reestruturação da COHAB e a criação da Empresa de Melhoramentos Habitacionais (EMHAPE), em 1998 (tabela 1).

Os anos 90 são marcados, em relação às políticas (programas/ projetos) habitacionais locais, por um modelo de descentralização que, por um lado, ampliou as atribuições das administrações municipais, e, por outro, foi responsável pela baixa efetividade para a implementação dessas políticas, em função, principalmente, da limitada capacidade financeira dos municípios.

A figura 5 demonstra que as oportunidades habitacionais geradas no Recife com recursos CEF/OGU/FGTS e BNDES são pequenos em relação às carências apresentadas, mas são predominantes. Apenas 9% dos recursos empregados em construção de unidades habitacionais são próprios (municipais ou estaduais).

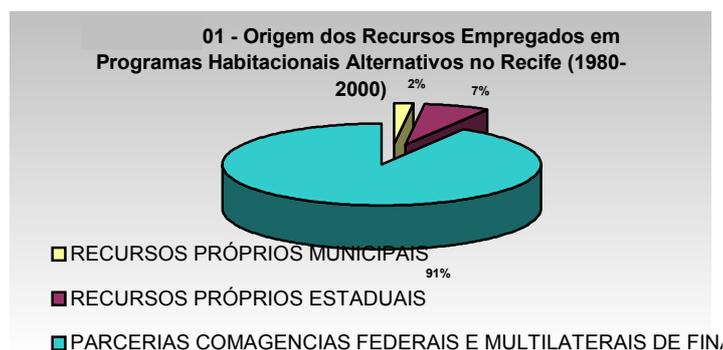


Figura 5. Origem dos recursos para programas habitacionais alternativos no Recife.

A tabela 1 reforça a reflexão anterior, quando se comparam as fontes financiadoras dos diferentes programas. Somente 17% dos recursos utilizados são de fundos próprios: estaduais (13%) e municipais (4%).

Essa situação é ainda mais crítica quando se focam as últimas gestões. Os dados da década de 90, isolados permitem observar que as oportunidades habitacionais foram mínimas, resumindo-se a algumas ações pontuais e a ações dos programas PAIH e Habitar BRASIL.

PROGRAMAS	ANOS	PROMOTOR	ORIGEM DOS RECURSOS	HABITAÇÕES	
				UNIDADES	% NO TOTAL
PROGRAMAS ESTADUAIS					
PARCIALMENTE SUBSIDIADOS					
PROMORAR	1980 -1996	GOV. ESTADO PREFEITURA DO RECIFE	BNH/CEF	7914	28,9
CHÃO E TETO	1987-1990	GOV. ESTADO	CEF/BIRD/PRÓPRIOS	4156	15,2
PLANO PAIH	1991-1998	GOV. ESTADO	CEF	1803	6,6
TOTAL PARCIAL				13873	50,6
TOTALMENTE SUBSIDIADOS					
AÇÕES PONTUAIS	1987-1988	GOV. ESTADO	PRÓPRIOS	1745	6,4
MUTIRÕES	1987-1990	GOV. ESTADO	PROPRIOS / SEAC	668	2,4
HABITAR BRASIL UF	1995-1998	GOV. ESTADO	CEF/OGU	890	3,2

HABITAR BRASIL R	1995-1998	GOV. ESTADO	CEF/OGU	506	1,8
PONTE DO MADURO	1991-1998	GOV. ESTADO	CEF/FGTS	1093	4,0
AÇÕES PONTUAIS	1995-1998	GOV. ESTADO	PRÓPRIOS	10	0,0
AÇÕES PONTUAIS	1999- 2000	GOV. ESTADO	CBTU	208	0,8
TOTAL PARCIAL				5120	18,7

PROGRAMAS MUNICIPAIS TOTALMENTE SUBSIDIADOS

MUTIRÕES	1988-1989	PREFEITURA DO RECIFE	PRÓPRIOS/BNDES/SEAC	233	0,8
AÇÕES PONTUAIS	-1996	PREFEITURA DO RECIFE	PRÓPRIOS PRÓPRIOS	524	1,9
ÁREAS VAZIAS	1980-1997	PREFEITURA DO RECIFE	PRÓPRIOS/CEF/BNDES	7006	25,5
PREZEIS	1993-1996	PREFEITURA DO RECIFE	PREZEIS	119	0,4
AÇÕES PONTUAIS	1997-2000	PREFEITURA DO RECIFE	PRÓPRIOS/COMPESA	59	0,2
AÇÕES PONTUAIS	1999- 2000	PREFEITURA DO RECIFE	GOV. ESTADO / CBTU	320	1,2
PREZEIS	1999- 2000	PREFEITURA DO RECIFE	PREZEIS	175	0,6
TOTAL PARCIAL				8436	30,8
TOTAL GERAL				27429	100,0

Tabela 1: Recife: programas habitacionais alternativos 1980-1998. FONTES: DIUR – URB RECIFE 1999; COHAB, 1999; Souza, 2001; Azevedo, 2000.

Na realidade, os recursos federais foram mínimos no financiamento da habitação popular e os municípios não tinham condições de gerarem recursos na escala necessária para empreender programas habitacionais de porte. A inoperância dos governos municipais nessa área se deve muito mais à ausência de uma política respaldada pelo Governo Federal, que não tem viabilizado financiamentos, nem aportado recursos suficientes para fazer face à baixa disponibilidade financeira do poder executivo municipal, do que propriamente à falta de capacidade técnica de planejamento e execução de obras por parte dos órgãos municipais.

Os dados revelam ainda, o baixo nível de descentralização dos programas empreendidos no âmbito federal. Cardoso e Ribeiro (2000) afirmam que é necessário um

esforço conjunto dos três níveis de governo para que se possam enfrentar, efetivamente, as expressivas necessidades habitacionais da população brasileira.

Souza (2001) argumenta que há atualmente um esgotamento da Política de Habitação Popular, não só na escala federal como no âmbito local. O impasse provocado pelo teor empresarial e pelo princípio de auto-sustentação financeira, que predominou na formulação dos programas inicialmente implantados pelo BNH, elevou o patamar de acesso à habitação, excluindo os setores mais pobres da população.

Por outro lado, os programas alternativos implantados a partir dos anos 80, visando ampliar as tais condições de acesso, implicaram subsídios que resultaram na limitação da expansão de tais programas face ao descompasso estrutural e crescente entre receita e despesa que esses subsídios geram para o organismo financiador.

O trabalho de articulação política desenvolvido junto aos moradores de áreas pobres, com a gestão participativa das demandas e reivindicações da população, permite que o Estado se legitime frente a esses segmentos e não se veja forçado a discutir questões mais estruturais, como a política fundiária. Ao mesmo tempo, a ausência de política ou de ações do Estado, em diversas áreas das cidades, permitem que a segregação urbana acentue o modelo núcleo-periferia e se reproduza de modo abrangente (Souza, 2001)

Analisando os dados vê-se que as desigualdades sociais foram reafirmadas e reproduzidas pelas opções de políticas públicas pouco focalizadas e excludentes ao longo do processo de construção da cidade. Descomprometidas com a realidade concreta, as oportunidades habitacionais geradas foram eficientes somente para uma parte da cidade. À outra coube a condição degradante de (por falta de opções de acesso a moradia) aterrar o

mangue, cortar o morro e habitar precariamente em palafitas construídas com os restos da cidade formal.

Pôde-se observar o quanto às intenções políticas estão distantes das opções e das práticas governamentais. Apesar do reconhecimento formal das carências generalizadas e de áreas prioritárias à urbanização, da crescente institucionalização de canais de participação que começaram a formalizar (reconhecer) o discurso da informalidade, a exclusão urbanística tende a se generalizar. Administrando recursos escassos e espremidos pela necessidade de financiar o processo acelerado de industrialização, no quadro do desenvolvimentismo, o Estado foi incapaz de ampliar o bem-estar geral e desenvolver políticas sociais mais amplas.

A operacionalização de programas de habitação nesse contexto macro-estrutural tem ocorrido sob dois ângulos: 1) em função da grande demanda habitacional e carência de recursos, o projeto habitacional, ao ser viabilizado, vem regido de um discurso tecnicista. A preocupação se dá com os aspectos físico-estruturais, não cabendo as populações qualquer manifestação. Acredita-se nesse caso que as populações, em virtude das condições a que estão submetidas, tornaram-se apáticas e assim aniquilam qualquer expressão de sua subjetividade, conhecimentos, desejos. Elas nada têm a contribuir; 2) a segunda direção, considera que em virtude de poucos recursos e das experiências realizadas, é importante a participação e manifestação dos moradores em relação ao projeto, já que o empreendimento vai servi-los e eles terão a responsabilidade do uso e manutenção. Nesse caso, o projeto físico segue paralelo as intervenções sociais junto com os moradores.

O projeto habitacional que vem sendo executado pela Prefeitura do Recife para atender às comunidades aqui estudadas insere-se na segunda direção. A dimensão social do projeto tem uma importância semelhante a que é dada a obra física. Os grupos de moradores participam de atividades sócio-educativas e discutem com os técnicos do poder público a melhor forma de

condução do projeto. Os moradores são considerados atores importantes e fundamentais no desenvolvimento do programa, dependendo da sua participação associada as ações do programa, a sustentabilidade do projeto.

CAPÍTULO III

A PESQUISA

"...tu poderás, seguindo o curso das águas, a partir de cada uma destas plantas, aumentar teu território".

(Carlos Castaneda, 1995, p.59)

3.1 Cenário do estudo

Este estudo, fundamentado na teoria das representações sociais, desenvolveu-se em duas comunidades de baixa renda localizadas em áreas ribeirinhas no bairro da Torre e Madalena, no Município de Recife. Essas comunidades estão sendo beneficiadas com um projeto de reassentamento - Projeto Beira Rio executado pela Prefeitura do Recife e operacionalizado pela Caixa Econômica Federal. Esse projeto faz parte do Programa Habitar-Brasil-BID que se propõe a urbanizar áreas degradadas existentes em cidades metropolitanas.

O programa Habitar Brasil é de iniciativa do Governo Federal em convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Este programa tem em seu pressuposto que o direito de uma habitação condigna é um requisito importante para o exercício da cidadania. É essencial considerar em qualquer política de governo, participação popular como forma de afirmação da cidadania e também como estratégia de democratização e controle social da gestão pública.

O programa tem duas áreas de atuação: urbanização de assentamentos subnormais (UAS) e desenvolvimento institucional (DI). O DI visa fortalecer as condições administrativas e funcionais dos municípios para dotá-los de maior capacidade de atuação em relação aos aglomerados subnormais (favelas, cortiços entre outros). A UAS, que é a ação onde estão contextualizadas as comunidades estudadas, visa a melhoria da qualidade de vida desses assentamentos através de ações voltadas para execução de obras e serviços de infra-estrutura urbana e de ações de intervenção social, ambiental e de geração e renda. Tais ações devem transcorrer de forma coordenada e integrada através de projetos que compreendam a

regularização fundiária, a implantação de infra-estrutura, a recuperação ambiental e a participação da comunidade na concepção e implantação dos projetos.

Os critérios de atendimento do programa exigem que a comunidade assentada tenha mais de cinco anos na área, que sua localização configure área de risco e que não tenha sido ainda atendida com financiamentos semelhantes. Para as populações que estão dentro desses critérios, mas que ocupam áreas consideradas pelo poder público como impróprias para moradia, a ação implementada é a de reassentamento.

O Habitar Brasil-BID, dentre os programas habitacionais existentes, possui uma proposta diferenciada. Propõe-se a intervir, de forma integrada, dando à dimensão da participação comunitária um valor extremamente importante para o êxito do programa. As ações de participação comunitária iniciam-se antes das obras físicas e, após a obra, se estendem por um período de 12 meses.

A intervenção que vem sendo desenvolvida junto às comunidades estudadas prevê o reassentamento de 320 famílias que vivem em áreas ribeirinhas, morando em situações precárias. Essas famílias serão reassentadas em um conjunto habitacional verticalizado, localizado a 1km da moradia de origem, onde 100% das habitações serão subsidiadas. Os recursos que estão envolvidos no projeto equivalem a cerca de R\$-4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais).

A área do reassentamento é servida de infra-estrutura básica, de serviços e de equipamentos sociais urbanos. Em seu entorno, conta com vias pavimentadas, rede de energia elétrica, abastecimento de água, esgoto, transporte e comunicação.

A escolha destas duas comunidades para o estudo deu-se pelo fato dos grupos de moradores estarem mobilizados com a questão da moradia, em função principalmente, da intervenção que vem sendo realizada. Além de que a solução proposta apresenta-se como um

desafio tanto para os moradores, quanto para a eficácia do Programa Habitar Brasil-BID. Trata-se de uma mudança de ambiente (tipologia habitacional verticalizada) que exigirá da população mudanças de hábitos do ponto de vista sócio-ambiental, sócio-organizativo e físico-espacial.

O projeto de participação comunitária é parte integrante do projeto de urbanização. Através deste projeto, a Prefeitura do Recife deu início às ações junto com as comunidades beneficiadas. Os técnicos envolvidos no projeto foram até as comunidades divulgar o projeto de reassentamento na busca da adesão dos moradores. Mesmo considerando as propostas participativas do programa, a solução habitacional proposta não foi fruto dessa participação, mas das decisões técnicas do poder público responsável, acrescidas, segundo técnicos da prefeitura, das condições de escassez de terrenos na cidade.

O projeto visa o acompanhamento necessário da população em todas as etapas do projeto, de forma que elas possam se apropriar do empreendimento e integrar-se ao novo ambiente. Esse acompanhamento se dá através de atividades sistemáticas sobre as seguintes temáticas: organização e mobilização social, educação ambiental e geração de renda.

O poder público municipal foi abrindo um canal de comunicação com as comunidades beneficiadas. As reuniões com os grupos de moradores passaram a ser sistemáticas e tiveram, como primeiro objetivo, sensibilizar os moradores para a formação de um grupo que representasse as comunidades.

Assim, foi formado o Núcleo de Articulação Social (NAS) através da eleição direta de 18 representantes de cada comunidade. O NAS configurou-se como uma instância representativa das comunidades, tendo como principal atribuição o acompanhamento do projeto de reassentamento, planejamento de ações, aquisição e disseminação de conhecimentos nas áreas de educação ambiental, geração de renda, organização social e gestão condominial

Com a constituição do NAS, as reuniões passaram a ter um caráter mais participativo, sendo este o momento em que iniciamos nossa participação não só como técnica que acompanhava o projeto pela agência financiadora, mas enquanto pesquisadora. Observávamos comportamentos, opiniões e relatos dos moradores nos grupos e coletávamos material. Essas reuniões ocorriam semanalmente e seu objetivo era de desencadear um processo de trabalho conjunto entre comunidades e técnicos. Após a constituição da instância de representação dos moradores, tiveram início o processo de socialização e a construção de identidade do grupo com o projeto.

O caminho escolhido para desenvolver essa etapa foram as oficinas sócio-educativas. A idéia era que o conhecimento poderia advir de uma construção conjunta que envolvesse moradores e técnicos. As oficinas, que funcionavam como um momento importante para a manifestação dos moradores sobre o projeto, eram conduzidas por consultores externos da prefeitura e tinham como objetivo a socialização, a capacitação profissional e a assimilação de conteúdos e práticas de educação ambiental. Além disso, elas visavam obter a motivação dos moradores através de atividades de caráter criativo e integrativo. Alguns dos produtos dessas oficinas foram resgatados nesse estudo como dados para análise.

A participação efetiva da comunidade é vista como possibilidade de engendrar sentimentos de apropriação e identificação com a proposta pelos grupos de moradores. A expectativa dos órgãos envolvidos é que esse trabalho social possibilite uma efetiva mudança de qualidade de vida no dia-a-dia dos moradores, demonstrada através de atitudes e hábitos diferenciados.

Assim, achamos oportuno fazer um recorte e acompanhar essa intervenção através da investigação sobre o olhar dos moradores em relação ao seu ambiente de moradia, ou mais precisamente sobre a “casa”.

Como não podíamos abarcar em uma única pesquisa todos os aspectos do projeto, optamos em nos aproximarmos dos grupos de moradores e conhecê-los através de seus modos de habitar e de suas representações sobre a casa, o local e a comunidade em que viviam.

Nosso objetivo foi o de obter informações que subsidiassem intervenções semelhantes. Através da compreensão e entendimento desses moradores acerca das representações e práticas do morar, pode-se favorecer a assimilação de valores e cultura próprios desses grupos ao novo ambiente. Além de potencializar suas vivências na construção das estratégias de sustentabilidade para esse tipo de empreendimento.

Já mencionamos que a cidade do Recife é marcada por uma diversidade de padrões de ocupação do solo, onde convivem habitantes territorialmente próximos, mas separados por diferenças sociais inigualáveis. A acentuada disparidade de renda entre os vários setores sociais contribui entre outros fatores, para acelerar e consolidar processos de polarização espacial e segregação urbana.

É neste ambiente que se encontram as comunidades onde foram realizadas a pesquisa. A **comunidade A**, localizada no Bairro da Madalena e a **comunidade B** localizada no Bairro da Torre.

CENÁRIO 1

A comunidade A está assentada à margem do Rio Capibaribe numa faixa de terra, parcialmente dentro da linha da maré alta. (foto 1).



Foto 1. Comunidade A^a

O assentamento ocupa uma área de 0,42 ha, onde residem 316 habitantes, distribuídos em 109 unidades familiares. Em péssimas condições de moradia, a área apresenta característica de várzea (terreno baixo alagado em época de chuva) e a proximidade da maré contribui ainda mais a esta situação. A comunidade A é simplesmente um cinturão, constituído por casebres, estreitados entre o Rio Capibaribe, o muro de um terreno baldio e parte do muro do Conjunto Residencial Benfica.

A vegetação existente na área restringe-se a algumas árvores e fruteiras, principalmente coqueiro plantado nos pequenos quintais. A vegetação primitiva de mangue foi extinta dando lugar aos casebres. A ocupação desta localidade teve início por volta de 1942, quando uma das primeiras moradoras se instalou no local para vigiar uma fábrica de óleo da redondeza. Após muitos anos (mais ou menos 1982), a ocupação intensificou-se à margem do Rio Capibaribe, principalmente por parentes dos que ali residiam.

Segundo depoimento dos moradores, a comunidade já sofreu duas iniciativas de relocação. A primeira em 1977, quando as famílias foram removidas para Maranguape,

localidade da região metropolitana do Recife, município de Paulista. Contudo, a maioria das famílias voltou dando início ao novo processo de ocupação. Outra iniciativa de relocação desses moradores ocorreu em 1985 quando a URB transferiu 24 famílias para a área do Detran, localidade da Zona Oeste da Cidade do Recife.

A comunidade começou a se organizar a partir de 1993, com a fundação do Conselho de Moradores do Benfica. Nesta época, a entidade contou com o apoio do comitê “Tortura Nunca Mais” que realizou trabalho de capacitação de liderança para gerenciamento da entidade. Atualmente a população não tem apoio de qualquer entidade civil para fins de trabalho ou assistência social, como faz revelar o depoimento da moradora:

“...hoje não tem mais nada, .a gente dorme aqui com os ratos passando por cima da gente.”(trecho de entrevista)

Esta observação destaca o estado profundo de precariedade e abandono pelo qual passa a comunidade. O acesso da população aos serviços de saúde e educação é obtido no entorno.

Quanto aos serviços de segurança, os moradores acessam a Delegacia do Cordeiro, bairro próximo. O lazer é viabilizado basicamente com uma atividade esportiva, o futebol, que é jogado na quadra da casa do estudante ou no conjunto residencial Benfica, situado ao lado da comunidade.

As condições físico-sanitárias da localidade são extremamente precárias. Afora o adensamento populacional que não permite a abertura de vias de acesso, pois no local existe apenas um beco para a passagem da população. Os problemas com alagamentos são constantes, atingindo 2/3 do assentamento. Os dejetos são despejados diretamente no rio. “A vala a céu aberto”, que constitui um recurso primário para canalização de esgotos, é utilizado somente dos

imóveis (19,6%). As instalações sanitárias dos imóveis para 14,1% das casas não existem. E para 35% das casas, o sanitário é dentro de casa, outros 14,7% construíram banheiros fora dos compartimentos internos da casa (Empresa Geo Sistemas–Engenharia e Planejamento, 1999) (figura 6).

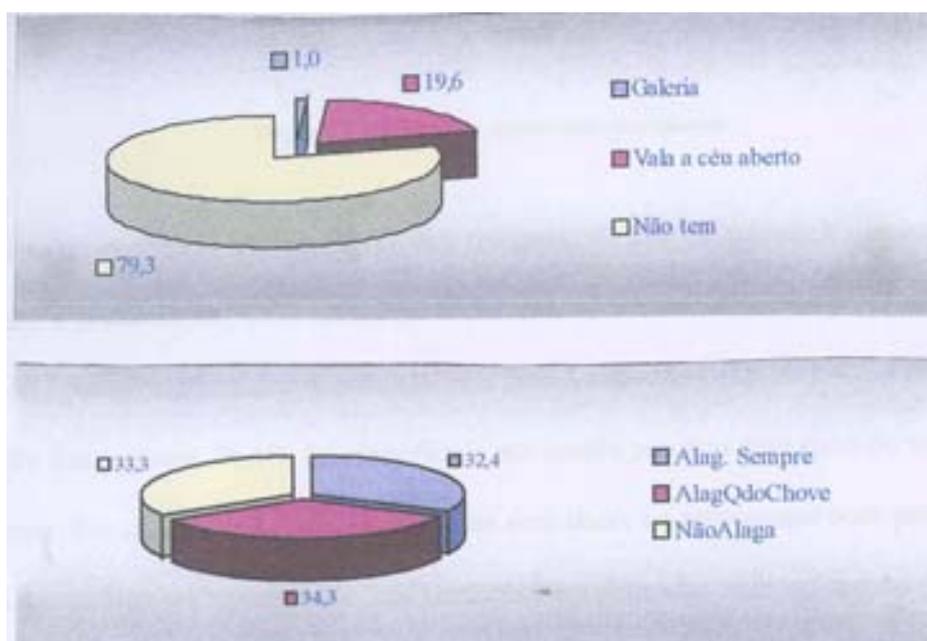


Figura 6. Eliminação dos dejetos e condição de alagamento da comunidade ^a

Na tipologia habitacional predominam construções de madeira representando 74,9% dos imóveis cadastrados. Os domicílios são relativamente pequenos com apenas 1 cômodo. Este dado significa um percentual de 57,9% das habitações. Verificou-se também que 34,3% das unidades familiares investigadas têm cobertura dos serviços de energia elétrica e 52,8%, dos serviços de abastecimento d'água (Empresa Geo Sistemas –Engenharia e Planejamento, 1999) (figura 7).

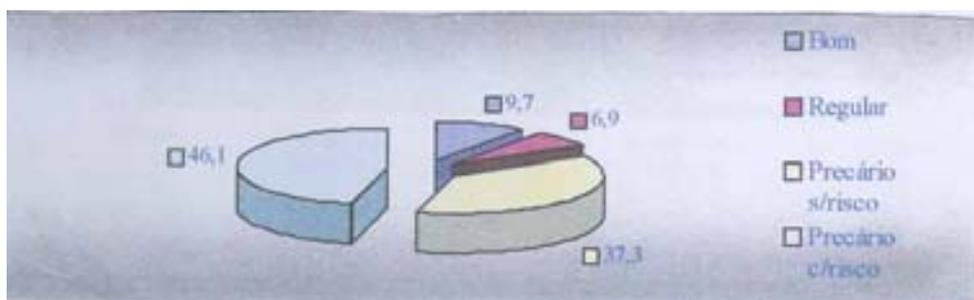


Figura 7. Condições de conservação dos imóveis.

Sobre as condições de ocupação dos terrenos, 92,2% da população entrevistada declarou ter a posse e, os 7,8% restantes declararam desconhecer sobre propriedade. A maioria dos imóveis cadastrados é utilizada para fins residenciais (88,1%). Com relação à conservação dos imóveis, 46,1% foi classificada em estado precário com risco de vida para os habitantes. Em condições concretas precárias sem risco, se apresentam com percentual de 37,3% das habitações cadastradas. Em condições consideradas boas ou regulares, soma um percentual de 16,7% (Empresa Geo Sistemas –Engenharia e Planejamento,1999).

Os dados obtidos sobre a renda familiar revelam uma concentração na faixa de 1 a 3 salários mínimos para 95,4% dos moradores entrevistados. A concentração de despesas se encontra no item da alimentação com percentual de 69,39%. As atividades laborativas são desenvolvidas na própria localidade por 70,5% dos moradores. Predominam as categorias de prestação de serviços como: serviços domésticos, auxiliar de serviços gerais, vigias, zeladores, serventes e porteiros (Empresa Geo Sistemas –Engenharia e Planejamento, 1999) (figura 8).

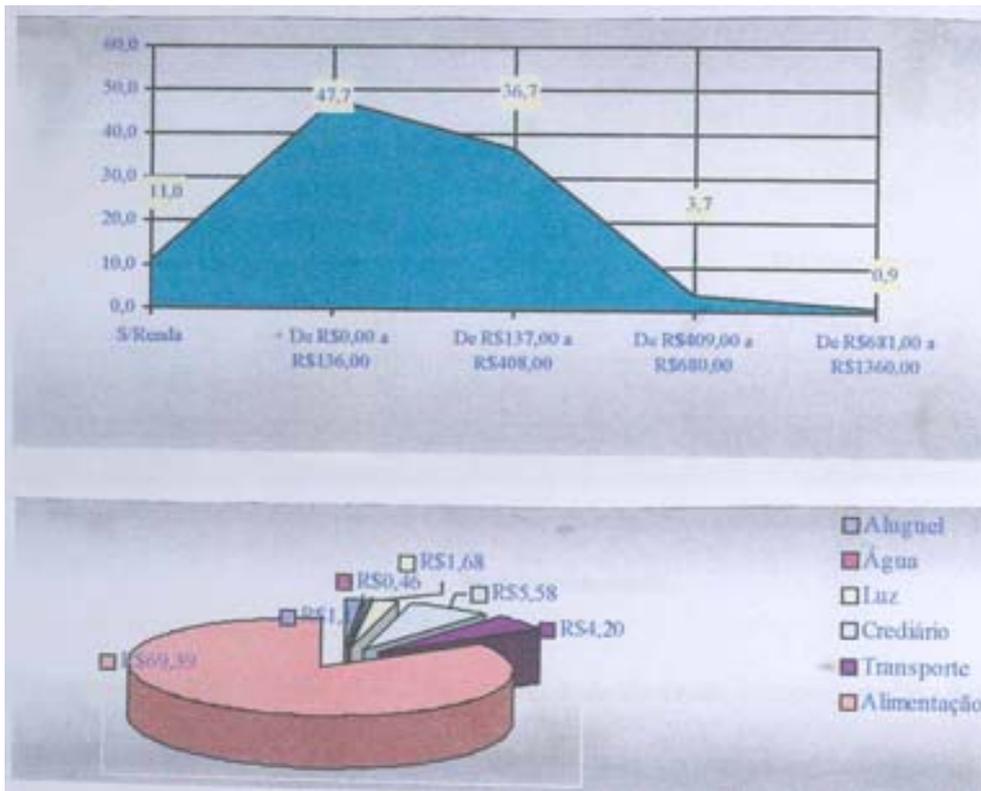


Figura 8. Renda familiar e despesas médias das famílias.

O padrão familiar é nuclear (pai, mãe e filhos). No entanto, um percentual de 15% é composto apenas pelo titular e filhos. A categoria de filho ocupa 45,3% da população investigada, dado que caracteriza a predominância de pessoas jovens é na localidade.

O nível de escolaridade verificado entre os moradores dessa comunidade é extremamente baixo. Praticamente toda a população ainda não concluiu o 1º grau. Os percentuais obtidos demonstram índice de 62,5% para 1º grau incompleto; 18,5% apenas alfabetizados e 8,5% analfabetos (Empresa Geo Sistemas –Engenharia e Planejamento, 1999) (figura 9).

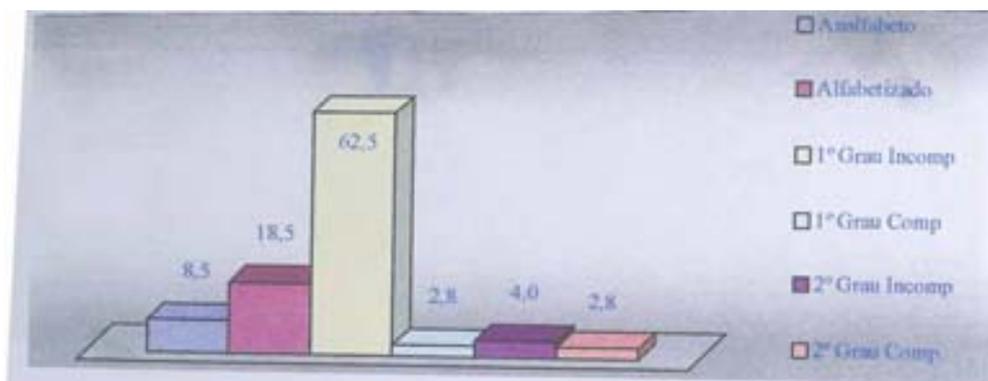


Figura 9. Nível de escolaridade.

O processo de organização social da comunidade ainda se encontra em fase inicial. A população não demonstra ter experiências com participações sociais mais amplas.

Sobre a proposta de mudança, esta comunidade apresenta insatisfação com sua condição de moradia, apresentando receptividade à proposta de mudança.

CENÁRIO II

A comunidade B está assentada na margem do Rio Capibaribe. Esta localidade ocupa uma área de 1,7 ha, onde residem 640 habitantes, distribuídos em 199 unidades familiares.

A ocupação teve início na década de 30. Formalmente, a comunidade começou a se organizar a partir de 1986 com a criação do conselho de moradores.



Foto 2. Comunidade B.

Antes do conselho, atuavam informalmente o grupo de mães e o grupo jovem existentes até hoje. Segundo levantamento do cadastro sócio-econômico da localidade (URB, 2000), o assentamento enquadra-se como uma das ocupações mais antigas da cidade, razão que leva alguns moradores a manifestarem sentimentos saudosistas sobre a comunidade:

“ Aqui antes tudo era maré, a gente atravessava de um lado para o outro por cima da porta d’água, dos viveiros...isso aqui era tudo ocupado por viveiros, o pessoal vivia da pesca”... “antes isso aqui era tudo muito animado, tinha até gafeira, pra gente se divertir...time de futebol! Tinha o amadoresco, o canto do rio e o juventude...”... “hoje em dia a gente não tem diversão...até a quadra está toda acabada”...(trecho de entrevista).

Existem na localidade problemas de precariedade e ausência dos serviços de infra - estrutura física e urbana. Esses problemas são agravados pelo adensamento populacional acelerado, como pode ser observado nos depoimentos de moradores que relembram o passado

pelo convívio amistoso e integrado com a natureza que fornecia recursos para a sobrevivência. A falta de espaço é uma das razões colocadas pela população para a redução das possibilidades de lazer e de manifestações culturais. A questão está relacionada ao desordenamento espacial que impede iniciativas desta natureza, além de investimentos coletivos que poderiam elevar a qualidade de vida população.

Sobre a existência e/ou acesso de serviços/equipamentos nas áreas de saúde, educação e segurança, a comunidade dispõe de alternativas existentes no entorno. Ou seja, serviços e equipamentos localizados no bairro da Torre, Madalena, Casa-Forte, Parnamirim, bairros formais circunvizinhos da localidade.

Quanto ao acesso aos serviços de segurança, a população recorre à delegacia do Cordeiro, bairro próximo à localidade, ou ao posto da Polícia Militar localizado na Av Beira Rio/Torre. As condições sanitárias do ambiente são insalubres, visto a ausência dos serviços de saneamento básico, com esgotos que correm em “valas a céu aberto”.

A eliminação dos dejetos por 57,69% da população é direcionada de forma *in natura* para o leito do rio. Outra situação que agrava as condições de insalubridade é a ausência de serviços de drenagem, com alagamentos que atingem 50,2% das habitações em período de chuva (Empresa Geo Sistemas–Engenharia e Planejamento, 1999) (figura 10).

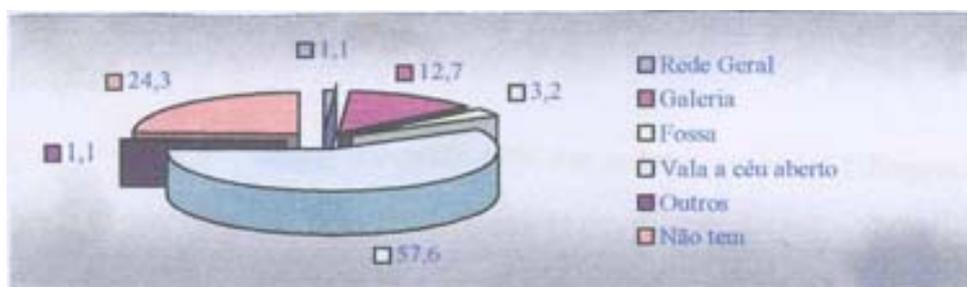




Figura 10. Eliminação dos dejetos e condições de alagamento da comunidade B.

Das instalações sanitárias domiciliares, 73,0% possuem no interior dos imóveis e, 12,7% os sanitários domésticos estão construídos nos espaços externos da casa.

A tipologia dos imóveis é de construções em alvenaria, representando 95,7% das unidades habitacionais cadastradas. Os compartimentos compõem-se de 3 a 4 cômodos para 49,8% das habitações e aqueles de um único cômodo representa 24,3%.

Verificou-se que em 87,3% das unidades familiares investigadas há cobertura dos serviços de energia elétrica e 98,1% são atendidas pelos serviços de abastecimento d'água

Sobre as condições de ocupação dos terrenos, 64,6% da população entrevistada declarou ser proprietária. Um percentual significativo (22,2%) diz desconhecer os proprietários e 11,6% afirma ser posseira.

A conservação dos imóveis é relativamente boa. Nesta classificação, enquadram-se 83,1% das habitações. Em alguns casos, considerou-se existir condições precárias com risco de desabamento para aproximadamente 16% dos imóveis avaliados (Empresa Geo Sistemas – Engenharia e Planejamento,1999) (figura 11)

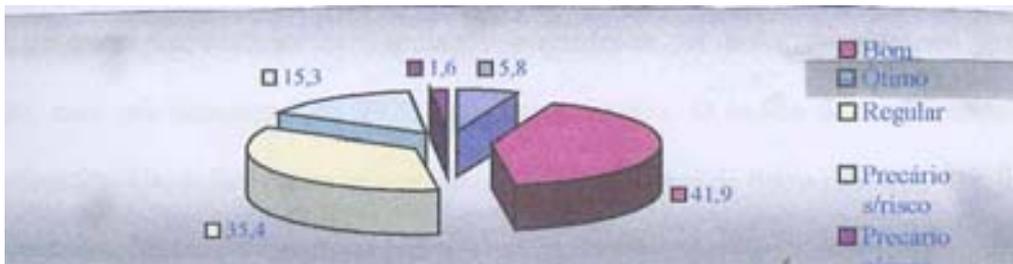


Figura 11. Condição de conservação dos imóveis.

Em relação à renda familiar, 54% enquadram-se na faixa de média de 1 a 4 s/m. 25% ficam na faixa de 1 s/m. A composição das despesas médias destas famílias concentra-se basicamente em alimentação (figura 12).

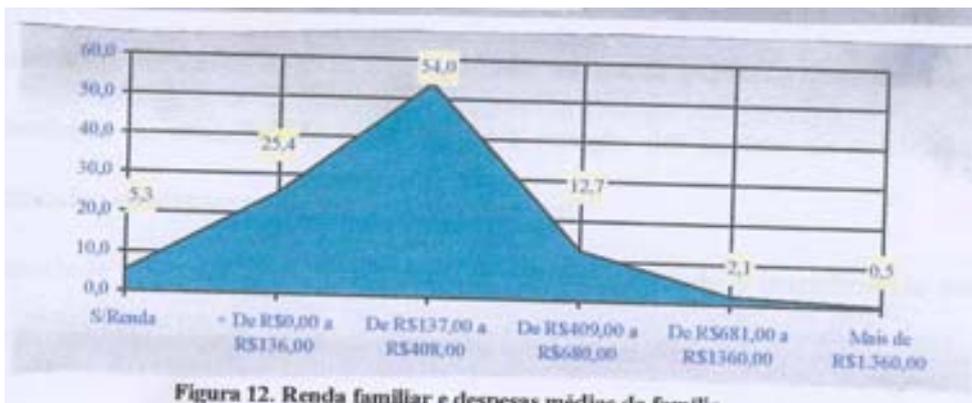
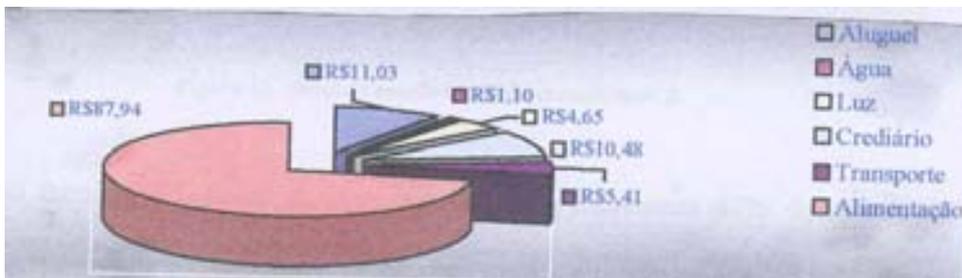


Figura 12. Renda familiar e despesas médias da família.

Figura 12. Renda familiar e despesas médias da família..

A população da comunidade B exerce suas atividades laborativas primordialmente na área (71%). As principais ocupações se referem à prestação de serviços como vigias, zeladores, porteiros, serventes, cabeleireiro, serviços gerais e serviços domésticos.

O grau de escolaridade da população enquadra-se na faixa do primeiro grau incompleto, com um percentual de 79,5% dos entrevistados. O índice de analfabetismo corresponde a 6%. Um índice baixo se comparado às outras áreas de baixa renda do Recife.

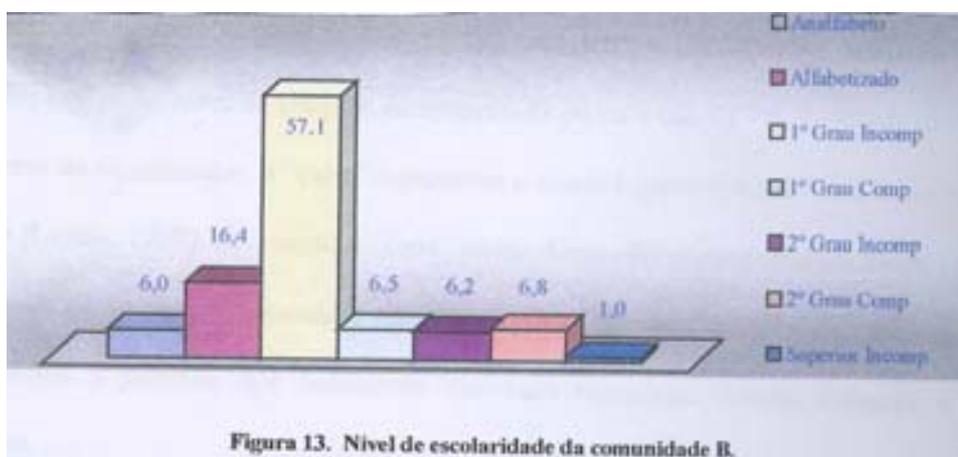


Figura 13. Nível de escolaridade da comunidade B.

O padrão familiar é nuclear. A categoria de filho representa 47% da população investigada. Observa-se que o contingente de pessoas jovens é predominante na localidade.

A organização comunitária local não aparenta ter muita expressividade, embora tenha a representação do conselho de moradores e a atuação dos agentes de saúde que desenvolvem trabalho educativo para prevenção de doenças.

A comunidade se mostra crítica às condições de precariedade e insalubridade em que vivem, no entanto, demonstra satisfação com seu local de residência.

3.2 Em busca do olhar dos moradores

Na busca do olhar dos moradores sobre a “casa”, utilizamos instrumentos que permitissem explorar as falas e as expressões dos sujeitos em seus aspectos qualitativos e que viessem responder aos sentidos e significados dados a “casa”.

Por se tratar de uma pesquisa que buscava a apreensão simbólica da habitação, escolhemos os termos “casa” e “espaço de moradia” para designar o lugar em que se mora. O termo habitação que usamos quando falamos das políticas vincula-se mais aos termos técnicos de engenharia. A palavra “casa” tem um sentido mais amplo e aponta para significados que estão além da simples construção de pedra e cal.

Plena de significados, a “casa” representa o nosso lugar no mundo ou o nosso canto no mundo (Leitão, 1998). Investigar a “casa” numa dimensão psicossocial era trazer à tona a importância de se pensar a moradia não só do ponto de vista arquitetônico, mas inserir nessa temática a questão dos habitantes em suas condições sociais, culturais e até psicológicas.

Desse modo, buscamos desvendar os significados, idéias, sentimentos e compreensão de moradores acerca de sua “casa”, além de conhecer modos de vida e práticas do morar. Sabíamos que a idéia de “casa” estava além de sua materialidade física e de seu limite no espaço físico. Ao falar da “casa”, os moradores falavam de si, do bairro, da comunidade e da cidade.

A palavra e a linguagem, enquanto expressões do simbólico, foram os meios pelos quais realizamos a pesquisa. Além das falas, utilizamos expressões gráficas (desenhos) e técnicas de produção de imagens (colagens). Os conteúdos foram apreendidos através da teoria

das representações sociais, que é uma forma de conhecimento ancorada à esfera cognitiva. Sendo o conhecimento um produto social, este também se ancora ao contexto social em que emerge, circula e se transforma.

A importância dos discursos dos moradores se fundamentava na ideia de que a linguagem é socialmente construída (Berger e Luckmann, 1973), e que na teoria das representações sociais, a linguagem falada e as expressões socializadas ocupam um lugar proeminente na configuração de um dado objeto (Moscovici 1978).

Os pressupostos da teoria das representações sociais permitem o uso de estratégias interrogativas. Recorre-se à expressão dos sujeitos sobre o objeto social e cujo recorte pode ser verbal ou icônico. A estratégia associativa reporta às expressões verbais mais espontâneas, enquanto que na estratégia descritiva temos a observação de campo (Catão, 2001).

Neste estudo, utilizamos as estratégias interrogativa e descritiva como procedimentos para a coleta de dados. A técnica de caráter interrogativo utilizada foi a entrevista semi-estruturada em profundidade. A técnica projetiva foi a de desenho e a técnica descritiva, a de observação.

Pesquisar através da linguagem supõe aderir ao próprio objeto no qual ela ocorre (Ferrara, 1993). Assim, era preciso envolver estratégias de pesquisa acrescentadas às estruturas metodológicas estabelecidas. Associar diversas técnicas a fim de chegar a uma visão mais efetiva da realidade. Afinal, o sujeito e objeto descobrem-se na pesquisa se o modo de pesquisar criativamente assim o permitir.

Além do roteiro de entrevista (anexo 1), utilizamos fotografias como um elemento estimulador na abordagem com os moradores. A fotografia pode ser capaz de flagrar criativamente e simultaneamente o objeto de pesquisa e a sua estratégia.

Os vários tipos de moradia retratados (anexo 2) poderiam permitir um maior aprofundamento nos conteúdos das respostas e maior espontaneidade, evitando um “clima” de investigação ou inquérito. Era importante familiarizar os moradores com o objeto investigado “a casa” e suas representações, permitindo o afloramento de conteúdos mais subjetivos, ligados as suas vivências e sentimentos.

Os estudiosos nas ciências humanas entendem as imagens fotográficas como uma representação dotada de particularidades e nuances que remetem a questões mais complexas do universo simbólico, cultural e ideológico dos grupos sociais. A fotografia tem poderes que nenhum outro sistema de imagens possui, pois, ela não depende do fotógrafo (Sontag, 1983). As imagens fornecem mapas da realidade cada vez mais detalhados e, em consequência, mais úteis.

O realismo fotográfico não é a única característica das imagens fotográficas. Além da forma analógica do real, temos uma representação oculta, dissimulada, que é obtida através de uma leitura mais atenta, ao mesmo tempo mais subjetiva (Campos, 1992).

Com isso, a fotografia também permitiu que os moradores atribuíssem sentidos e se posicionassem em relação ao seu meio ambiente físico e social. A imagem fotográfica transcende a ela mesma, significaria mais do que ela se propõe inicialmente e mais do que o senso comum pode perceber. Seria o resultado de uma visão fragmentada e parcial do mundo, uma visão particular que reflete como os indivíduos pensam, organizam e selecionam suas experiências.

Como criação do imaginário, as imagens fotográficas e suas interpretações conseguem, entre outras coisas, revelar formas de classificar e de apreender as relações sociais e as ideologias dos sujeitos, que, de alguma forma, contribuíram para sua produção.

Na observação das fotografias havia não só a força da representação sobre o objeto, mas o poder de identificação ou não que a imagem produzia nos sujeitos. A sua dimensão imagética e representativa mobilizou a sua utilização.

O uso da fotografia numa pesquisa tem a intenção de fazer emergir junto aos moradores uma dimensão inusitada do dia-a-dia ao qual eles estavam habituados. Também de ajudar os moradores a reverem seus ambientes, reexperimentá-los simbolicamente, assumindo o modo como queriam produzi-los e mostrá-los.

“...Olha essa foto aqui, essa coisa que eu fico indignada. O pessoal, às vezes, dá até impressão que faz pose para tirar uma foto. Na verdade, eu não gostaria de tirar uma foto numa coisa dessa assim” (trecho de entrevista).

Com relação aos desenhos e as colagens (anexo 3), esses foram elaborados pelos grupos de moradores que compunham o NAS durante a primeira oficina sócio-educativa realizada por técnicos sociais da prefeitura com as comunidades. Essas reuniões e oficinas faziam parte das atividades realizadas com os moradores das comunidades e pretendiam iniciar o processo de socialização e integração das comunidades. Durante a primeira oficina foi solicitado aos moradores que em grupo desenhassem à sua comunidade. Em seguida, através de colagens, representassem os problemas da comunidade e a comunidade que desejavam.

A colagem é uma técnica de produção de imagens que possibilita a diversidade das representações. É utilizada em trabalhos de grupos onde seus componentes utilizam recortes de revistas como instrumento para expressar sentimentos, opiniões e idéias acerca de um determinado tema dado. Nessa atividade, os moradores também podem complementar a colagem com frases sobre as figuras.

Após a execução das tarefas, os desenhos e colagens foram apresentados e explicados. Tanto o desenho como as colagens permitem que os sujeitos se projetem, dando uma maior liberdade de expressão. Toda a atividade se procedeu de uma forma lúdica e participativa. Numa produção integrada e coletiva de idéias.

O desenho, enquanto técnica projetiva, pode ser empregado como forma de comunicação e para o uso de diagnósticos especiais (Van Kolck 1984). Ele se constitui numa condição ótima para a projeção da personalidade ou de situações sociais. Possibilita a manifestação mais direta de aspectos que o sujeito não tem conhecimento e não quer ou não pode revelar. Tem um conteúdo simbólico menos reconhecido, sendo um meio menos usual de comunicação do que a linguagem.

Além da projeção, a identificação e a introjeção podem eventualmente se manifestar nos desenhos. Mas é certo que a expressão e a adaptação constituem dois importantes processos que tem lugar quando o desenho é produzido. Adaptação, expressão e projeção estão presentes juntos ao ato de desenhar e devem ser levados em consideração na análise. Os aspectos expressivos e projetivos são vistos conjuntamente por estarem bastante inter-relacionados.

Sob o ângulo adaptativo, um desenho pode ser considerado em termos de adequação à tarefa solicitada ou proposta, assim como correspondência com o grupo de idade, sexo e nível sócio-econômico-cultural e se a realização é convencional, original ou fantasista. No aspecto expressivo é analisado o estilo peculiar da resposta do sujeito, que se revela através das qualidades propriamente gráficas e que dizem respeito mais a forma. Sob o ângulo projetivo, verifica-se a atribuição de qualidades as situações e objetos, que se denotam no conteúdo e na maneira de tratar o tema, ou seja, o simbolismo do que foi desenhado. Essas três abordagens se interpenetram e se complementam, assumindo cada uma delas papel mais preponderante

conforme situação em que o desenho foi colhido ou executado e a motivação que o determinou.

Muitos dos aspectos expressivos admitem uma aplicação quase direta para toda a produção gráfica constituindo aquilo que chamamos aspectos gerais do desenho. Outro conjunto designado como aspectos estruturais ou formais são traços gráficos que podem ser analisados de forma mais geral, mas exigem uma adaptação própria ao tema executado. E, por último, análise de conteúdo do que foi desenhado constitui o conjunto mais peculiar ao tema.

O princípio básico de que o desenho representa o indivíduo ou o grupo e a folha de papel, o ambiente está presente em todo trabalho interpretativo de desenhos. Frequentemente, de acordo com o tema proposto para o desenho, pode-se levar em conta o significado funcional das várias partes envolvidas, partindo de uma análise fenomenológica para uma abordagem simbólica em maior ou menor grau. Cada traço deve ser considerado em conexão com os demais e no contexto geral do desenho.

Os recursos da fotografia e do desenho vieram harmonizar-se com a idéia de que a elaboração e o funcionamento de uma representação podem ser compreendidos através de processos de objetivação. Na objetivação, o objeto percebido e o conceito tornam-se intercambiáveis. As palavras são acopladas às coisas, o abstrato é tornado concreto, o conceito é transformado em uma imagem ou em um núcleo figurativo. O desenho e a colagem eram imagens concretizadas que demandavam um sentido.

Esses dados funcionaram como um complemento importante das simbolizações dos moradores acerca do objeto de estudo, sobretudo pela espontaneidade com que os moradores realizaram essas atividades. Além de que permitiu dois tipos de coleta de dados, a coleta individual através das entrevistas e a coleta em grupo através da produção coletiva. As observações foram realizadas durante reuniões das comunidades e visitas às áreas.

3.3 Sujeitos da pesquisa

Para coleta de dados, este estudo utilizou uma amostra intencional para realização de entrevistas em profundidade. Foram entrevistados 12 moradores chefes de casa. Além dos 12 doze sujeitos entrevistados, existiram as observações dos representantes das comunidades e participantes das reuniões e oficinas (NAS), cerca de 20 moradores.

Tínhamos como objetivo apreendermos as representações não só dos moradores que já vinham discutindo a questão da moradia nos grupos de trabalho do projeto, e que de certa forma já vínhamos observando nas reuniões, mas também de moradores outros que compartilhavam daquele ambiente e também possuíam pontos de vistas significativos. O número de entrevistados não foi definido *a priori*. Tratando-se de uma pesquisa qualitativa, estávamos mais preocupados com o conteúdo das entrevistas e com o que elas traziam de substantivo. Finalizamos as entrevistas com 12 sujeitos quando percebemos que suas falas passavam por um processo de repetição e já não possuíam diferenças significativas.

Dentre os sujeitos entrevistados (8 do sexo feminino e 4 do sexo masculino), 06 eram da comunidade A e seis da comunidade B. O maior número de mulheres deve-se ao fato de ter havido uma predominância de mulheres chefes de casa. Quanto à idade e escolaridade existiram 03 sujeitos com idade entre 18 à 25 anos, 04 sujeitos com idade entre 26 a 39 anos, 03 sujeitos entre 40 a 50 anos e 2 sujeitos com mais de 50 anos. A escolaridade predominante era o primeiro grau incompleto. Existiram ainda 02 sujeitos analfabetos e um com nível superior. Sobre a situação de moradia havia um sujeito coabitante e um sujeito que morava de aluguel.

3.4 Etapas da pesquisa

A primeira etapa da pesquisa desenvolveu-se através da observação nas reuniões, oficinas e visitas às comunidades. Durante as reuniões fazíamos registros de falas dos moradores, observamos comportamentos e coletamos materiais produzidos. Esses materiais diziam respeito às expressões dos moradores acerca da comunidade que moravam, de suas necessidades no ambiente de moradia e de suas expectativas sobre o projeto de reassentamento. Também foram coletados dados das comunidades junto a prefeitura através de relatórios e fotografias.

A segunda etapa envolveu a definição do roteiro de entrevista, a seleção de fotografias e a entrada de um pesquisador responsável pelas entrevistas em campo. Um pesquisador que não estivesse vinculado às instituições envolvidas no projeto facilitava a “neutralidade” e a independência dos moradores quanto aos conteúdos expressivos que viessem a trazer. Nessa etapa, os sujeitos foram escolhidos aleatoriamente e em quarterões distintos. Os objetivos da pesquisa foram explicados e, assim, solicitado a contribuição. Os sujeitos puderam decidir participar ou não das entrevistas.

As entrevistas foram agendadas e realizadas nas casas dos moradores. Durante as entrevistas, observamos a ambientação das casas e dos objetos. Antes de iniciada a entrevista, procurava-se obter um clima de descontração. Aos moradores eram dadas fotografias de vários tipos de moradia (palafitas, taipa, alvenaria, apartamentos, conjuntos habitacionais, arredores de casas, ruas, aposentos das casas, etc). Antes de qualquer intervenção do pesquisador, os moradores começavam a comentar sobre as fotos e sobre o que viam. Falavam de suas impressões sobre os ambientes, sobre as casas, começavam a identificar ou diferenciar do seu *habitat*.

O pesquisador atento começava a direcionar o foco da entrevista com base no roteiro. O roteiro foi dividido por blocos, onde foram levantados os seguintes aspectos: a história de moradia, a apreensão do sentido, a importância, ao valor e ao uso dado ao espaço da casa considerando a “casa”, e os espaços que se estendem a ela, a condição de moradia atual, as relações sociais estabelecidas a partir da moradia (vizinhos, trabalho, etc) e expectativas em relação ao reassentamento.

Utilizamos um gravador para as entrevistas e fotografias. Todos esses recursos foram importantes no sentido de proporcionar aos moradores estímulos que possibilitassem a abstração e extensão do objeto estudado. Era importante extrairmos dos moradores conteúdos que simbolizassem “a casa”, a sua relação com o “lar” e a “família”.

A terceira etapa compreendeu a organização e análise dos dados. As entrevistas foram transcritas. Após a transcrição, o *corpus* geral do estudo em questão foi dividido em 05 blocos relacionados aos temas investigados: a casa (significados e importância), o lugar que se desejaria morar, a casa ideal, a comunidade e o reassentamento/apartamento.

Esses dados foram tratados através da análise de base lexical fundamentada no sistema automático de análise de dados textuais, o Alceste. Neste tipo de análise, pode-se associar léxico (palavra) e contexto (posição da palavra no texto traduzindo sua mensagem), permitindo-se, assim, tratar os aspectos semânticos e pragmáticos.

A noção de contexto relaciona-se com o meio ambiente da palavra no texto e com os vocabulários específicos, eleitos pelas palavras mais significativamente presentes e pelo x^2 da palavra à sua posição no texto (Reinert, 1990). Emergindo assim, um tipo de contexto, que, evidenciado na distribuição das falas dos sujeitos, caracteriza-se como campo contextual. Quanto ao campo lexical, as palavras são associadas a um mesmo setor da realidade comum caracterizando um espaço semântico particular (as classes).

Alceste é um software de análise de dados textuais criado nos anos 70 por Max Reinert. Ele recorre à análise das co-ocorrências das palavras nos enunciados que constitui o texto para organizar e sumariar informações consideradas mais relevantes. Seu objetivo é quantificar um texto para extrair as estruturas mais significantes. Ele descreve automaticamente, classifica, entende e sintetiza um texto.

O Alceste considera as bases lexicais das palavras plenas, isto é, palavras portadoras de sentido-substantivos, adjetivos e verbos, operando uma redução do vocabulário. Elimina marcadores de sintaxe, das desinências, de conjugação e de alguns sufixos e as palavras ferramentas (artigos, preposições, pronomes, advérbios e conjunções), para guardar somente as raízes significantes. E nesta perspectiva os mundos lexicais são lugares particulares da representação total do mundo.

Na análise dos resultados utilizamos a classificação descendente hierárquica (HDC) dadas pelo Alceste referentes aos temas: significados da casa, a casa ideal e o reassentamento. Os dados sobre aspectos da comunidade e lugar ideal foram analisados a partir dos desenhos dos moradores, sendo complementado com dados obtidos a partir do Alceste.

A classificação descendente hierárquica é o método usado pelo Alceste e que leva a cabo por divisões sucessivas de texto. Acha as oposições de vocabulário mais fortes e então extrai algumas categorias de classificação em *statements*. Este método procede à classificação dos objetos/indivíduos em função da informação existente, de maneira que os objetos pertencentes ao mesmo grupo sejam tão semelhantes quanto possível e sempre mais semelhantes aos elementos do mesmo grupo do que a elementos dos grupos restantes.

As unidades que constituem o texto são denominadas de unidades de contexto elementar-UCE. Estas se situam entre a frase e o parágrafo. No estudo em questão, emergiu um

total de 358 UCES nos três blocos divididas da seguinte forma: os dados principais são colocados num arquivo (*rapport d'análise*) e emitidos relatórios.

Esses dados produzidos pela análise do Alceste foram organizados e interpretados através da identificação dos campos contextuais, buscando os significados presentes na análise lexical realizada, analisando as classes emergentes com seus eixos preponderantes. A partir daí, interpretou-se o significado, denominando os respectivos sentidos.

No contexto da análise estrutural, buscou-se identificar as associações ou dissociações, as proximidades ou distâncias entre os grupos e os sujeitos pesquisados através da técnica AFC (análise fatorial de correspondência). Essa análise serviu para estabelecer as semelhança e diferenças entre as comunidades, já que essa técnica serve a descrição e interpretação do sistema de inter-relações estabelecido entre as diferentes variáveis.

CAPÍTULO IV

A CASA E SEUS SIGNIFICADOS

*"o ser abrigado vive a casa em sua realidade
e em sua virtualidade, através de
pensamentos e sonhos".*

(Gaston Bachelard, 1998, pp.25)

4.1 Entre a indignação e o sonho

Os resultados obtidos confirmaram a idéia de que a “casa” é um espaço social e simbólico, não se limitando ao seu aspecto físico, mostrando-se plena de significados. Os discursos produzidos pelos moradores acerca do espaço de moradia demonstraram que a casa, enquanto objeto de representação social, possui mobilidade e atividade, não se prendendo a um só sentido, nem a uma só função.

Da Matta (1998), na tentativa de entender as nuances e características da sociedade brasileira, diz que a “casa” como a “rua” são espaços que atualizam a vida social brasileira. Esses espaços são esferas de significação social que fazem mais do que separar contextos e configurar atitudes. Contém visões de mundo. Portanto, para além de lugares, trata-se de esferas de sentido.

Ao dar significados à “casa” os grupos atualizam suas condutas através das suas práticas, ao mesmo tempo em que exploram as suas dimensões simbólicas, sociais e materiais. As imagens dos espaços de moradia vistas através da fotografia, suscitou nos moradores a criação e elaboração de sentidos sobre a “casa” que estavam além de uma simples percepção de espaço físico concreto. A casa foi sendo associada a elementos da vida cotidiana como trabalho, família, vizinhos, a própria história de vida. Na realidade um objeto, cujas significações produzidas pelos sujeitos iam implicando em sua recriação.

Nesse sentido, o pressuposto da teoria das representações sociais se faz presente quando considera que ao retratar o dinamismo social, as representações sociais por sua capacidade

criativa, não representam uma fotografia do objeto ou da realidade, mas é recriação ou reconstrução do objeto.

A análise mostra que populações estudadas, em que pese a condição material e social em que vivem, não significaram a casa apenas do ponto de vista material. A casa era muito mais que isso. Abstraíam e concretizavam essa idéia num processo de elaboração criativa, atribuindo vários sentidos e significados ao espaço de moradia. Os sentidos produzidos e compartilhados estavam calcados nas condições objetivas de vida e revelavam uma condição psicológica e subjetiva dos sujeitos que se refletiam numa vivência pautada entre a indignação e o sonho:

“... Isso é lugar de ninguém morar! O pobre sofre demais. Nesses tempos de chuva alaga. Eu tenho mais medo é dessa área aqui atrás. Por que a gente compra as coisas da gente com tanto sacrifício, quando vem a maré leva tudo. A gente fica com medo quando chove assim. Meu marido esta semana nem foi trabalhar. Ele ficou em casa, pensando na maré.”(trecho de entrevista).



Foto 3. Ilustração de uma casa da comunidade.

Esse quadro que se mostra dramático não é a situação limítrofe para quem vive em áreas ribeirinhas, outros ainda moram em lugares piores:

“... Do lado de lá, quem mora mesmo na maré com aqueles paus, coitados! Os piores são os de lá de dentro. Os que moram dentro da maré mesmo” (trecho entrevista)

As falas mostram que mesmo que pareça habitual, não há como se acostumar com essa realidade, mas indignar-se. Indignação diante do morar em meio à condições materiais e humanas extremamente precárias, cuja vivência é estar sob ameaça constante. Ao mesmo tempo persistir, não só por uma condição econômica que inviabiliza outro local de moradia, mas pela esperança e o sonho de um dia poder morar numa “casa de verdade”, “um lar” que permita uma outra condição de vida com perspectiva de futuro.

“A casa é importante em tudo para mim. Eu queria sair daqui. Eu queria dar um lar a minha filha. Isso é o sonho de um pobre. Aquela casa bonita de alvenaria. Para mim mesmo que seja uma casinha pequena, tendo dois quartos, mas sendo de alvenaria é bom”.(trecho de entrevista)

Se a vida tem sido vivenciada sob ameaças constantes, como a maré quando enche, que obrigam essas populações estarem em permanente vigília e deslocamentos. Existe a esperança de que os filhos possam viver outra realidade. E são essas vivências marcadas de sentimentos ambivalentes que traçam a história desses sujeitos no mundo social e que os fazem teorizar sobre o seu mundo, ao falar da casa que tem e que sonham.

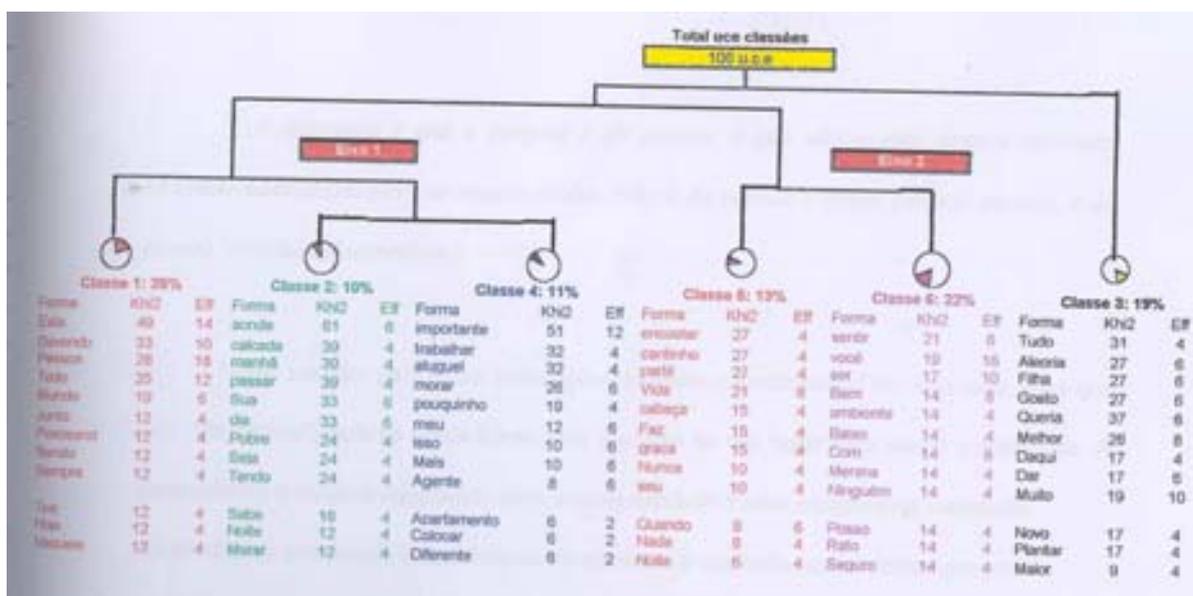


Figura 14. Classificação hierárquica descendente.

Os discursos produzidos pelos moradores foram segmentados através da classificação hierárquica descendente obtida a partir do Alceste, já mencionado neste estudo. Essa classificação permitiu a categorização das respostas dos sujeitos sobre os significados da casa em dois grandes eixos de conhecimento assim distribuídos (figura 14):

O eixo 1 compõe-se das classes de respostas 01, 02 e 04 compostas de suas respectivas palavras chave. Observando as palavras mais significativas desse grupo, temos como sentido atribuído à “casa” a idéia de propriedade e referência, enquanto que as classes 03, 05 e 06 do eixo 2, agrupam palavras cuja significação remete à “casa” o sentido de proteção e refúgio.

- Minha casa, meu endereço.

Analisando as palavras das classes 01, 02 e 04 do primeiro eixo em seus contextos semânticos, temos entre as palavras mais citadas, aquelas que representam idéias de posse em

relação à casa (figura 14). A associação da idéia de casa à prestação, pagamento de aluguel e dívida nos transmite uma preocupação com a dimensão econômica da casa.

”...A diferença é que a própria é da pessoa, a que não é, está sempre devendo. Devendo uma prestação que nunca acaba. Não é da pessoa e sendo própria mesmo, é da pessoa” (trecho de entrevista)

Nesse sentido, para essas populações é básico e fundamental ter uma casa. Mas que seja “da pessoa”, pois só dessa forma será possível ter um lugar para morar e manter-se. A prestação ou o aluguel significam uma impossibilidade e uma insegurança constante. As condições estruturais e econômicas determinam a exclusão social desses grupos, inclusive no que se refere à moradia. No entanto, pôde-se ver nas falas dos sujeitos que ter uma moradia representa uma condição básica para que haja uma inclusão no mundo social.

“...eu queria uma casa parecida com essa que eu moro, sendo minha é o que importa , é ser cidadã.” (trecho da entrevista)

Representado como um ser desprovido, o pobre poderia ter ao menos um lugar para descansar a cabeça. E nesse caso, só a casa poderia representar esse lugar, porque quem vive na rua, vive a deriva, não pode se diferenciar.

“...Porque esse pessoal que vive nas calçadas dormindo, vive por aí afora, vive ao léu. Aquela pessoa, mesmo se passar o dia por aí pedindo alguma coisa, aí de noite vai para aonde? Para aquela calçada. Até que pode considerar ali uma casa, mas não é” (Trecho de entrevista).

Nesta fala vemos que a necessidade da casa se coloca acima das próprias condições econômicas em que se vive. É como direito que ela se apresenta.

A casa sob esse prisma assume um sentido de propriedade e referência. O sentido de propriedade não como acúmulo de capital, mas no sentido de ter um lugar de referência para se situar no mundo, manter uma rotina, ter uma direção.

Se nos voltarmos para o pensamento grego, o cidadão para poder participar da vida na pólis e desenvolver as condições para uma existência humana, ele deveria possuir um lugar onde pudesse estar a sós – um espaço reconhecido como unicamente seu no mundo (Jovchelovitch, 2000).

E assim, esse espaço privado e necessário era respeitado, não por dizer respeito a propriedade privada, mas pelo fato de que ser humano e participar de negócios humanos demanda a posse de um lugar próprio que cada pessoa pode considerar seu (Jovchelovitch, 2000).

O sentido atribuído no primeiro eixo de conhecimento foi a casa enquanto significado de **propriedade**, algo que pertence ao sujeito, possibilitando-lhe um sentimento de segurança diante do futuro e garantia de uma identidade social. A idéia de propriedade não está vinculada ao valor econômico da casa para esses sujeitos, mas a sua função identitária. Ser alguém é ter um espaço físico como local de referência e ter um endereço que lhe torne distinto do outro.

A idéia de propriedade associa-se ao sentido de referência, ou seja, é importante ter um endereço não só para dizer quem é, onde mora, mas para abrigar filhos e receber amigos. A casa é a propriedade que permite a esses sujeitos “existir socialmente”, ter uma referência

concreta de si e para o outro. É a vida pessoal e social que se faz presente na dimensão psicossocial da casa.

“... tem que ter um lugar onde ficar, um lugar onde morar, saber aonde vai. E eu não sei me expressar, mas para ter aquele endereço...”.(trecho de entrevista).

Mas, o endereço nem sempre é o desejado. Mora-se muitas vezes onde não se quer. Mora-se onde se pode. No caso desses grupos, mora-se onde não se deve. Isso porque a necessidade de ter um lugar para morar, a falta de condições financeiras, na qual os poucos recursos existentes são utilizados para necessidades mais imediatas, como alimentação, além das poucas alternativas de trabalho, fez com que só restasse para essas populações morar em ambiente adverso. Sendo, portanto, esses os motivos que impelem os moradores a buscarem espaços e alternativas de vida tão precária. No caso de beiras de rio, o abandono do poder público faz com que essas áreas em vez de ordenadas e urbanizadas tornem-se depósitos de lixo e de submoradias.

“Estou aqui para dizer que tenho uma casa minha e não estar na casa dos outros trabalhando e morando na casa dos outros”. “... é o lugar que eu posso ter” (trecho de uma entrevista).

A garantia de um espaço seu, entretanto, não altera a percepção que se tem do preconceito social relativo aos moradores da favela. O fato de ser ocupante de terra alheia, já o

desqualifica da condição de habitante urbano, passando a ser definido por sua situação de ilegalidade (Kowarick, 1979), os moradores vivenciam isso cotidianamente:

“...A pessoa que não conhece essa favela daqui vê umas fotos dessa. Isso aqui é uma pobreza. A pessoa viver num local desse... Tem gente que fala, a maioria do pessoal quando pergunta, você mora onde? E a gente diz que mora aqui nessa favela, é muito difícil a pessoa arrumar um emprego aqui. A discriminação aqui é muita...” (Trecho de entrevista).

Torna-se preocupante que essa representação se cristalice na sociedade como um todo. Porque esses sujeitos que têm como possibilidade de alteração das suas condições, o trabalho, com uma discriminação dessa ordem, vê anulada uma das alternativas de reação e alteração dessa condição social.

Por outro lado, se alguns assumem essa condição, outros buscam criar uma distinção para si e defendem-se dos preconceitos e discriminação. Constroem argumentos que os tornem diferenciados, atribuindo às palavras favela e comunidade sentidos distintos. Dessa forma, as representações servem à função justificadora que permitem os sujeitos manterem ou reforçarem os comportamentos de diferenciação social nas relações entre os grupos.

“...Aqui não é favela não. Aqui se pode dizer que é uma comunidade. Mas em outro lugar é favela, botam o nome de comunidade, mas é favela. Para mim comunidade é aquilo que todo mundo conhece todo mundo, todo mundo fala com todo mundo. Favela não, favela tem rincha, fulano espera neguinho na tocaia para matar neguinho e neguinho aparece morto ali na praia. (trecho de entrevista).

Para esses grupos favela está associada a violência e morte. Comunidade a convivência, conhecimento, onde todos se falam e se conhecem.

“..Eu não considero aqui como uma favela. Considero como uma comunidade de pessoas sem condições de morar num lugar melhor. Comunidade é um lugar que você mora sem uma certa dignidade. Favela é um lugar miserável. Miséria total Favela para mim é aquela que você vai e os barracos são de papelão. Salário zero, o índice de mortalidade é altíssimo, o índice educacional é baixíssimo” (trecho de entrevista).

Já nesta fala, favela e comunidade são associadas às condições materiais, econômicas e sociais. O que diferencia uma e outra são as condições de maior ou menor miserabilidade. Essas distinções apontadas pelos grupos correspondiam também aos argumentos que eles utilizavam para fazer distinção entre as comunidades estudadas. Quando representavam a comunidade B como estruturada, organizada e a comunidade A como miserável.

“...A impressão que agente sente é que eles são mais pobres do que nós aqui, do que a minha comunidade. O pessoal aqui é pobre e lá são miseráveis”.

Na busca de proteção social os discursos funcionam para os grupos como justificativa e diferenciação social. É a busca de um espaço de diferenciação e reconhecimento que move a luta e o arvoreamento pelo espaço da casa.

Em contrapartida, esse espaço que se tem e que se vive nega a verdadeira dimensão da diferenciação e do reconhecimento. Assim a moradia em beiras de marés metaforicamente representa como as populações pobres foram sendo arrastadas de uma forma “passiva” no decurso do tempo, em detrimento da “atividade” dos donos do poder, representantes do capital econômico e imobiliário.

Parece que ficamos entre dois lugares, a luta e a passividade. Nesse eterno movimento que ora gera tensão, ora gera confronto, reportamo-nos a Moscovici(1979) ao considerar que grupos excluídos socialmente se apresentam numa aparente passividade, mas têm uma forma de resistência particular. Não existiriam nesses grupos a uniformização adaptativa mas , fundamentalmente, a instância de emergência da diferenças (pessoais e de grupos) e a efervescência social das inovações criativas.

Do não lugar, lugar dos ratos e caranguejos, essas populações “ativam” suas vidas através de suas práticas e de seus discursos reproduzindo e contestando a situação:

“A gente sai por que precisa. Por que a gente não pode estar no que é dos outros. Não é por que eu sou pobre que eu vou invadir seu terreno. Eu moro aqui, mas não estou satisfeito, por que eu sei que essa terra é dos outros” (Trecho de uma entrevista).

A terra é dos outros. Mas esses “outros” podem não ser os “outros homens”. Podem ser a natureza como o rio, ou até os ratos:

“Tem os ratos. Mas a gente está no lugar deles, fazer o que?! A gente amanhece o dia apanhando logo os cocôs dos ratos” (Trecho de uma entrevista).

Se derivarmos desse lugar de não sujeitos, para o não lugar social, encontramos nos argumentos de Guerra (1993) algo que se acrescenta de forma dialética a esse contexto. Ela toma o modo de produção capitalista que caracteriza a formação social brasileira para dizer que esse “não lugar social” é apenas aparente. Porque o seu sentido é que ele serve ao capitalismo, ao manter as populações marginalizadas constantemente disponível numa reserva do exército industrial. Assim o capital intensifica a competição e garante níveis baixos de remuneração do trabalho: “Logo, o não lugar social desta classe enquanto segmento mais baixo das classes subalternas, é um aparente não-lugar-social; suas necessidades vitais não são satisfeitas e as necessidades sociais não são sequer reconhecidas” (Guerra 1993, p.46).

Esse não lugar significaria um lugar bem definido do ponto de vista econômico estrutural. Porém, essas estruturas podem ser mobilizadas quando na relação simétrica e oposta entre “poderosos” e “pobres” surgem os conflitos gerados por uma não adaptação à situação vivida. Fazendo com que surja a necessidade de negociação de interesses.

Como ocorreu com grupos de moradores, que vivem em situações precárias na área para onde vão ser assentadas as comunidades estudadas. Esse grupo vai ser beneficiado com um projeto habitacional em localidade próxima a que moram. Isso foi fruto de reivindicações e pressões junto ao poder público.

- Minha casa, meu aconchego.

Analisando as palavras das classes 03, 05 e 06 (figura 14) do segundo eixo em seus contextos semânticos, temos entre as palavras mais citadas, aquelas que representam idéias mais subjetivas em relação à casa. Nesses grupos de repostas, a palavra “casa” foi associada às idéias de descanso, alegria, segurança e liberdade.

“...Ela ia trazer muita coisa, muita emoção, muita alegria. Porque tem muito espaço, tem tudo, tudo que você quiser fazer dentro da casa tem...” “...para mim um lar é tudo. É felicidade, é alegria, é tudo.” (Trecho de uma entrevista)

No discurso, percebe-se o quanto o sentimento em relação à casa está associado ao seu espaço e sua funcionalidade. Isso demonstra que o morador, em função de tão angustiante existência, atribui à casa uma idéia que a supervaloriza ao dizer que a casa por si tem de tudo, é cheia de tudo.

Em outra fala, no entanto, a casa pode ser ao menos um cantinho. Contanto que se possa permitir o descanso à noite:

“...O pobre já não tem nada. Mas a pessoa tem que ter um cantinho para encostar a cabeça à noite. E é isso que eu considero a casa, quem é rico tem tudo quanto é bom. Mas a gente que é pobre, como não tem nada na vida, dá graças a Deus quando tem um cantinho para fazer uma refeição e para encostar a cabeça à noite” (Trecho de entrevista)

Nesse segundo eixo a casa aparece como **proteção e refúgio**. É o lugar em que o sujeito se sente seguro e protegido das ameaças externas. Nesse eixo as representações e sentidos atribuídos têm um caráter mais subjetivo e a casa é o espaço da vida e dos sentimentos. Eles nos fazem perceber que mesmo que o morar na favela esteja socialmente

associado à marginalidade e ao “viver em risco”, os moradores constroem sentidos outros a partir da sua condição. Atribuem à casa significados de proteção e segurança.

“A casa é importante porque se trata de um cantinho para encostar a cabeça”.

“Porque dá segurança. Segurança é a palavra chave dessa entrevista”.(trecho de entrevista)

Permeando os sentidos dados à casa, além da segurança, existe a preocupação com o futuro dos filhos, em receber amigos e estar agrupado com a família. A casa como representação do lugar da família vem ao encontro da idéia de Da Matta (1997) quando ele argumenta que a casa demarca um espaço calmo e de hospitalidade dominado por um grupo social concebido como natural no Brasil, a família. Ela, a família, entre nós é igual a “sangue”, “carne” e tendências inatas que passam de geração à geração.

A casa também se constitui como um espaço de liberdade e afirmação da identidade pessoal. Nesse sentido, a casa é o lugar onde se pode ir e vir sem necessidade de dar satisfação.

“...A casa é uma proteção para você. É um lugar em que você pode sair e voltar e não tem que dar satisfação para ninguém.” (trecho de entrevista).

Na história de vida desses grupos a casa, que em muitas situações é um barraco, representou independência e autonomia, principalmente em relação à figura materna. Se é agora o “dono absoluto”, isso serve para o livre pensamento e ação.

“...Na minha casa eu posso pensar, não vou dizer fazer bem o que quero, mas estou no meu ambiente, segurança, tipo estôu na minha casa, nenhuma lei contra mim. A não ser que eu não esteja vivendo com a lei. Mas se eu estiver de bem com a lei, então ninguém pode me dizer nada, se eu estou na minha casa” (trecho de entrevista).

Nesse sentido a casa é a proteção não só para o descanso, ela protege em relação ao mundo da “rua”, ela preserva quem está dentro dela. O morador nela se sente engrandecido e nada pode ser contra ele.

Referindo-se a casa no seu sentido material, pode-se inclusive modificá-la para que se acomode às necessidades imediatas e práticas familiares. As reformas e alterações no espaço da casa constituíram uma prática que serviu não só para atender as necessidades objetivas, mas demonstram práticas sociais. Como consequência, a expectativa de sair da favela e morar em apartamentos suscita o receio da “falta de liberdade” trazida por uma forma arquitetônica que não permite modificações. Impedindo que se imprima na casa a imagem de quem mora.

- Condições concretas/representações diferenciadas.

Analisando o procedimento estatístico da análise fatorial de correspondência múltipla (figura 15), pudemos situar e relacionar os significados da “casa” atribuídos pelas duas comunidades estudadas. Segundo Doise (*apud* Catão, 2001) a estratégia de tratamentos

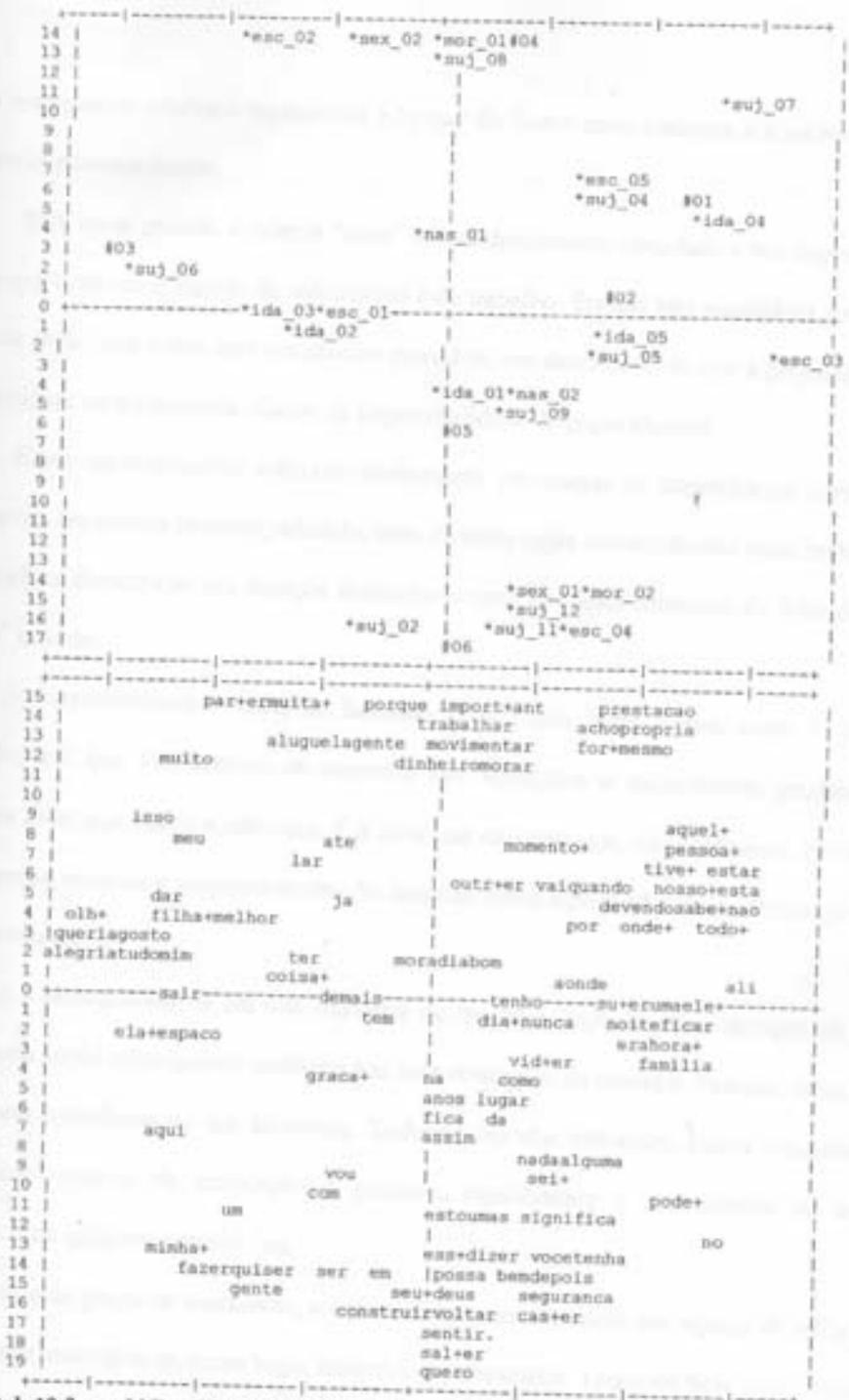
correlacionais, permite apreender as posições grupais a partir do campo comum da representação social.

Observando a figura 15, vemos a aglomeração e intersecção dos léxicos/conteúdo indicadores de pensamento e a posição dos sujeitos e grupos, o que permite a relação entre grupos de sujeitos e conteúdos.

Os gráficos mostram as comunidades em posições opostas representando conteúdos que exprimem pensamentos diferentes. As palavras vinculadas à **comunidade A** dão à casa um sentido mais concreto, relacionando-a a sua dimensão econômica e uso e as palavras vinculadas à **comunidade B** dão a “casa” um sentido mais subjetivo, relacionando-a com a idéia de segurança.

Comparando as representações entre as comunidades vimos que o ambiente físico, a história sócio-cultural e material do grupo de moradores influenciaram nos sentidos e significados dados ao espaço de moradia. O fato de possuírem condições ambientais e sociais diferenciadas contribuiu para construção de representações diferentes.

A **comunidade A** sendo um assentamento com grande tempo de ocupação, não possui uma organização social significativa. Já foi desintegrada através de uma remoção sem sucesso, vive enclausurada com apenas uma saída e tendo como espaço de circulação um beco. As condições do ambiente físico e das casas são precárias, havendo convivência com ratos diariamente.



Eixo horizontal: 1º fator: V.P.=.2820 (27.17 % de inércia)
 Eixo vertical: 2º fator: V.P.=.2169 (20.90 % de inércia)

Figura 15: Representação gráfica da inter-relação do conteúdo semântico dos sujeitos e da casa

Essa comunidade tendeu a representar a “casa” de forma mais concreta e a partir de suas vivências e necessidades.

Para esses grupos, a palavra “casa” estava diretamente vinculada à sua importância. Era importante como espaço de movimento e de trabalho. Era um teto necessário, um lugar para ter onde ficar e por isso era preciso possuí-la, ser dono dela. Já que a propriedade iria proporcionar uma segurança, diante da impossibilidade de pagar aluguel.

Essas representações estavam diretamente vinculadas às experiências cotidianas vividas em um espaço bastante reduzido, sem divisões, cujas conseqüências eram a realização de trabalhos domésticos em espaços limitados e uma sensação constante de falta de ar, “sufoco” e medo.

Se considerarmos a idéia de Brandão (2002), que toma a casa como lugar de sensação, em que seu sentido se expressa nas sensações e experiências produzidas, podemos dizer que essa é a não-casa. É a casa que não demarca, não diferencia, portanto, não organiza material e subjetivamente. As famílias nesse espaço não se encontram juntas, mas amontoadas.

Já a **comunidade B**, em sua trajetória de moradia, experimentou avanços na sua organização social conseguindo melhoria nas suas condições de moradia. Possuía casas em sua maioria transformadas em alvenaria. Tinham cômodos definidos, becos cimentados com espaço razoável de circulação e, portanto, significaram a casa através de uma dimensão mais subjetiva e simbólica.

Para esse grupo de moradores, a casa era representada como um espaço de refúgio, tranquilidade, comodidade, aconchego, ambiente de comunhão. Lugar de ficar com amigos e entes queridos.

A casa é um lugar sagrado e assim voltamos à idéia de Da Matta (1997), quando diz que a casa demarca o espaço de tudo que define a nossa idéia de “amor”, “carinho” e “valor humano”.

“... A casa é um patrimônio. É um canto onde a gente possa ser feliz. A gente tem que ter um lugar onde a gente possa construir família. A casa é um ponto de segurança. É um bem que você deve ter e ter um canto que seja sagrado. Acho que, em si, a casa, ela é um ponto de apoio. Por que você tem as suas horas difíceis e, se você não tiver nem uma casa para dormir e descansar, a sua vida vai ficar cada vez pior” (Trecho de uma entrevista).

O morador nesse depoimento agrega vários sentidos para revelar que casa é um lugar sagrado que o ser humano necessita a todo o momento da vida.

Realidades sociais próximas e ambientes geográficos idênticos não produziram representações sociais iguais. A **comunidade B** teve em sua história de moradia uma urbanização que gerou melhorias no seu ambiente físico e social promovendo uma distinção em relação às condições de moradia da **comunidade A**. Essa realidade contribuiu na produção de representações diferentes entre as comunidades. Não obstante, a **comunidade B**, há anos atrás, conforme fala dos moradores, vivia em situação semelhante à da **comunidade A**.

Isso pode ser explicado pelo fato das representações serem construídas em condições concretas e socialmente desiguais, dentro de uma realidade histórica, econômica e social. É por isso que são representações sociais, porque partilhadas na heterogeneidade da desigualdade social.

Atualmente, a pobreza no Brasil não é definida por indicadores apenas numéricos, como renda. Outros dados se juntam para compor um quadro que vai definir o nível de

empobrecimento ou desenvolvimento de uma população. Isso é importante porque vemos que as populações pobres não se apresentam dentro de um quadro homogêneo. Fatores econômicos, sociais, culturais vão determinando o seu complexo. Além de uma segregação social, existe uma hierarquização entre os pobres. Fala-se de pobres miseráveis e não-miseráveis, vê-se nas e entre as comunidades pobres diferenciações econômicas e sociais relevantes.

Isso tem contribuído para as diferenças e heterogeneidade das representações desses segmentos da população, não permitindo uma generalização sobre sua forma de viver e ver o mundo, como tanto se fez em épocas anteriores.

As contradições sócio-econômicas hoje estão cada vez mais próximas de um mesmo ordenamento espacial. A mobilidade social, como uma das características de nossa sociedade, principalmente aquela que advém de uma perda no poder econômico, é um dos motivos das diversidades econômico-sociais nas camadas mais pobres. Mesmo que muitas vezes eles atribuíam a si e não à ordem social o motivo de tal situação.

“...Eu acho que desperdicei muitas oportunidades, eu já morei num apartamento enorme. Eu poderia estar melhor, estar em outro lugar. Mas acho que foram muitas coisas que eu fiz acontecer, que eu tive que voltar a morar aqui” (Trecho de um morador)

Trata-se de um discurso marcado pela responsabilização individual da perda e não de uma compreensão mais estrutural, na qual o mundo social se funda.

No movimento de ganhos e perdas, as populações vão se posicionando e ocupando seus espaços no mundo social. Os valores, por sua vez vão se mesclando. Os grupos vão se

diferenciando em espaços sociais cujos limites se tornam cada vez mais sutis. Para uma análise social desses grupos, é preciso adentrar mais nessas realidades, conhecer melhor o perfil desses grupos e ver o que emerge enquanto sentido comum.

- **A casa ideal: o espaço para ser e estar.**

Nas falas, vimos que a casa e a terra estão relacionadas e que esta última tem uma representação importante. Esses grupos têm muito presente a idéia de casa para plantar, cultivar, criar e transformar. Como se a casa fosse um fazer-se a si mesmo. Segundo Da Matta (2001), temos uma concepção de nossas moradas como lugares singulares e espaços exclusivos, nossos animais e nossas plantas caseiras cumprem uma função estritamente simbólica. São criados para diferenciar e não cumprir função prática.

Assim, são como todos nós e nos ajudam a estabelecer a nossa mais profunda identidade social como membros indiferenciados de um mundo anônimo e asfaltado no qual ninguém conhece ninguém. Portanto, não foi sem sentido que a imagem da casa escolhida para morar correspondia a uma casa instalada no local bucólico, com verde e área livre e independente (Foto 4).



Foto 4. Ilustração da casa ideal.

A classificação hierárquica descendente, obtida a partir do Alceste, permitiu vislumbrar a casa ideal sob cinco classes de respostas, que correspondem a dois grandes eixos de conhecimento assim distribuídos:

O eixo 1 está relacionando às representações da casa enquanto espaço doméstico. Neste eixo (figura 16), o que se destaca são elementos que servem à utilidade, uso e necessidade dos grupos.

A casa deve ter espaços que demarquem a privacidade, como os cômodos e liberdade, como o quintal. Deve ser segura, portanto, de alvenaria, em vez de madeira e estar na terra e não sobre águas. No entanto, ela deve ser simples, com cômodos de quartos, cozinha e banheiro, deve conter móveis e utensílios domésticos como cama, fogão e geladeira.

Essa é a casa simples, pequena, composta do essencial e que vai permitir aos filhos um lugar digno para viver, um lugar de aconchego onde se possa dormir e a família possa viver em harmonia. Essas condições também vão permitir uma arrumação adequada, limpeza diária.

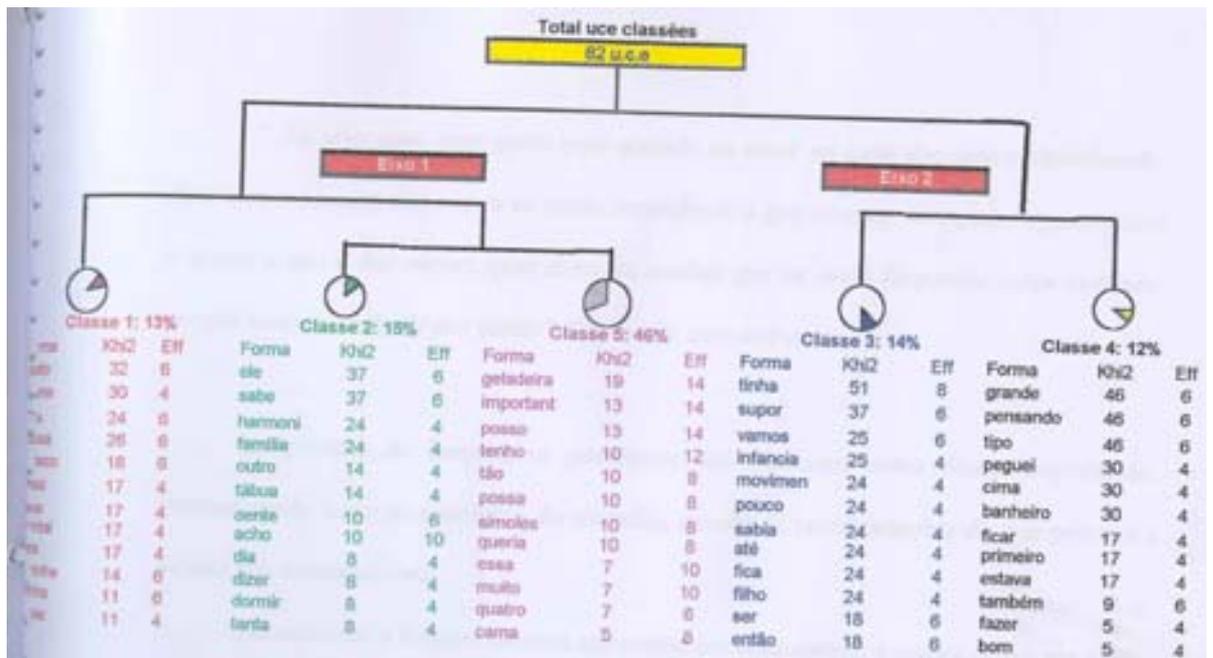


Figura 16. Classificação hierárquica descendente

“...Olhe, uma casa melhor para arrumar, melhorar a aparência da casa. Aqui fica tudo muito impressado, e de tábuas não tem beleza, não tem beleza nenhuma. Porque aqui eu moro dentro d’água, tudo que se compra a maresia acaba” (trecho de entrevista).

Nesse sentido, a casa seria resultante de uma modalidade de uso de um espaço construído, ou seja, quando atendessem às funções previstas para operar como uma casa (Brandão, 2002). Não sendo assim, transfere-se para a casa de “outros” o sentimento e sensação de estar numa casa. A casa, nesse contexto, não estaria permitindo ao sujeito uma diferenciação social. Ao contrário, estaria negando essa condição. A casa teria tudo o que é feio, incômodo, contradizendo Da Matta (2001), quando diz que tudo que está no espaço da nossa casa é bom, belo e, sobretudo, decente.

“..Eu vivo aqui, mas gosto mais quando eu estou na casa dos outros trabalhando. Pelo menos na casa dos outros eu estou curtindo ali o que eu estou limpando. A gente passa a gostar do que é dos outros, quer dizer, na medida que eu estou limpando, estou curtindo, porque isso aqui não dá pra curtir” (Trecho de uma entrevista).

As práticas de limpeza se proliferam nos discursos como rituais importantes, contradizendo tanto as condições de moradia, quanto as representações de que pobreza e sujeira são indissociáveis.

Na realidade, a limpeza da casa representa um contraponto à sujeira da rua em todas as suas dimensões. É mais uma forma de se distinguir da vizinhança, da comunidade, do rio poluído. E assim não se sentem tão miseráveis quanto as condições vividas. Ainda resta a limpeza!

A privacidade é outro aspecto muito importante da casa na vida desses grupos. Ela é importante tanto internamente, quanto externamente. Comum é, nesses grupos, os filhos dormirem com os pais ou até morarem com os avós por falta de espaço. O espaço homogêneo de uma casa, espaço sem divisórias, impõe-se como uma ausência de diferenciação e, portanto, de ordenação. Uma casa sem divisórias é uma casa desordenada, onde não há diferença entre macho e fêmea, pais e filhos, público e privado, dentro e fora (Rebouças, 2000). Em relação ao ambiente externo, a privacidade e independência também são importantes. As casas que são agarradas umas às outras (conjugadas) não deixam seus moradores à vontade. Eles ficam sempre dominados e submetidos à vizinhança.

“... quer dizer, é muito junto, se alguém liga uma televisão e liga alto, a gente fica com medo de mandar baixar, o som é a mesma coisa, não têm os espaços, é tudo bem pertinho do outro, a gente não tem espaço para nada...” (Trecho de uma entrevista).

Por estarem privados de sua privacidade, eles ressaltam a importância de morar numa “casa soltinha”, “separada” e confirma a idéia de Jovchelovitch (2000) que argumenta que aprender a demarcar e a preservar espaços de sociabilidade e de intimidade é necessário para manter diferenças e nuances, que também são a base para o encontro de semelhanças.

O eixo 2 apresentou grupos de palavras que remetem a representações vinculadas à idéia da casa como espaço de ser, no sentido da ação do homem e dos seus sentimentos. A casa teria que possibilitar movimento, trabalho, construção e reforma. Ao mesmo tempo em que trouxesse lembranças da casa da infância.

Uma casa grande que possibilitasse movimentos, onde havia espaços individualizados e pessoalizados, onde se sentiam mais organizados. A casa ideal é também aquela que tem uma impressão pessoal, onde eles podem construir não só conforme suas necessidades, mas também conforme seus desejos.

Os resultados também demonstraram que as representações acerca de uma casa ideal se diferenciavam de uma comunidade para outra. Relacionando as duas comunidades, vemos que a **comunidade A** representou a casa ideal com verde, quintal, separada e não conjugada, que tivesse espaço para movimentar, trabalhar, explorando a sua utilidade, salientando o sentido mais concreto e físico da moradia.

Já a **comunidade B** representou uma casa ideal, como uma casa grande, onde pudesse ser ampliada com a criação de novos cômodos e primeiro andar, que estivesse mais próxima da casa da infância. Aqui, a idéia do espaço está mais relacionada com a pessoalidade, conforto e organização do que com a utilidade e privacidade.

Nesses grupos, a casa, enquanto objeto idealizado, estaria vinculada a um outro momento vivido, seja no sentido simbólico como as vivências da infância, como no sentido

econômico, época em que a condição sócio-econômica da família era melhor e, portanto, a casa em que moravam tinha uma estrutura melhor.

Analisando sob a perspectiva de Leffeld (1988), quando argumenta sobre a relação entre os segmentos de classe e os significados da moradia, temos que a mobilidade social desses grupos não alterou valores de uma classe. Esses permaneceram com essa camada através da preocupação da casa com espaços mais ampliados, conforto e individualidade.

Porém, essas impressões e desejos manifestos não impediram que predominasse nesses grupos uma preocupação em assemelhar a casa ideal com a casa possível e não com a do sonho impossível.

Diferente da casa escolhida na imagem, a casa ideal era representada nos discursos de forma mais concreta; era aquela possível, que fosse da pessoa, que tivesse um espaço melhor, que não tivesse perigo, que fosse num ambiente mais calmo, cujos gastos permitissem sua manutenção.

“...A gente olha uma casa dessas, gosta porque tem quintal, mas, às vezes, essa casa está grande demais também, uma casa assim pode até ser mais cara que mesmo um desse”
(Trecho de uma entrevista).

A casa ideal, portanto, não era uma casa que ficasse longe da realidade desses grupos. O ideal era o possível e isso pode ser percebido sob dois ângulos. O primeiro estaria significando uma aceitação da condição social e, nesse sentido, não sonhar é resignar-se diante das condições adversas. O segundo representaria um conhecimento e discernimento da vida prática e vivencial, na qual sonhar dentro da realidade significa uma sabedoria sobre possibilidades reais e possíveis de alcançar. Mostrando que os projetos de vida são construídos a partir de possibilidade social de concretização.

4.2 A casa, a comunidade e o entorno.

A casa é um espaço que se define quando em contraste ou em oposição a outros espaços e domínios. Ou seja, é um espaço que não pode ser definido por uma fita métrica, mas pelo intermédio de contrastes, complementaridades e oposições. Nesse sentido, o espaço definido pela casa pode aumentar ou diminuir, de acordo com a unidade que surge como foco de oposição ou de contraste (Da Matta, 1997).

Nas representações construídas pelos moradores, havia presente a idéia de que a “casa” estava inserida numa extensão para além do seu limite territorial. Em seus discursos, os moradores relacionavam a “casa” ao lugar que moravam e a comunidade que viviam, expressando, assim, representações do habitat como um todo (foto 5).



Foto 5. Casa da comunidade.

“...Essa é uma casa daqui. Isso é lugar de ninguém morar! Beira de rio não é lugar para construir, é lugar para estar livre, a necessidade é que obriga”.(Trecho de uma entrevista).

E aí se vê que a consciência ecológica está presente nesses grupos, mesmo que suas práticas não traduzam.

“... Aqui nem é uma comunidade. Por que uma comunidade que eu saiba tem que ter uma creche, tem que ter uma escola, tem que ter um lazer, tem que ter comunicação, tem que ter tudo. Aqui não tem isso não. Aqui não é lazer de ninguém. Aqui já foi lazer”.(trecho de entrevista)

A comunidade se faz não só de um conjunto de pessoas, mas a partir de um conjunto de elementos necessários para o seu desenvolvimento. Isso parece que fez com os grupos na representação gráfica das comunidades ressaltassem as carências e traduzisse assim à sua realidade.

Os desenhos, enquanto elementos icônicos da representação, trouxeram o núcleo figurativo das representações das comunidades. Eles materializavam, de forma viva e criativa, o que em seus discursos eram revelados. As imagens produziam um conjunto de sentidos e

Desenho 1. Comunidade A

traziam o diálogo da casa com o entorno apresentando a comunidade no movimento do seu cotidiano. Era o mundo concreto interpretado criativamente pelas mãos do homem (ver desenhos 1 e 2).

Segundo Tomanik (1994), não existe sentido em se pensar numa realidade independente do homem e de suas interpretações. Por isso que, para enfrentar essa necessidade de elaborar conjuntos de conhecimentos que emprestam sentido e um grau mínimo de organização à realidade onde se insere, é que o ser humano produz formas de atualizar seus conhecimentos e experiências anteriores e de compartilhá-los com os que compõem seu grupo de convivência.

Os desenhos produzidos demonstraram o quanto os grupos tinham conhecimento sobre suas comunidades e como eles se sentiam e se situavam em relação aos seus vários aspectos. Eram expressões sociais e não individuais, onde cada elemento representado era envolvido com um significado social.

Durante a execução do desenho, houve um alto nível de envolvimento com a sua produção e os grupos estiveram sinceramente empenhados em retratar coisas que eram significativas e importantes para eles. Percebe-se uma orientação em relação ao ambiente, consigo próprio e com o grupo. A representação de pessoas da comunidade demonstrou uma inclusão direta do eu.

As comunidades eram representadas como um mapa vivo composto pelas experiências cotidianas. Onde haviam casas ordenadas e desordenadas reconhecidas até o limite das avenidas que cortavam as suas ruas e o Rio. Os objetos representados estavam em relação com outros, demonstrando o modo ativo da representação.

O Rio Capibaribe ou a “maré”, como chamado, era um velho conhecido. Símbolo de identidade, ainda que poluído e ameaçador. As adversidades do cotidiano, através de seus elementos problemáticos, eram expostas nas imagens gráficas com a identificação inclusive dos seus lugares. Os problemas comuns identificados demonstravam um consenso grupal e o alto nível de consciência sobre seus problemas, no qual os valores se faziam presentes.

Se a vida em comunidade possibilita aos sujeitos construir sua identidade de lugar, a **comunidade A** estava ameaçada em sua materialidade pela convivência com animais, com ambiente poluído e lixo. Na vida prática, as casas eram invadidas por animais. Ao andar, era preciso ter cuidados com os ratos. A maré cheia sinalizava inundações. Afora os problemas advindos da falta de espaço e isolamento, que forçavam os moradores a ir ora para dentro da maré, ora para o espaço da rua, como a avenida.

Segundo Milgran (1984), as pessoas pensam em termos de pontos. Esses pontos podem ser arranjados em alguma hierarquia. Alguns são maiores, mais importantes. As áreas são bordeadas, limitadas com claras linhas de demarcação, e as vias conectando diferentes pontos. Se os bloqueios existem, aparecem como barreiras interceptando esses pontos.

Morar na Beira de Rio não era morar na Beira Rio, local privilegiado do Bairro da Madalena onde estava assentada a comunidade. Beira de rio traz mal cheiro, rato, barata, elementos concretos e ameaçadores demais para serem simbolizados por esses grupos. Tão concreto quanto o alijamento de terras a que esses grupos são submetidos cotidianamente.

Segundo Tomanik (1994), seria possível que um ambiente vivido, assim representado, pudesse ser repostado no presente, de forma a orientar e a possibilitar as ações individuais e coletivas. No caso desses grupos, parece que havia uma necessidade de dar vazão aos sentimentos de indignação diante de uma realidade tão ameaçadora e assim diferenciar-se dos “ratos”. Na realidade, essa foi uma oportunidade ímpar para esses moradores (ver colagem 1 e 2)

Colagem 1. Comunidade A



Colagem 2. Comunidade A



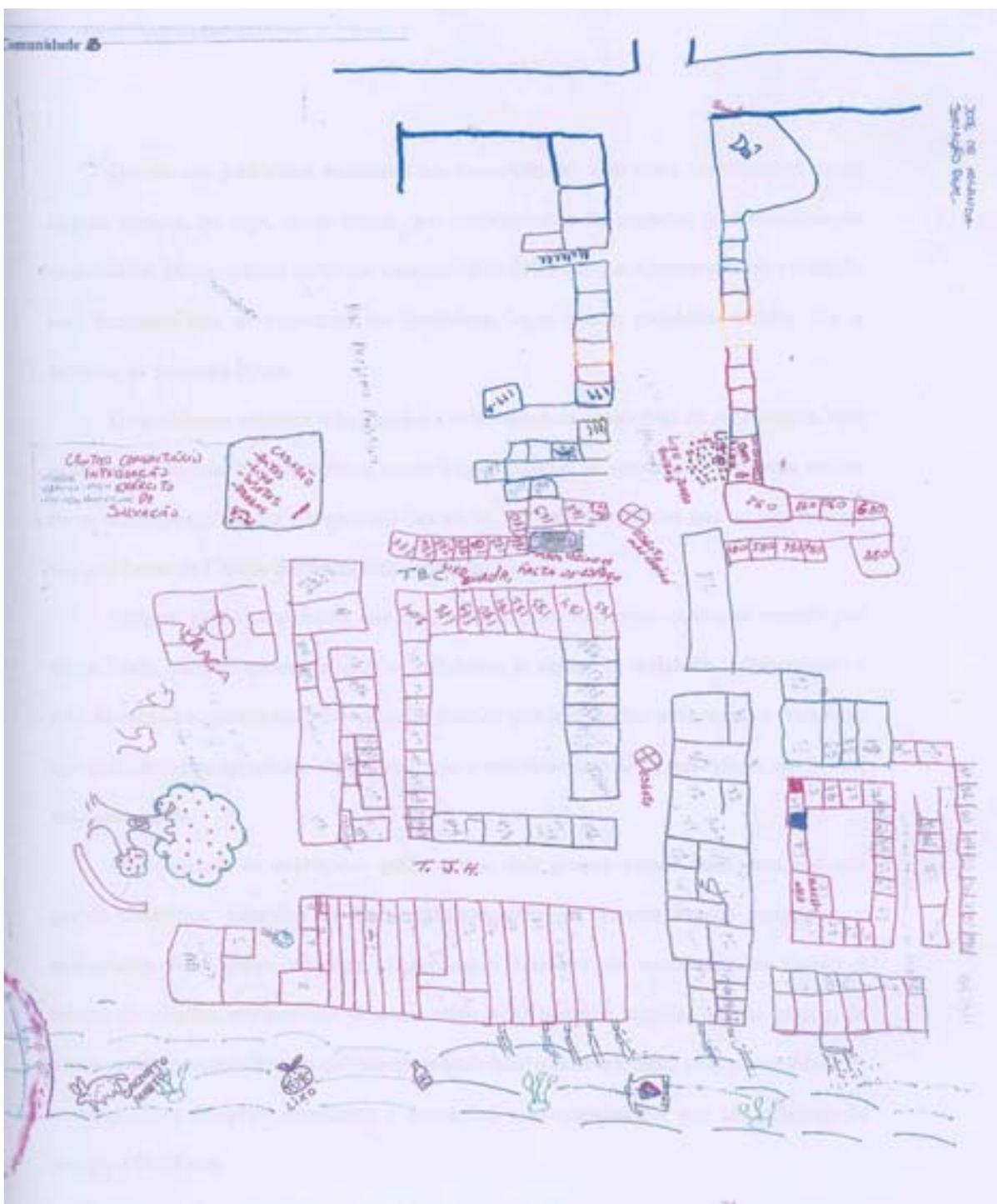
Sem oportunidades ao longo de sua história de se fazer ouvir, nesse momento esses moradores clamavam por socorro (anexo 3). Não foi por acaso que esses grupos retrataram a comunidade desenhando em mais de uma folha, produzindo mais de uma colagem. Havia força na expressão da imagem produzida e uma certa descarga motora, ao mesmo tempo que sentimentos de constrição por parte do ambiente vinculado à necessidade de expansão. O sofrimento e a carência estavam à mostra na explosão de imagens. A consistência do traçado demonstra o quanto o tema mobilizou a vitalidade e iniciativa dos grupos, além do colorido que expressou emotividade e vida afetiva.

A **comunidade B** (desenho 3) foi representada através de sua configuração espacial expressando a identificação que tem esse grupo com o lugar. Percebia-se uma organização e ordenamento dados pelas ruas e becos delineados. As casas e equipamentos comunitários foram identificados. Havia entre os moradores uma noção de espaço e de direção que remete a uma familiaridade e domínio do lugar. Era um assentamento consolidado, mesmo que, para o poder público, isso estivesse fora de sua ordem.

Os moradores da comunidade B questionavam muito a necessidade que tinham de sair da área. Mesmo que o poder público justificasse a saída por se tratar de ocupação em área *Non aedificandi*¹. Os moradores não se conformavam, alguns, achavam que o mercado imobiliário daria destino àquelas áreas posteriormente. Citavam inclusive, construções próximas que teriam sido erguidas em áreas tão impróprias quanto as que estavam.

¹Área imprópria para a construção de moradia.

Desenho 3. Comunidade B



Quanto aos problemas existentes nas comunidades, eles eram identificados como lugares críticos, ou seja, como locais que simbolizavam os aspectos problemáticos da comunidade. Os moradores tentavam materializá-lo de forma que correspondesse à situação real. Inclusive que se mostrasse no verdadeiro lugar que o problema incidia. Era a objetivação tomando forma.

Os problemas estavam relacionados à infra-estrutura, como falta de saneamento, mas também a problemas de convivência, como brigas e zoadas de vizinhos e problemas sociais como desemprego, drogas e segurança (anexo 4). Ou seja, problemas que se assemelham aos problemas da cidade como um todo (colagem 3).

Milgran (1984) argumenta que uma técnica projetiva, como os mapas mentais por ele utilizado, permite apreender onde os indivíduos se situam na realidade, inclusive com o grau de estrutura e consenso. Essa técnica permite que o indivíduo externalize o complexo agregado de idéias, atitudes e informações que tem sobre sua cidade, seu bairro, sua comunidade.

Relacionando as expressões gráficas dos dois grupos, vemos mais uma vez que grupos diferentes, inseridos de formas diferenciadas no mesmo espaço geográfico e enfrentando dificuldades distintas, desenvolvem sistemas de representações sociais e formas de relações interpessoais diversas entre si. O que não impediu que os grupos, de forma geral, compreendessem que morar naquele bairro era bom. Bom pela proximidade de serviços (hospital, transporte e comércio) e principalmente, por ser próximo de amigos e familiares.

Colagem 3. Comunidade B



Na verdade, esses lugares tornam-se bons em seus dizeres porque, além do custo econômico tender a zero, são próximos de comércios e trabalho, ainda existem os vínculos sociais e familiares formados que representam uma rede de apoio muito importante.

Nas falas dos moradores, era confirmada essa idéia quando ao argumentar sobre o que os levou a escolher aquele local para morar, atribuíam ao fato de ter presente, ali ou próximo dali, parentes, familiares e amigos.

Essa referência de grupo é muito significativa nessas camadas. Vimos já anteriormente que, no conjunto de elementos das representações sobre a casa, os sujeitos ressaltam o entorno, a rede de vizinhança, como algo importante, que permeia a construção de sua identidade social. O significado da casa amplia-se para a rede de apoio social construída ao longo dos anos com vizinhos, parentes e amigos.

Os grupos tendem a se aproximar daquela vizinhança que corresponde a sua própria posição social ou que reflete suas metas sociais. A identidade social da pessoa é ligada com a vizinhança com a qual ela convive.

Isso está demonstrado nos desenhos quando vemos as casas não só identificadas pelo código impessoal, como o número, mas sendo associadas ao morador, através de seus nomes. Mostrando o grau de pessoalidade existente nesses grupos e demonstrando uma prática social de proximidade e intimidade.

Essa referência de proximidade também serve como apoio e proteção, já que o dia a dia nesses lugares é quase sempre povoado por medo e ameaças. A violência e as drogas eram temas tratados durante as entrevistas com muita discrição e, por vezes, negação.

Porém, uma forma de identificar a preocupação com a violência era quando eles associavam o lugar ideal a um “lugar calmo”. Para eles, o lugar era tido como bom devido à

tranquilidade e não-violência, e ruim quando havia desordem, problemas de maus-tratos entre moradores, bebidas e violência. Todos esses aspectos faziam parte da vida onde moravam.

Para conviver com essa realidade, eles se protegiam. E se proteger era estar dentro de suas casas, conversar com poucos vizinhos. Evitavam casa dos outros, fofocas, como diziam, e muitos tinham a igreja como lugar de refúgio e lazer. Não viver na casa dos outros e dizer que sempre estava dentro de casa era motivo de orgulho e diferenciação. O espaço da casa era valorizado enquanto esfera moral.

Via-se que os grupos sabiam bem descrever sobre suas vidas e suas condições. Porém, parece que não relacionavam as condições de vida com os aspectos político-sociais. Apenas um morador associou o fato de morar nas condições que moravam com a questão política. Muitos delegavam à “misericórdia de Deus”, a responsabilidade por estar naquela condição ou se colocavam no lugar de assujeitamento, ao esperar “ganhar” do governo a condição de melhorar sua qualidade de vida.

“...Eu creio que tudo é Deus que faz, tudo é o senhor. A gente não faz nada sem o senhor. Ele permite tudo, tudo é o senhor que faz na nossa vida” (Trecho de um entrevista).

Por outro lado, atribuíam à liderança comunitária um papel importante na comunidade. Essa importância não era revelada de forma direta. A descrença para com elas revelava o seu contrário. Ou seja, elas poderiam concretizar os anseios da comunidade se assim o desejassem, se trabalhassem para isso e não ficassem apenas nas palavras.

Isso tem sentido quando lembramos que a criação de representantes comunitários, mesmo com alguns desvirtuamentos, representou uma abertura à participação democrática dos moradores nos rumos da comunidade.

“... O líder comunitário não faz nada. Quando o rapaz que morreu, o que mataram, ele era líder comunitário. Ele fazia muita coisa. Eu acho que a única solução para a gente mexer na favela, botar para frente era com ele. Esse daí todo mundo fala que ele não é daqueles líderes que fazem alguma coisa” (Trecho de um entrevista).

Ao criticar as lideranças, esses grupos a valorizam. Porque entendem que, na busca da cidadania, as lideranças deveriam representar um caminho para a melhoria da relação do homem com seu espaço, ou seja, seu bairro, sua cidade, seu acesso ao solo urbano, a casa e aos serviços e benefícios decorrente da urbanização.

- A comunidade ideal: um sujeito cidadão

A comunidade desejada foi objetivada em colagem revelando materialmente mais uma vez o que era produzido nos discursos. Ela comportava o que eram as condições mínimas para qualquer cidadão sentir-se pleno em sua cidadania (colagem 4 e 5).

Nas imagens mais uma vez aparecia uma derivação casa, entorno. Era importante morar em lugar com fácil acesso, perto de ônibus, hospital, mercadinho e posto de saúde.

Um lugar tranquilo com alegria dentro de casa, bons vizinhos, mas com as casas “separadas”. Com certeza um ambiente melhor do que aquele que se morava. Onde pudessem sair sem pisar em lama, um lugar enxuto para andar. Que tivesse trabalho, natureza, plantas, espaço com quarto, cozinha, sala e banheiro. Tudo no seu devido lugar.

Colagem 4. Comunidade A

TRABALHO ALGUNS DE NOSSOS OBJETIVOS
EXPERIÊNCIA E BOA SAÚDE QUE
SEM O TRABALHO EM CONJUNTO, NEM OS
SEUS POSSÍVEIS.

RESPECTO QUE O GOVERNO DE N. PAÍS
ISSUEM ORÇAMENTOS SÉRIOS E PLANOS
QUE CHAMAM ATENÇÃO.

QUEREMOS SAIR DE UM LOCAL
QUE REPRESENTA MUITOS PROBLEMAS
PARA CUMPRIR QUE SEJA SUFICIENTE
PARA NÓS QUEM VIVEMOS
EM AMANHÃ CUMPRIR QUE O N. PAÍS
CHAMA DE "SÓCIES"
E O QUEM VIVER
E PRESSIONAR ESCOLAR
E NA FIM DO MÊS SEJA.

BEM FINCA



The collage features several distinct images: a portrait of a woman with dark hair, a landscape with a house and trees, a close-up of a person's face, a group of people, and a person in a boat. There are also abstract shapes and patterns. A yellow arrow points from the text on the left towards the right side of the collage. The background is a light, textured surface.

130

Com saneamento, drenagem boa. A infra-estrutura era importante, uma casa boa com dificuldade de transportes não adiantava muito. Enfim, saúde, escola, drenagem boa e serviços próximos.

A **comunidade A** associava a comunidade desejada aos aspectos de infra-estrutura física, como meios de comunicação, creche e escola, comércio, lojinhas, cabeleireiros, posto de saúde, cursos profissionalizantes, área de lazer e segurança (ver colagem 4 e anexo 5).

O lugar ideal para a **comunidade B** estava associado não só à infra-estrutura física, mas a certos valores e princípios. Desejavam uma comunidade que, simbolicamente, representasse um “mar de rosas”. Esse “mar de rosas” seria formado de amor, amizade, união, respeito, tranquilidade e liberdade. Para os idosos, era preciso respeito, além de crianças saudáveis, vizinhos legais e mesa farta (ver colagem 5 e anexo 6).

Os elementos que aparecem ressaltam valores que são hegemônicos em nossa sociedade, como o amor, a amizade, a união e o respeito.

Na infra-estrutura física teria que ter área de lazer, telefone público eficiente, segurança com confiança e credibilidade, área verde, educação para todos e limpeza.

As situações vividas mais uma vez determinavam a prioridade das preocupações. Porém, de forma geral, as comunidades desejadas apresentavam-se compostas de elementos necessários para qualquer cidadão morador de uma cidade urbanizada. Isso demonstra que, mesmo em situação de carência, os grupos têm consciência de suas necessidades, contradizendo argumentos que impõem as populações pobres uma quase total ignorância sobre suas condições de vida.

Mas esses lugares idealizados iriam ter correspondência nas propostas existente para dar solução aos problemas de moradia desses grupos? Seria possível não considerar essas ricas vivências cotidianas nos projetos de urbanização e moradia?

4.3 Reassentamento: uma ameaça.

Que influências teriam as representações da moradia sobre as expectativas em relação ao reassentamento? Era uma pergunta inquietante, já que víamos que as representações advinham também da prática e vivência cotidiana.

O reassentamento responderia aos desejos da comunidade? Essas não foram questões que, a princípio, nos colocamos na pesquisa e, portanto, não foram o nosso objetivo. Porém, como a proposta de reassentamento estava mobilizando as famílias, procuramos timidamente investigar sobre o que eles estavam pensando acerca da mudança de moradia.

Os resultados obtidos através da classificação hierárquica descendente apresentaram dois eixos de respostas. No eixo 1, o reassentamento foi associado ao medo. Ele se apresentou como uma ameaça. No eixo 2, o reassentamento foi associado a uma melhoria nas condições de vida. (gráfico 3).

No primeiro eixo, as populações vêm a transferência com medo, o medo da mudança. Apesar do reassentamento representar uma oportunidade, eles se sentem inseguros. As representações de si e das comunidades (transferidas e receptoras) têm papel fundamental nos sentidos dados ao reassentamento no primeiro eixo.

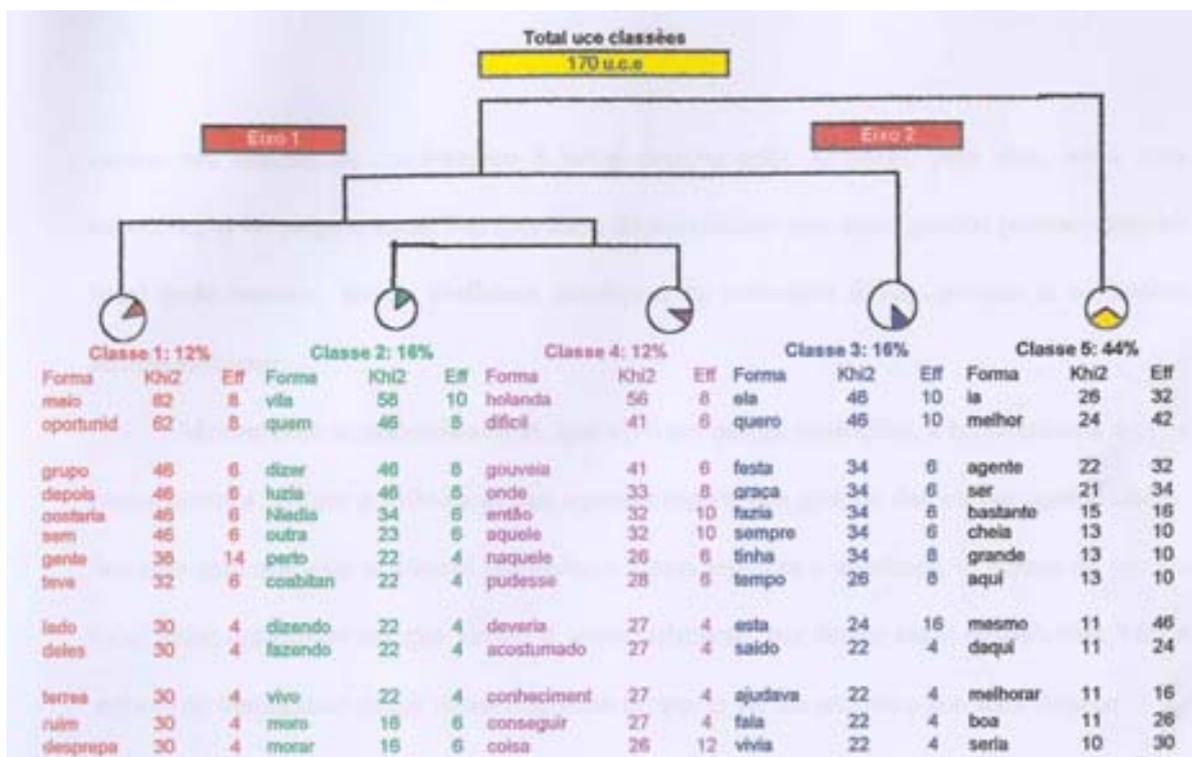


Figura 17. Classificação hierárquica descendente.

“...dentro do que estou imaginando, só no grupo NAS (Núcleo de Articulação Social) que é a frente deles, de liderança, já existe briga, imagina com a gente, que nunca viu eles. E a rejeição dessas pessoas?(Trecho de uma entrevista).

A idéia de que a **comunidade A** seja despreparada para o convívio social, desconfiada e agressiva, gera nos moradores medo e rejeição à transferência. Para esses grupos, esses aspectos trarão problemas para a convivência no condomínio.

A idéia de que a comunidade onde esteja sendo construído o conjunto habitacional é uma comunidade violenta também contribui para o medo e insegurança em relação ao reassentamento.

A vida em condomínio vai exigir mudanças de hábitos e que, ao olhar dos moradores, será difícil acontecer. O medo também tem referência à questão econômica. Os custos em relação ao condomínio é outra preocupação. O ideal, para eles, seria uma urbanização no próprio local. Porque, além de possibilitar que esses grupos permaneçam no local onde moram, teriam melhores condições de conseguir coisas, porque já conhecem aquele ambiente.

Mesmo para a **comunidade A**, que vive em piores condições, a transferência é vista como ameaça. Existe a influência das representações dos grupos das outras comunidades, fazendo com que eles se sintam rejeitados e, assim, rejeitem a mudança. O desejo de sair do local pelas condições em que vivem e, principalmente, por terem casas de palafitas, não o inibem de demonstrar que o reassentamento proposto vai de encontro aos seus desejos.

“...Se eu fosse uma pessoa que ganhasse um dinheiro bom, eu construía aqui feito um chalé de madeira. Fazia um primeiro andar bem grande com varanda. Jamais eu queria sair daqui. Ficava lindo, todo de madeira, na beira da maré. Só essa visão da maré é tudo. Se ele fosse todo de madeira para eu pintar ele de branco ou de verniz, ficava lindo. Meu marido diz que eu sonho alto demais. Nem que eu morasse um mês e alguém chegasse e mandasse eu sair. Pelo menos eu tinha realizado meu sonho”(Trecho de uma entrevista).

Há um vínculo afetivo na relação do homem com o seu ambiente de moradia. O reassentamento representa uma ameaça aos moradores porque pode trazer uma quebra desse vínculo. Há o medo da mudança. Há o medo do rompimento de vínculos e das novas relações que irão se estabelecer.

No segundo eixo, o reassentamento é representado como algo que vai trazer melhoria nas condições de vida. Nesse grupo de respostas estão presentes palavras que se associam ao tempo de vida no lugar, ao tempo de espera e ao desejo antigo de sair. A idéia de ir para um outro lugar vincula-se à idéia de outro ambiente com melhores condições. Haveria mudanças concretas na qualidade de vida desses grupos. A expectativa é de mais limpeza, mais saúde, mais cuidado com a moradia e segurança.

Então, o reassentamento, nesse eixo, traz um sentido de felicidade, de alegria e de melhoria grande.

“...Teria outras melhoras, de tudo, do ambiente, da rua como a casa em geral, ia ser um lugar mais espaçoso. Vai ter como eu fazer uma faxina, como zelar e limpar...” (Trecho de uma entrevista).

Quanto à solução proposta de moradia, o padrão arquitetônico verticalizado (foto 5), ele é discrepante em relação ao que os moradores representam como moradia para si. Nas representações sobre a casa, vimos que a moradia para esses grupos está diretamente vinculada à idéia de liberdade, um espaço que permita o contato com a terra, e principalmente ao fato de poderem imprimir na sua forma algo que atenda a seus desejos e necessidades. Por isso ampliam, derrubam paredes, abrem e fecham janelas quando querem.



Foto 6. Conjunto habitacional do reassentamento.

Os moradores reagem negativamente à idéia de irem para um apartamento, porque a moradia se constitui ainda como um **espaço de liberdade e afirmação da identidade pessoal desses grupos.**

“...em prédio, vai ficar mais fechado. Vai ficar sempre dentro de casa” (trecho de uma entrevista)

A representação do apartamento como algo que o aprisiona gera o medo do isolamento. Parece que, na prática desses grupos, o entorno tem função importante. Porque é onde eles vão buscar o seu sustento material, a sua rede de apoio social e afetivo. Portanto, a casa, em relação ao apartamento, se mostra com passagem mais imediata ao mundo da rua.

“...Mas uma casa é uma casa. A gente não está lá em cima. Na hora de ter um lugar para ficar, tem um terracinho olhando para aquela visão da rua, das plantas bem mais perto, assim é melhor.”

Todas as virtudes da casa e ao que a ela é associado, como a natureza e a liberdade:

“A casa você tem liberdade para tudo, .um lugar para mudar, derrubar, fazer maior, num apartamento vai ter só aquele pedacinho”

Esses depoimentos lembram a fala de Freyre (1981, p.47) ao comentar sobre a significação da casa para o brasileiro :

“Minha casa, a minha casinha, não há casa como a minha ”

Outro fator que conta negativamente, no olhar desses grupos sobre o apartamento, é a vida condominial.

“...Se você for olhar a taxa de uma casa é bem menor; num condomínio, você paga para todos. Num apartamento, tem normas, tem luz, condomínio. Querendo ou não, você tem que pagar. Todos tem que arcar com sua responsabilidade”.

Temos que as representações construídas não se vinculam apenas ao novo local de moradia, mas a nova rede de interações sociais que irão se estabelecer. O reconhecimento que a mudança irá trazer melhoria nas condições de vida não impede que esses moradores resistam à

idéia de sair do ambiente em que vivem. Ora porque criaram laços no local, ora porque a nova rede de relações sociais é percebida como uma grande ameaça.

“...a gente pode passar e sem agressão. eles já são mais despreparados, desconfiados, estas pessoas assim meio rancorosas. E a gente não, a gente está aberto a tudo” (Trecho de uma entrevista).

É importante ressaltar que, ao se conceber projetos de reassentamento, é necessário levar em conta a dimensão das representações sociais dos atores envolvidos, possibilitando um espaço de moradia que não ameace a identidade social do grupo. Urge aprendermos questões que estejam relacionadas à dinâmica psicossocial que envolve o morador e o espaço de moradia, pois, como nos lembra Moscovici (1986,p.71): *“Muita gente comete o erro partindo de uma idéia generosa, crendo que, injetando uma boa quantidade de informação livre e correta, podemos dissipar os efeitos das “teorias implícitas”, dos prejulgamentos e dos estereótipos que reinam num grupo.*

Por fim, ao mesmo tempo em que “casa” aparecia como expressão máxima dos sujeitos, no que se refere a esperança, cidadania, segurança e existência, os discursos sobre ela não se encerraram diante de suas quatro paredes. Ao contrário, vimos o quanto a casa está associada à vida social, pessoal e cultural dos grupos e o quanto ela é afetada pelo o que a envolve, como o bairro e a cidade. E, por que não, pelas questões sócio-políticas que se fazem presente no país.

CONCLUSÃO

*"Não há sons petrificados ou esquecidos, há desertos onde o coração acampa. Se as palavras soam como construções mirabolantes, os ouvidos não se calam no silêncio que as ouvem".
e assim o sol resplandecerá nas frestas, sol*

Considerações Finais:

O objetivo deste estudo foi contextualizar a problemática habitacional e pensar a questão da sub-moradia sob o ponto de vista do morador. Para isso, elegemos a “casa” enquanto um objeto social capaz de suscitar representações que revelassem práticas e visões de mundo.

A teoria das representações sociais, que têm como objeto de estudo o conhecimento do senso comum, foi a referência teórica que fundamentou o presente estudo e através da qual se pode alcançar os sentidos dados à “casa” pelos grupos de moradores. Os olhares dos moradores sob o objeto “casa” foram se enxertando no que lhes era mais significativo.

A escolha da teoria teve coerência com nosso princípio investigativo, o de considerar que os moradores de “favelas” tinham um aporte de representações e conhecimentos sobre a moradia. Saberes que eram adquiridos nas suas vivências e práticas, e que, se não eram da ordem de um padrão científico, tinham sua lógica fundada na ordem social.

Nos estudos sobre o tema, tem prevalecido a ênfase no déficit habitacional, nas políticas implantadas e nos aspectos funcionais da moradia. Não há, portanto, uma preocupação em pensar a habitação através dos olhares dos moradores, de forma que a “casa” possa ser pensada como um objeto de representação social.

Assim, em que pese a estrutura de cada representação ser formada de duas faces, a face figurativa e a face simbólica, em que toda figura é um sentido e em todo sentido é uma figura, enveredamos pela casa e suas representações. Através de imagens fotográficas, de desenhos e dos discursos sobre vida e luta dos sujeitos, apreendemos os sentidos dados à casa nos becos apertados, nas casas precárias e nos ambientes feios e sujos.

A linguagem é viva, suada, tem poder e potência. Para esses grupos, a linguagem era principalmente dramática e auditiva. E, assim, os discursos sobre a “casa” iam transitando da materialidade a imaterialidade, da função à subjetivação como forma de assimilação de realidade e postura diante do mundo.

A “casa” teve um significado de algo orgânico para esses segmentos, representando simbolicamente um lugar de vida. Vida e referência, sendo um daqueles objetos que as representações sociais parecem fornecer mais fortemente o contexto do qual emergem as identidades sociais e pessoais Santos (1998).

A “casa”, em seus múltiplos sentidos e relações, parece intermediar sentimentos, lugares e não-lugares. Fala dos sujeitos ao ser falada por eles, fala do mundo social. Seria inconcebível, a nosso ver, pensar numa política de moradia sem reconhecer que esse é um espaço pleno de sentidos, não podendo ser pensado sem o conhecimento de quem os constrói ao viver o cotidiano, os moradores.

A casa foi representada pelos grupos de moradores como asseguradora de identidade, distinção, afirmação social e pessoal. Nesse sentido, possuir uma casa significa sentir-se valorizado e reconhecido. Isso vai ao encontro da idéia de que a necessidade primordial de todo ser humano é ter valor. Mesmo que o movimento da sociedade e do pensamento moderno reduza a necessidade de ter valor à necessidade de possuir valores de uso e de troca.

O presente estudo demonstrou que, além da necessidade de distinção e reconhecimento, a casa pode representar para esses grupos uma conquista jamais alcançável, se o modo possível de obtê-la seja através de financiamentos, empréstimos ou algum retorno financeiro. As condições econômicas em que vivem essas famílias não permitem que elas assumam compromissos financeiros, além dos básicos, como a alimentação. Tanto que elas constroem ou adquirem seus barracos para fugirem das prestações de aluguel. Não queremos dizer com isso

que seus desejos se restringem à necessidade de alimentação. Se a moradia é direito de todo cidadão, caberia a implementação de políticas que possam se adequar a essa realidade. Agregar ações complementares que dêem às famílias perspectivas de fixação no local pode ser uma alternativa plausível, como a geração de emprego e renda.

Outro aspecto importante levantado neste estudo foi o tipo de moradia que esses grupos representam para si. A casa e não o apartamento, sem sombra de dúvida, é o modelo que as famílias têm de habitação. Isso é devido às possibilidades que se têm numa casa de modificá-la ao longo do tempo, servindo para acomodar familiares, realizar afazeres domésticos, e ainda para atividades comerciais, que promovam renda. Além disso, a casa pressupõe um espaço maior, onde se possa aproveitar melhor a relação com a terra, através do cultivo e plantação.

Junta-se a isto a inegável necessidade de se ter a casa como algo que represente o seu morador. Que possua o seu “jeito”, através de formas e objetos que os identifiquem.

Além de identidade, a casa deve assegurar independência e privacidade. Para esses grupos a privacidade se reveste de um sentido muito forte, pois, geralmente, suas casas são conjugadas, seus espaços internos são sem divisórias e eles se sentem participando da vida “alheia”, sem meios de exercer controle sobre isso. Sem falar no que isso implica subjetivamente, ou seja, a não diferenciação de si, do outro e dos “outros”, ou seja, do mundo da rua.

A casa não se abstrai do seu entorno. Vimos que, além de distinção social e pessoal, a casa enquanto espaço de acolhimento de si, da família e dos amigos, não fechava sua porta à rua. Nas representações dos moradores, o objeto “casa” se estendia, e a partir dela se dialogava com a rua, trazendo as práticas cotidianas e vice-versa.

Os espaços da vivência cotidiana como o bairro e a comunidade trouxeram elementos importantes na constituição da representação da moradia. A casa, segundo os moradores,

precisa abrir as portas para um mundo que tenha os instrumentos necessários para a sobrevivência desses grupos, além do seu desenvolvimento, como comércio acessível, meios de obter renda, lugares de lazer e divertimento, serviços de saúde, educação e segurança.

Além destes aspectos, que são como ferramentas no dia-a-dia dos moradores, existem os laços afetivos e de solidariedade. Os familiares, os vizinhos e os amigos que moram próximos são com quem se pode vivenciar afetos e ajuda mútua. Estes são aspectos fundamentais que se agregam à representação da casa e que promovem nos grupos um sentimento de identidade em relação ao lugar em que moram. Portanto, manter as pessoas onde elas construíram seu mundo econômico, social e afetivo é importante, pois esse é o lugar onde elas constroem e podem manter-se na vida. E é nesse ambiente que as práticas cotidianas se fazem, revelam o mundo vivido e influenciam nas representações dos grupos.

As representações diferenciadas entre as comunidades estudadas mostraram que as representações não se constroem fora do mundo social e, muito menos, fora de realidades concretas. Elas são efeitos de suas condições concretas, das suas experiências e de seu grau de informação. Isso é que torna complexo quando, numa política habitacional, se trabalha numa perspectiva de associar comunidades distintas.

Quando se trata de reassentar famílias, além das representações do espaço de moradia, é importante o conhecimento das representações sobre si e sobre o outro. Porque representações muito diferenciadas podem causar impacto negativo sobre a vida nos reassentamentos. E esse parece que será um desafio a se enfrentar no reassentamento das comunidades estudadas.

A comunidade B representou a comunidade A como despreparada para o convívio social; a comunidade A, por sua vez, representou a comunidade receptora do assentamento como agressiva e violenta, criando assim uma possibilidade de impasse nas negociações entre os grupos.

É preciso que se reflita sobre essas representações diferenciadas de grupos, de forma que se adentre mais nos aspectos onde se ancoram essas representações. Se os grupos constroem suas representações a partir de sua realidade social e as têm como forma de proteção e de orientação de condutas, pensar políticas habitacionais sem levar em conta esses referenciais de orientação é quase como dar um “tiro no escuro”.

Valorizar as representações de grupos de moradores é importante também quando se trabalha numa perspectiva de integrar os grupos. O conhecimento das representações dos moradores não apenas se presta ao melhor conhecimento da comunidade, com seus elementos de diferenciação, mas sinaliza aspectos que podem ser importantes na relação entre os grupos.

As teorias construídas sobre a casa e a moradia pelos grupos de moradores trouxeram aspectos importantes e que servem a uma reflexão sobre modos de fazer política habitacional. Pensar que os problemas habitacionais se resumem a causas e soluções apenas de ordem econômica é reduzir a dimensão do objeto. Se assim o fosse, apenas recursos financeiros e projetos seriam suficientes para torná-los exitosos. Mas não, a questão habitacional parece estar atrelada aos seus moradores e a forma como eles pensam, sentem e vivenciam-na. Uma sociedade é e se faz ao mesmo tempo, ela compreende as dimensões ideológicas e imaginárias para representar e para mobilizar. As representações ,então, portam traços que os níveis de funcionamento social deixam nos discursos sociais.

Uma política habitacional que busque atender às reais necessidades das famílias deveria considerar os aspectos antropológicos, culturais, sociais e mesmo psicológicos. Fazendo de cada grupo de moradores uma referência singular, necessitando de olhares e intervenções específicas.

Os moradores mostraram em seus discursos a força do seu mundo vivido. Tinham conhecimentos sobre o morar, tinham em mente a casa real com seus problemas e necessidades

e a casa ideal, enquanto uma possibilidade real. Situavam-se em relação à sua comunidade se posicionando no mundo social. Portanto, uma política habitacional que se pretenda verdadeiramente democrática e participativa e que venha atender aos interesses dos usuários deveria levar em consideração suas teorias sobre o morar.

As maneiras do morar e suas tipologias, enfim, as soluções dadas pelos indivíduos no âmbito do morar revelam aspectos culturais e históricos de cada população e de cada comunidade. Uma psicossociologia do habitar torna-se indispensável para captar a subjetividade ali presente. Porque o que se configura altamente simbólico para um determinado grupo cultural pode não o ser para outro. Além do que o simbolismo habitacional deve ser colhido em quadros espaciais que não se encerram nunca entre quatro paredes.

Promover mudanças e alterações na vida de grupos, mesmo com objetivos ditos “maiores”, poderá estar representando um rompimento de vínculos, difícil de ser restaurado. Fato este que pode se apresentar como uma inviabilidade de qualquer projeto.

Algumas perguntas que ainda temos ficam como indicações para próximos estudos: se as representações dos moradores estiveram relacionadas às vivências cotidianas e às condições concretas de vida, a mudança para outro ambiente promoveria alterações nas representações? Ou o seu contrário, as representações e práticas impediriam uma adequação ao novo ambiente? E, num projeto de reassentamento, como se coloca a comunidade receptora em relação aos novos “vizinhos”? Como será possível integrar (contemplar) as percepções acerca da moradia dos grupos de moradores com projetos habitacionais propostos? Que modelo de programa contemplaria a dimensão subjetiva da habitação ou o olhar do morador?

Por fim, ser morador de “favela” é ser um conhecedor de adversidades e tristezas. Sem a condição necessária para a alteração das adversidades, eles possuem ainda o sentido da existência, consciência de si e de seu grupo. E por isso, são capazes de sonhar. Mas sonhar com

uma casa possível, que expresse a sua imagem. Que dê um endereço, segurança e proteção e como escreve um morador, que assim possam ser felizes:

“Colocamos exposto nesses trabalhos, alguns de nossos objetivos. Entretanto, é bom salientar que, sem o trabalho conjunto, nada será possível. Esperar que o governo dê a nós esses privilégios, será mesmo que chover dinheiro. Queremos sair de um local que se apresenta com tantos problemas para outro que seja suficiente para nossa convivência. Pois não quero ver meus filhos na mesma situação que a minha”

*“chega de sofrer
eu quero viver
o passado esquecer
no futuro, feliz ser ”*

(texto de um morador realizado durante oficina sócio –educativa).

BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALMEIDA, AM; SANTOS, MF; TRINDADE, ZA. Representações e práticas sociais: contribuições teóricas e dificuldades metodológicas. **Temas em Psicologia da SBP**. vol 8 (3), p.257-267, 2000.
2. AZEVEDO, S & ANDRADE, LA. **Habitação e Poder**. Rio de Janeiro. Zahar,1982.
3. BACHELARD, G. **A poética do espaço**. 3ª ed. São Paulo. Martins Fontes, 1998.
4. BARTHES, R. **A câmera clara**. 2ª ed. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1984, p.132, 1984
5. BERGER, P. & LUCKMAN, T. **A Construção social da realidade**. Petrópolis. Vozes, 1973.
6. BLAY, EA. Planejar para quem? Ou a reprodução das favelas em cidades paulistas. Em: Blay, EA (org). **A luta pelo espaço**. Petrópolis. Vozes, p.170-179, 1978.
7. BRANDÃO, L.L. **A casa subjetiva: matérias, afectos e espaços domésticos**. São Paulo. Perspectiva, p.3-30. 2002.
8. CALVINO, Í. **As cidades invisíveis**. 12ª Ed. São Paulo. Cia das letras, p.16. 1999.
9. CAMPOS, MC. A associação da fotografia aos relatos orais na reconstrução histórico-sociológica da memória familiar. Em: Lang, AB (org). **Reflexões sobre a pesquisa sociológica**. São Paulo; CERU. Série. 2 (3), p. 97-116. 1992.
10. CARDOSO, AL & RIBEIRO, LC. **"A Municipalização das políticas Habitacionais: uma avaliação da experiência recente (1993-1996)"**. FASE/UFRJ/IPPUR. Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal. Relatório de Pesquisa nº4. 2000.
11. CASTELLS, M. **La question urbana**. 4ª Ed. México. Siglo Veintuino, 1977.
12. CASTRO, J. **Homens e Caranguejos**. 2ª Ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, p.10. 2001.
13. CATÃO, M.F. Martins, F. **Projeto de vida em construção: na exclusão/inserção social**. João Pessoa. UFPB/Editora Universitária, p.67-88. 2001.

14. CELSO S.A. **Núcleo central das representações sociais**. Rio de Janeiro. Vozes, 1996.
15. CELSO S.A. **Núcleo central das representações sociais**. 2ª Ed. Rio de Janeiro. Vozes. p 29-50. 2002.
16. CNUAH/HABITAT. "Perfil da Cidade e Indicadores Urbanos: Recife, Região Metropolitana e Brasil". 2001
17. COUCHAUX, D. **Habitats nômades**. Paris. Alternatives et Parallèles,. p.16-18. 1980.
18. Da MATTÁ, R. **A casa & a rua**. 5ª Ed. Rio de Janeiro. Poty livros, p.11-64. 1997.
19. Da MATTÁ, R. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro. Rocco, p.21-34. 2001.
20. DUARTE, CR. **Análise sócio-cultural da pós ocupação de um conjunto habitacional no Rio de Janeiro**. Em: Monteiro, C. (org). Anais/seminário interdisciplinar Cidade e produção do cotidiano. Recife. UFPE,. p. 299-310. 1995.
21. ELALI, CA. **Avaliação da ocupação de um conjunto habitacional através da percepção e do comportamento de seus usuários**. Em: Monteiro, C. (org). Anais/seminário interdisciplinar Cidade e produção do cotidiano. Recife. UFPE,. p. 311-320. 1995.
22. FERRARA, LD. **Olhar periférico: Informação, linguagem, percepção ambiental**. São Paulo. Edusp, p. 263-274 1993.
23. FREYRE, G. **Sobrados e Mocambos: Decadência do Patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. 6ª Ed. Rio de Janeiro. José Olympio, p. 67.1981.
24. FREYRE, G. **Sobrados e Mocambos: Decadência do Patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. 6ª Ed. Rio de Janeiro. José Olympio,. 1981.
25. FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO - Instituto de Pesquisas Sociais. **Habitação de interesse social no Recife**. Recife, 2001.
26. GONÇALVES, M.C. **Favelas Teimosas: luta por moradia**. Distrito Federal. Thesaurus, p.57-67.1998.
27. GUERRA, Y M. **O espaço dos sem espaço: estudo de caso de reapresentações sociais de migrantes de classes subalternas no Recife**. Recife. Massangana-Recife, p.46.1993.

28. HALBWACHS, M. **La morphologie sociale**. Paris. Colim, p.132-133. 1970.
29. JODELET, D. Représentation sociales: phénomènes, concept et théorie. Em: Moscovici, S (org). **Psychologie Sociale**. Paris. Presses Universitaires France, p.357-378. 1984.
30. JODELET, D.. Représentation sociales: un domaine en expansion. Em: Jodelet D (org). **Les représentations sociales**. Paris, Presses Universitaires France, p.31-61. 1989.
31. JOVCHELOVITCH, S. **Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis. Vozes,. 2000.
32. KOWARICK, L. Movimentos urbanos no Brasil contemporâneo: uma análise da literatura. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol 1 (3), p.38. Fev/1987.
33. LEHFELD, N.A. **Uma Abordagem Populacional para um problema estrutural: a habitação**. Petrópolis. Vozes,. 1988.
34. LIMA, R.M. **O morar e a moradia: as representações dos moradores da favela do Chie no Recife**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1990.
35. MILGRAN, S. Cities as social representations. Em: Farr, R.M. & Moscovici S. (org). **Social Representations**. Cambridge University Press-Nova York, p. 289-396. 1984.
36. MORAES, D.A; CAMPOS, H.A; Freitas, E.R. **A produção cotidiana da diversidade**. Em: Monteiro, C. (org). Anais/seminário interdisciplinar Cidade e produção do cotidiano. Recife. UFPE, p.323-336. 1995.
37. MORAES, D. **Desvendando espacializações cotidianas**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano). Faculdade de Arquitetura. Universidade Federal de Pernambuco, 1995.
38. MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. 2ª Ed. Rio de Janeiro. Zahar, p. 110-129. 1978.
39. MOSCOVICI, S. **Psychologie des Minorités Actives**. Paris. PUF, 1979.
40. MOSCOVICI, S. The phenomenon of social representations. Em: Farr RM & Moscovici S (orgs). **Social Representations**. Cambridge, Cambridge University Press, p. 3-69. 1984.

41. MOSCOVICI, S. L'ère des Représentations Sociales. Em: W. Doise e A Palmonari (org). **L étude des représentations sociales**. Neuchâtel-Paris, Delachaux & Niestlé. 1986.
42. MOURA, A.S. **Terra do mangue: invasões urbanas no Recife**. Recife. Massangana, 1990.
43. PCR/URB-RECIFE. **Relatório do Plano Estratégico Municipal para Habitação Subnormal**. Recife, PEMAS, 1998.
44. PCR-URB/UFPE-FADE. Cadastro de Áreas Pobres da Cidade do Recife, 1998.
45. PEREIRA, P.A. **Crítica marxista da teoria e da prática da política social no capitalismo: peculiaridades da experiência brasileira**. Dissertação (Doutorado). Universidade Nacional de Brasília, 1987.
46. PNUD/PCR/FIDEM/SUDENE/IPEA/FJP, 2000. Desenvolvimento Humano sustentável no Recife Metropolitano-Indicadores Selecionados. Recife, 2000.
47. SANTOS, L.L. **Os Movimentos desejantes da cidade: uma investigação sobre processos inconscientes na arquitetura da cidade**. Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1998.
48. SANTOS, MF. Representação social e identidade. Em: Moreira, ASP & Oliveira, DC (org). **Estudos Interdisciplinares de representação social**. Goiânia. AB, p. 151-159, 1998.
49. SANTOS, C.N. **Quando a rua vira casa: apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro**. 3º ed. São Paulo. IBAM, 1985.
50. SANTOS, C.N. Habitação - O que é mesmo que pode fazer, quem sabe? Em: Valladares, L.P. (org). **Repensando a habitação no Brasil**. Rio de Janeiro. Zahar, . p. 79-107. 1982.
51. SANTOS, C.N. **A cidade como um jogo de cartas**. Universidade Federal Fluminense. Editora Universitária - Niterói, 1988.
52. SEHAB-PE/1991. "Assentamentos Populares do Recife. Cadastro e Mapeamento". Recife, 1991.
53. REBOUÇAS, L.M. **O planejado e o vivido: reassentamento de famílias ribeirinhas no pontal do Paranapanema**. São Paulo. Annablume, 2000.
54. REINERT, M. Alceste, une methodologie d ana'lyse dès Donnees Textuelles et Une Application: Em: GERARD DE, N. (org). **Bulletin de Methodologie**. n.26, p. 24-54, 1990.

55. REZENDE, A.P. **O Recife: histórias de uma cidade**. Fundação de Cultura da Cidade do Recife. 2002.
56. SILVA E SILVA, M. **Política Habitacional Brasileira: verso e reverso**. São Paulo. Cortez, 1989.
57. SONTAG, S. **Ensaio sobre a fotografia**. 2ª Ed. Rio de Janeiro. Arbor,.. p. 151-152. 1983.
58. SOUZA, A. A retrospectiva da política estadual de habitação popular. Recife: Assessoria técnica URB DPE, 2001.
59. TOMANIK, E.A., CHAVES, M.M. & LUCAS, S.M. Ocupação do espaço, exclusão e representações: uma contribuição da psicologia social aos estudos ambientais. Em: Zanella A.,. Siqueira M.J, Lhullier L.A e Molon S.I. (org). **Psicologia e práticas**. Porto Alegre. Abrapsosul, p.225-268. 1997.
60. VALLADARES, L.P. Estudos recentes sobre a Habitação no Brasil: Resenha de Literatura. Em: Valladares, LP (org). **Repensando a habitação no Brasil**. Rio de Janeiro. Zahar,. p.21-77. 1982.
61. VASCONCELOS, N. Qualidade de vida e habitação. Em: Campos, RH (org). **Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia**. Petrópolis. Vozes, p. 127-163. 1986.
62. Van KOLCK, O.L. **Testes projetivos gráficos: no diagnóstico psicológico**. 3ª Ed. São Paulo. EPU, p.1-12. 1984.
63. YAZBEK, M.C. **Classe subalterna e assistência social**. 2ª Ed. São Paulo. Cortês, p 61-81. 1996.

ANEXO 1

ROTEIRO ENTREVISTA

1º bloco-A CASA , SIGNIFICADOS E IMPORTÂNCIA

1. Desses tipos de moradia que você viu nas fotos, qual a que você mais gostou? Por quê?

Qual a que você não gostou? Por quê?

Qual a que você gostaria de morar? Por quê?

Qual a que você acha que poderia morar? Por quê?

2. O que significa a casa para você? A casa é importante por quê?

3. Como é a sua casa? O que você acha dela? Por quê?

Como você gostaria que fosse a sua casa? Por quê?

O que é importante numa casa? Por quê?

Das coisas que tem em sua casa, o que você mais gosta? Por quê?

4. Qual o espaço de sua casa que você mais gosta? Por quê?

Qual o espaço de sua casa que você mais fica? Por quê?

Você já fez alguma melhoria na casa? Qual foi? Por quê?

5. Você venderia a sua casa? Por quê?

2º bloco - HISTÓRIA DA MORADIA

1. Como você veio morar aqui? Há quanto tempo?

2. Onde você morava antes? Com quem?

3. No lugar que você morava, o que você fazia? Você trabalhava? Estudava?

4. Sua família é de onde?

5. Como era o lugar em que você morava antes?

6. Como era a casa em que você morava antes?

7. Você gostava de morar lá? Por quê?

Por que veio morar aqui nesta comunidade?

Bloco 3 -MORADIA ATUAL

1. O que você acha de morar aqui nesta comunidade?

Como é o lugar em que você mora hoje?

Você gosta? Não gosta? Por que?

O que você acha que é mais importante ter no lugar em que se mora?

Como é a vida aqui?

BLOCO 4 - O COTIDIANO/COMUNIDADE

Dessas fotos, qual a que mais se parece com seu cotidiano? Por quê?

Você gosta desta comunidade?

Como é o relacionamento com seus vizinhos?

Que serviço você acha que está faltando aqui na sua comunidade? Por quê?

7. Estas fotos são de vários ambientes, o que você acha deles?

É muito diferente do seu? Por quê?

Como você arruma os espaços de sua casa? Por quê?

8. Como você conseguiu esta casa? Foi difícil? Foi fácil?

9. O que mudou na sua vida depois que você passou a ter a sua casa?

10. Você gostaria de mudar de moradia? Para onde você iria? Por quê?

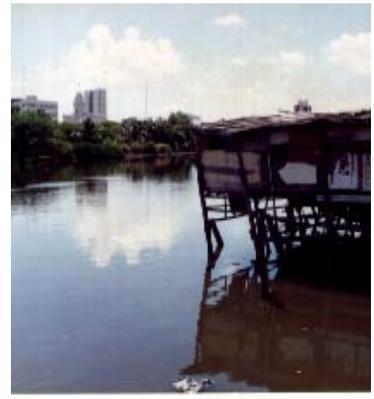
Como você acha que vai ser essa mudança?

Como você acha que vai ser morar neste lugar? Por quê?

11. Porque você acha que mora aqui?

ANEXO 2

Fotos dos Tipos de Moradias



ANEXO 3
ESCRITOS DAS COLAGENS 1 e 2

IMAGEM

FRASE OU PALAVRA

Alagamento	Todos os anos estamos no mesmo problema e nunca resolve
Peixe morto e médico.	Pedimos socorro urgente
Ratos	Já morreu por causa da leptospirose - A poluição.

Palco cheio de expectadores	Precisamos de trabalho.
Velho de barba	Precisamos de você João Paulo
Menino na maré	A poluição da maré mata os peixes, pedimos socorro.
Dentista	O posto de saúde faz dois anos que não saiu da construção. Estamos precisando de socorro

IMAGEM

FRASE OU PALAVRA

Rapaz catando lixo	Temos lixo por toda parte quando chove
FHC levando chuva com Itamar Franco	Está é a situação quando chove que a maré invade nossa casa.
Três bebês	A criança também precisa de

	leite
Zélia Cardoso	Vizinha brigando eu não queria lixo nem radiola alta. Fora deixar o lixo na porta
Imagem uma professora dando aula	Precisamos de escola
Foto de uma barata	Temos todos os insetos dentro de casa
Várias crianças da Etiópia	Estas crianças são as que vivem no dia a dia no mundo das drogas, principalmente na nossa comunidade.
Prato de uma comida	Existe família na nossa comunidade que procura um prato de comida para dar aos seus filhos e não encontra
Crianças ao redor de uma mesa	O que nós sonhamos é que no futuro tenhamos crianças bem alimentadas como estas imagens.
Menino na maré	A poluição da maré mata os peixes pedimos socorro
Um dentista trabalhando	O posto de saúde faz dois anos que não saiu da construção estamos precisando de socorro

ANEXO 4
ESCRITO DA COLAGEM 3

IMAGEM

FRASE OU PALAVRA

Casal de velhos e uma mulher na cadeira de rodas	Falta de respeito
Vários casais dançando	Falta de união
Rapaz com um machado	Pessoas estranhas, insegurança.
Policial na favela	Ação da policia ao entrar na comunidade
Casa toda destruída e um rato	Casarão na praça
Vários animais bebendo	Alcoólatras
Um rapaz sendo levado pela polícia	Drogas
Um rapaz lutando karatê	Violência
Lixo nas ruas	Lixo na comunidade
Porco gato e cachorro	Animais soltos
Dois rapazes no bar tomando cerveja –	Bar que incomoda a comunidade

ANEXO 5
ESCRITO DA COLAGEM 4

IMAGEM	FRASE OU PALAVRA
Orelhão	Precisamos de meios de comunicação
Barzinho	Precisamos de comércio, lojinha, cabeleireiro, mercadinho, manicure, etc.
Mãe com um filho	Precisamos de um posto de saúde
Três pessoas sorrindo juntas	Precisamos de união
Mulher fazendo bolo	Precisamos de cursos profissionalizantes
Crianças estudando	Precisamos de creche e escola
Rapaz jogando futebol	Precisamos de área de lazer
Quatro seguranças	Precisamos de segurança no bairro.

—

ANEXO 6
ESCRITO DA COLAGEM 5

IMAGEM

FRASE OU PALAVRA

Rapaz no jardim	Amor, amizade, união, respeito e tranquilidade.
Adolescentes conversando	Amizade
Pessoas trabalhando com o jardim	A união faz a força
Crianças brincando com a bicicleta	Liberdade
Einstein	Respeito aos idosos
Uma moto e um carro	Estacionamento seguro
Adolescente jogando	Tranquilidade
Dois relógios	Não vejo a hora de ir para os apartamentos
Duas mulheres conversando	Vizinhos
Rapaz com um cachorro	Segurança
Criança jogando	Crianças saudáveis
Uma fazenda	Área verde
Cesta de natal	Mesa farta
Uma família junta	Respeito a todas as gerações
Uma família comendo	Famílias unidas
Uma corrida de carro e jogo de bilhar	Lazer e esporte também é saúde
3 crianças indo para escola	Educação para todos

Policiais	Segurança com confiança e credibilidade
Uma loja	Trabalho e renda
Rapaz telefonando do orelhão	Telefone público eficiente
Cristo redentor	Reverência
Foto orla de boa viagem	...e o sonho não acabou!
Piscina	Área de lazer